

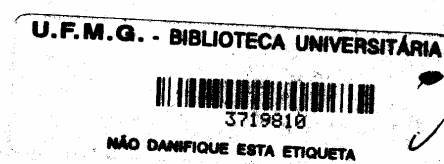
331.120981
0485
1997
T

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

A Segregação Ocupacional por Sexo no Brasil

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial ao Título de Mestre em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto *ok*



2000
2003
2004
2006

Belo Horizonte, MG

CEDEPLAR/UFMG

1997

**FAVOR NÃO FAZER ANOTAÇÕES OU GRIFOS
▲ TINTA OU A LÁPIS NESTA PUBLICAÇÃO**



CEDEPLAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE ANA MARIA HERMETO CAMILO DE OLIVEIRA Nº. DO REGISTRO 9363270. Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e dois do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na *Faculdade de Ciências Econômicas* da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada "ad referendum" pelo Coordenador em 14/11/97, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado "A Segregação Ocupacional por Sexo no Brasil", requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*, área de concentração em Economia da População. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes notas:

Prof. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto (UFMG)

100
Nota

Profª. Maria do Carmo Fonseca (UFMG)

100
Nota

Profª. Simone Wajnman (UFMG)

100
Nota

Pelas indicações, a candidata foi considerada aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 22 de dezembro de 1997.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Maria do Carmo Fonseca

Simone Wajnman

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Demografia

"É preciso recusar a idéia de que as mulheres seriam em si mesmas um objeto de história. É o seu lugar, a sua condição, os seus papéis e os seus poderes, as suas formas de ação, o seu silêncio e a sua palavra, a diversidade das suas representações, nas suas permanências e mudanças."

(Georges Duby e Michelle Perrot, in **A História das Mulheres**, 1990)

Aos meus pais

Agradecimentos

Agradeço ao Eduardo, orientador e interlocutor de todas as horas, pela sensibilidade na orientação, pela confiança, e por tornar a vivência profissional mais instigante.

À Carminha, por ter me encorajado desde o primeiro momento e pela solidariedade.

Ao Zé Ribeiro, pelo incentivo; e à Renata, pela ajuda na revisão do texto.

Aos colegas, Iola, Sandra, Beré, André, Ângela, Lucilene, Machado, Alessandra, Antônio, Ramos, Claudia, João, pelo companheirismo e pela troca de experiências ao longo do curso.

Aos amigos, Rodrigo, Tê, Fred, Hugo, Fabiana, Crocco, Kalecki, Duda, Claudô, pela força.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pelo carinho e pela tranquilidade que me passam.

Aos meus pais, pela paciência, pelo amor e pelo apoio incondicional; é inestimável o valor de conviver com pessoas tão generosas.

Ao Leo, pela cumplicidade, por estar sempre por perto, por me propiciar os melhores momentos da minha vida.

Sumário

	Página
Agradecimentos	i
Sumário	ii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Figuras	vi
Lista de Quadros	viii
Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: Referências Analíticas	4
2.1. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho	4
2.2. Estereótipos de sexo das ocupações e segmentação do mercado de trabalho	10
2.3. Discriminação e <i>crowding</i>	14
2.4. Socialização por papéis de gênero e capital humano	18
Capítulo 3: Metodologia	22
3.1. Base de dados	22
3.1.1. <i>Escolha da População Base</i>	22
3.1.2. <i>Classificação Ocupacional</i>	23
3.1.3. <i>Ponderação</i>	24
3.2. Medidas da segregação ocupacional	25
3.2.1. <i>Índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan (D)</i>	27
3.2.2. <i>Decomposição do índice de dissimilaridade em componentes da estrutura ocupacional e da composição por sexo</i>	29
3.2.3. <i>Índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho (D_s)</i>	30
3.2.4. <i>Índice de associação global sob modelo log-linear saturado (A)</i> ...	31
Capítulo 4: A Extensão da Segregação Ocupacional por Sexo no Brasil na Década de 80	35
4.1. A oferta de trabalho: breve análise da PEA	36
4.2. As convencionais medidas da segregação ocupacional por sexo ...	41
4.3. Um indicador alternativo da segregação ocupacional por sexo	51

4.4. Decomposição pelos atributos: a segregação ocupacional por	
sexo específica	56
<u>4.4.1. Grupos de idades</u>	57
<u>4.4.2. Grupos de anos de estudo</u>	59
<u>4.4.3. Ramos de atividades</u>	59
<u>4.4.4. Grupos de horas trabalhadas na semana</u>	63
4.5. Considerações Finais	65
Capítulo 5: Tipologia de Integração das Ocupações	66
5.1. Caracterização geral dos tipos de ocupações em 1981 e 1990	68
5.2. Distribuição dos ocupados não agrícolas, segundo atributos	
selecionados e a tipologia de integração das ocupações	73
<u>5.2.1. Grupos de ocupações</u>	73
<u>5.2.2. Grupos de idades</u>	75
<u>5.2.3. Grupos de anos de estudo</u>	77
<u>5.2.4. Ramos de atividades</u>	78
<u>5.2.5. Grupos de horas trabalhadas na semana</u>	79
5.3. Considerações Finais	80
Capítulo 6: Síntese e Conclusões	82
Referências Bibliográficas	89
Anexo 1: Agregação dos Ramos de Atividades	95
Anexo 2: Caracterização dos Ocupados Não Agrícolas	97
Anexo 3: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, por Sexo, Segundo	
Atributos Selecionados e a Tipologia das Ocupações	105

Lista de Tabelas

	Página
Tabela 4.1.1: Taxa de Atividade Segundo o Sexo, Proporção de Mulheres na PEA e Coeficiente de Razão de Sexo da PEA - Brasil, 1981-1990	36
Tabela 4.1.2: Taxas Específicas de Atividade, Segundo os Grupos de Idade - Brasil, 1981-1990	36
Tabela 4.1.3: Taxas Específicas de Atividade, Segundo os Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	37
Tabela 4.2.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D) e Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s) dos Ocupados Não Agrícolas - Brasil, 1981-1990	43
Tabela 4.2.2.: Coeficiente de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Grupo de Ocupação - Brasil, 1981-1990	43
Tabela 4.2.3.: Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Grupo de Ocupação - Brasil, 1981-1990	45
Tabela 4.2.4.: Decomposição do Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D) - Brasil, 1981-1990	51
Tabela 4.3.1.: Medidas Escalares da Segregação Ocupacional por Sexo - Brasil, 1981-1990	51
Tabela 4.3.2.: Parâmetros da Segregação Ocupacional por Sexo Específicos (v_i) - Brasil, 1981-1990	52
Tabela 4.3.3.: <i>Odds</i> dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981	53
Tabela 4.3.4.: <i>Odds</i> dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1990	54
Tabela 4.3.5.: <i>Odds Ratios</i> dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981-1990	55
Tabela 4.4.1.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), segundo os Grupos de Idade - Brasil, 1981-1990	57
Tabela 4.4.2.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), segundo os Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	59
Tabela 4.4.3.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), segundo os Ramos de Atividade - Brasil, 1981-1990	61
Tabela 4.4.4.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), segundo os Grupos de Horas Trabalhadas na Semana - Brasil, 1981-1990 .	63

Tabela 5.1.1.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, por Sexo, e das Ocupações, Segundo a Tipologia de Integração das Ocupações - Brasil, 1981-1990	69
Tabela 5.1.2.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e a Tipologia de Integração das Ocupações - Brasil, 1981-1990	70
Tabela 5.1.3.: Coeficiente de Razão de Sexo das Ocupações Não Agrícolas, Segundo a Tipologia de Integração - Brasil, 1981-1990	73
Tabela 5.2.1.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981-1990	74
Tabela 5.2.2.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Idades - Brasil, 1981-1990	76
Tabela 5.2.3.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	77
Tabela 5.2.4.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Ramos de Atividades - Brasil, 1981-1990	78
Tabela 5.2.5.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal - Brasil, 1981-1990	80

Lista de Figuras

	Página
Figura 4.1.: Taxas Específicas de Atividade, Segundo os Grupos de Idade - Brasil, 1981-1990	37
Figura 4.2.: Taxas Específicas de Atividade, Segundo os Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	38
Figura 4.3.: Desvio da Variação da Proporção de Mulheres nos Grupos de Idade em Relação à Variação Média da PEA - Brasil, 1981-1990	39
Figura 4.4.: Distribuição da PEA, por Sexo e Idade - Brasil, 1981-1990	39
Figura 4.5.: Desvio da Variação da Proporção de Mulheres nos Grupos de Anos de Estudo em Relação à Variação Média da PEA - Brasil, 1981-1990	40
Figura 4.6.: Distribuição da PEA, por Sexo e Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	41
Figura 4.7.: Coeficientes de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981-1990	44
Figura 4.8.: Coeficientes de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas - Brasil, 1981-1990	46
Figura 4.9.: Variação do Tamanho Relativo dos Grupos de Ocupação e do Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas - Brasil, 1981-1990	47
Figura 4.10.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Grupo de Ocupação e o Sexo - Brasil, 1981-1990	48
Figura 4.11.: Variação da Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981-1990	49
Figura 4.12.: Variação da Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1990/81	50
Figura 4.13.: Parâmetros da Segregação Ocupacional por Sexo Específicos (v_j) - Brasil, 1981-1990	52
Figura 4.14.: <i>Odds</i> dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981	53
Figura 4.15.: <i>Odds</i> dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1990	54
Figura 4.16.: <i>Odds Ratios</i> dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981-1990	56
Figura 4.17.: Índice de Dissimilaridade, D , Específico segundo o Grupo de Idade - Brasil, 1981-1990	58
Figura 4.18.: Índice de Dissimilaridade, D_s , Específico segundo o Grupo de Idade - Brasil, 1981-1990	58

Figura 4.19.: Índice de Dissimilaridade, A, Específico segundo o Grupo de Idade - Brasil, 1981-1990	58
Figura 4.20.: Índice de Dissimilaridade, D, Específico segundo o Grupo de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	60
Figura 4.21.: Índice de Dissimilaridade, D _s , Específico segundo o Grupo de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	60
Figura 4.22.: Índice de Dissimilaridade, A, Específico segundo o Grupo de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	60
Figura 4.23.: Índice de Dissimilaridade, D, Específico segundo o Ramo de Atividade - Brasil, 1981-1990	62
Figura 4.24.: Índice de Dissimilaridade, D _s , Específico segundo o Ramo de Atividade - Brasil, 1981-1990	62
Figura 4.25.: Índice de Dissimilaridade, A, Específico segundo o Ramo de Atividade - Brasil, 1981-1990	62
Figura 4.26.: Índice de Dissimilaridade, D, Específico segundo o Grupo de Horas Trabalhadas na Semana - Brasil, 1981-1990	64
Figura 4.27.: Índice de Dissimilaridade, D _s , Específico segundo o Grupo de Horas Trabalhadas na Semana - Brasil, 1981-1990	64
Figura 4.28.: Índice de Dissimilaridade, A, Específico segundo o Grupo de Horas Trabalhadas na Semana - Brasil, 1981-1990	64
Figura 5.1.1.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e a Tipologia de Integração das Ocupações - Brasil, 1981	70
Figura 5.1.2.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e a Tipologia de Integração das Ocupações - Brasil, 1990	71
Figura 5.2.1.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Ocupação - Brasil, 1981.....	74
Figura 5.2.2.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Ocupação - Brasil, 1990.....	75
Figura 5.2.3.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Idades - Brasil, 1981-1990	76
Figura 5.2.4.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1981-1990	78
Figura 5.2.5.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Ramos de Atividades - Brasil, 1981-1990	79
Figura 5.2.6.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Horas Trabalhadas - Brasil, 1981-1990	80

Lista de Quadros

	Página
Quadro 5.1.: Distribuição das Ocupações Não Agrícolas de Acordo com o Processo de Mudanças de Tipologia de Integração entre 1981 e 1990 - Brasil, 1981-1990	72
Quadro 5.2.: Exemplos de Ocupações que Variaram ou Mantiveram sua Tipologia de Integração entre 1981 e 1990 - Brasil, 1981-1990	72

Capítulo 1 : Introdução

Nesta passagem de século e milênio, todas as sociedades terão que enfrentar suas desigualdades e contradições internas, através de políticas que assegurem a ampliação da cidadania em todas as suas dimensões. Dentre estas dimensões, a igualdade de oportunidades de inserção no mercado de trabalho é um dos aspectos fundamentais; as desigualdades no mercado de trabalho podem assumir diversas formas, como, por exemplo, as diferenças por sexo nas promoções e remunerações, e a segregação ocupacional por sexo, sobre a qual esta dissertação procura se aprofundar.

A segregação ocupacional por sexo se refere à concentração de homens e mulheres em diferentes ocupações, empregos e locais de trabalho. Embora as formas de segregação mudem ao longo do tempo, há uma tendência de que a maioria dos homens e mulheres estejam concentrados em diferentes e desiguais tipos de ocupações. A segregação ocupacional por sexo envolve também um maior leque de ocupações para os homens e a concentração de mulheres em setores e ocupações que tendem a pagar menores salários, a oferecer menos segurança e perspectivas de promoção.

Não haveria motivos para a discussão se o fato de que homens e mulheres concentram-se em diferentes ocupações e exercem diferentes funções não tivesse conseqüências. No entanto, tem; e são várias as razões da importância do estudo da segregação por sexo. Entre grupos socialmente desiguais, separá-los e atribuir-lhes diferentes funções facilita tratá-los desigualmente. Nas sociedades contemporâneas, nas quais as ocupações dos indivíduos os localizam no sistema social de renda e status, segregar os sexos em diferentes ocupações contribui para menores remunerações e menos poder social para as mulheres - no trabalho, em suas famílias e na sociedade. As conseqüências destas diferenças repercutem em toda a sociedade; de várias maneiras, a segregação por sexo no mercado de trabalho tem papel fundamental na manutenção da desigualdade de sexo.

Se a segregação por sexo é prejudicial a um grupo e repercute em toda a sociedade, quais seriam os motivos de sua persistência? Porque por

algumas razões beneficia uma parcela dos indivíduos, qual seja, a maioria dos homens. Os beneficiários da desigualdade teriam assim um incentivo para preservá-la, mesmo que de maneira inconsciente, se utilizando das vantagens de seu sexo no mercado de trabalho. Partindo do pressuposto de que a segregação ocupacional por sexo é um indicador da desigualdade de gênero e a principal fonte de diferenças de gênero no mercado de trabalho, ressalta-se a importância de se discutir a extensão e as tendências da segregação ocupacional por sexo.

O principal objetivo da dissertação é investigar o grau no qual o mercado de trabalho não agrícola brasileiro é segregado por sexo, que é um aspecto fundamental das desigualdades de inserção ocupacional entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Neste sentido, pretende-se verificar o nível e a tendência da segregação ocupacional por sexo, discutindo algumas questões metodológicas na mensuração da segregação ocupacional e a contribuição das mudanças na estrutura ocupacional e na composição por sexo da força de trabalho não agrícola. Através da decomposição da segregação total entre atributos dos indivíduos, comparando as estruturas e os níveis da segregação ocupacional por sexo entre subgrupos dos ocupados não agrícolas, é feita uma tentativa de identificar a contribuição de cada subgrupo para a segregação ocupacional total. Visando verificar a segmentação por sexo do mercado de trabalho, é identificada uma tipologia de integração das ocupações, caracterizando os ocupados não agrícolas de acordo com sua inserção em ocupações com diferentes composições por sexo.

No capítulo 2 são discutidos alguns referenciais analíticos e conceitos que contextualizam a discussão atual sobre os determinantes da segregação por sexo no mercado de trabalho. O capítulo 3 procura levantar algumas questões metodológicas referentes à mensuração da segregação ocupacional e à utilização de índices para avaliação das tendências na segregação ocupacional. No capítulo 4 é feita a aplicação da metodologia proposta no capítulo anterior, utilizando os grupos ocupacionais das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1981 e 1990 no universo dos indivíduos ocupados em atividades e ocupações não

agrícolas no Brasil. O capítulo 5 busca identificar uma tipologia por sexo das ocupações detalhadas e seu processo de mudança, na perspectiva de comparação entre homens e mulheres e de diferenciação entre subgrupos de homens e mulheres. Finalmente, no capítulo 6, algumas conclusões sobre a segregação ocupacional por sexo no Brasil são levantadas.

Capítulo 2 : Referências Analíticas

Este capítulo busca discutir algumas teorias que expliquem a existência e a persistência da segregação ocupacional por sexo. Em primeiro lugar, é feita a discussão da estrutura básica da segregação ocupacional por sexo, que é a divisão sexual do trabalho, na perspectiva das relações sociais de gênero. A divisão sexual do trabalho determina os estereótipos de sexo das ocupações e a segmentação do mercado de trabalho, conceitos que são discutidos em seguida. As causas da segmentação do mercado de trabalho operam no lado da demanda e da oferta: do lado da demanda, discute-se as hipóteses de discriminação e de *crowding*; e do lado da oferta, as teorias da socialização por papéis de gênero e do capital humano.

2.1. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho

A universalidade da divisão sexual do trabalho social, ou seja, da atribuição de papéis ao homem e à mulher através da articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva, poderia levar à conclusão de que cada sexo é naturalmente mais adequado a diferentes tipos de trabalho. Entretanto, para cada ocupação, são os fatores sociais mais do que diferenças de sexo biológicas que ditam quais as funções designadas para cada sexo pelas sociedades. Neste sentido, a diferenciação por sexo e por gênero são aspectos fundamentais do mercado de trabalho, operando através da divisão sexual do trabalho, a qual assigna funções aos indivíduos com base em seu sexo e rotula certas ocupações como de um sexo ou de outro¹(Reskin, Padavik, 1994).

Esta linha de argumentação enfatiza os fatores culturais e sociais, que alocam as mulheres em uma posição subordinada no domicílio e no mercado de trabalho, explicando as desigualdades de sexo no mercado de trabalho. O ponto principal é que as posições subordinadas das mulheres no mercado de trabalho, no domicílio e na família são interrelacionadas e fazem parte de um sistema social no qual as mulheres são subordinadas aos

¹ Além disso, a diferenciação por sexo e gênero se expressa na subvalorização do trabalho feminino.

homens (Reskin, 1984). As ocupações femininas tenderiam a ser extensões dos papéis domésticos, e assim como eles desvalorizadas, mesmo que exijam maior qualificação, somente devido ao fato de que principalmente mulheres as ocupam (Anker, Hein, 1986).

A partir da definição de trabalho como as atividades que produzem bens ou serviços para uso próprio ou para troca por pagamentos ou benefícios, podem ser verificados alguns tipos de trabalho: o trabalho remunerado (de mercado), que gera uma renda; e o trabalho não remunerado² (fora do mercado), que os indivíduos voluntariamente fazem para si próprios ou outros, e no qual se inclui o trabalho doméstico, feito nos domicílios para si próprios ou para membros de seu domicílio (Reskin, Padavik, 1994).

O termo sexo é estruturado na classificação baseada na biologia humana e é usado quando o sexo biológico dos indivíduos é a base para seu tratamento pelas sociedades, organizações e pelos outros indivíduos, de maneira que o sexo dos indivíduos influencia na maneira como os outros agem em relação a elas. A diferenciação por sexo consiste em classificar os indivíduos em categorias baseadas em seu sexo e é parte de um sistema de desigualdade de sexo - hierarquia de sexo-gênero - que favorece os homens sobre as mulheres.

A utilização do gênero como categoria analítica é fundamental, posto que é definidora das desigualdades sociais. O gênero como categoria analítica se refere à classificação construída pelas sociedades para indicar as diferenças entre os sexos socialmente construídas e, na maioria das vezes, para manter as desigualdades de sexo. Isto quer dizer que a categoria gênero consiste na organização social das relações entre os sexos. Como categoria relacional, o gênero define homem e mulher, um em relação ao outro, rejeitando a idéia de esferas separadas para um e outro sexo. A diferenciação de gênero se refere aos processos sociais que exageram as diferenças entre as mulheres e os homens e criam novas onde

² Além do trabalho coercitivo, no qual os indivíduos são forçados a fazer contra sua vontade e com pouca ou nenhuma remuneração.

não há diferenças naturais, como por exemplo a distinção das atividades como masculinas ou femininas. A construção social do gênero é o processo de transformação de homens e mulheres que diferem em termos biológicos em grupos que diferem em oportunidades (Reskin, Hartmann, 1986; Bruschini, 1992).

As sociedades produzem e mantêm as diferenças de gênero através de processos sociais; neste sentido, o processo de diferenciação de gênero seria o sistema de relações sociais incorporado na maneira como as instituições, inclusive o mercado de trabalho, são organizadas, diferenciando os sexos. A concepção de gênero leva ao estudo das maneiras pelas quais as instituições sociais incorporam os arranjos de gênero e ao mesmo tempo criam e mantêm as diferenças entre os homens e as mulheres. Como os resultados são socialmente construídos e dão vantagens aos homens sobre as mulheres, a razão primária para a construção do gênero nas atividades humanas é a manutenção das vantagens masculinas. As instituições têm um papel fundamental estabelecimento da hierarquia sexo-gênero que favorece aos homens, porque são moldadas por pressupostos sobre o gênero, e ao incorporar os sexos de acordo com seus papéis de gênero institucionalizam a posição favorecida dos homens. Segundo Reskin e Padavik (1994), o trabalho diferenciado por gênero ("gendered work") é uma destas instituições, cujos aspectos que se destacam são a designação de funções baseadas no sexo, distinguindo as mais adequadas às mulheres ou aos homens, o maior valor dado ao trabalho dos homens do que ao das mulheres e a construção do gênero no emprego por parte dos empregadores e empregados.

A construção do gênero no mercado de trabalho é produto das maneiras pelas quais os empregadores organizam o trabalho e os trabalhadores produzem os bens e serviços. Os processos ocorrem nas interações cotidianas entre os empregadores e empregados, assim como nas políticas e práticas dos empregadores, governos e famílias, resultando na instituição do trabalho com atribuição de gênero, segundo a qual os indivíduos atribuem indevida ênfase em seu sexo. Os empregadores e os

empregados internalizam o gênero ao agir sobre os pressupostos estereotipados por sexo que geram ou exageram as diferenças sexuais reais, através de políticas e comportamentos que salientam diferenças irrelevantes. Os empregadores exercem um papel fundamental na atribuição de gênero, ao criar as ocupações, determinar os níveis salariais, organizar o trabalho e estabelecer as condições de trabalho, baseados no sexo do trabalhador³. Ao acomodar uma série de práticas sutis ou não, os empregadores atribuem gênero ao trabalho segregando as ocupações por sexo. Os empregados também constroem o gênero no trabalho: para forjar limites com outros trabalhadores do mesmo sexo, para expressar sua identidade de sexo, para controlar um ao outro, para excluir trabalhadores do outro sexo, para criar solidariedade entre eles. Isto quer dizer que o gênero é construído nas instituições através da interação entre os atores e é resultado de práticas organizacionais (Reskin, Padavik, 1994)⁴.

De acordo com Lobo (1992), a divisão sexual do trabalho seria o conceito adequado para se pensar as relações de trabalho, como um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres⁵; neste sentido, “a divisão sexual do trabalho é um dos locus das relações de gênero” (Lobo, 1992). A divisão sexual do trabalho consiste na designação de diferentes funções para as mulheres e os homens feita pelas sociedades em parte com base no sexo dos trabalhadores. Parte-se inicialmente da idéia do prolongamento do universo doméstico da mulher no mundo do trabalho, ou seja, a posição da mulher na divisão social e sexual do trabalho determina a responsabilidade pelas tarefas domésticas e as posições subalternas na hierarquia produtiva. É crucial para a preservação da desigualdade de sexo o fato de que mulheres e homens exercem diferentes funções e não quais são tais funções. A divisão sexual do trabalho não necessariamente leva à

popis de gênero

³ Neste sentido, os empregadores que pretendem contratar mulheres organizariam o trabalho em tempo parcial e criariam sistemas de benefícios que desencorajassem o emprego de longo prazo.

⁴ As maneiras pelas quais é atribuído gênero ao trabalho depende de características que interagem para moldar os resultados, dado que as experiências de trabalho diferem não somente por sexo mas também por outros fatores, como a raça. Sem perder de vista tal diversidade, a ênfase é dada à importância do sexo dos indivíduos em suas vidas como trabalhadores.

⁵ Embora não esgote a discussão destas relações, na medida em que tais comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares.

desigualdade entre os sexos ou à subordinação; na prática a diferenciação entre os sexos catalisa a tendência para subvalorizar as atividades femininas; tal prática continua a ocorrer dado que é parte da ideologia e é interesse dos homens. Os homens, ao atribuir valor às atividades humanas, tendem a tomar as atividades masculinas como padrões e as outras como inferiores, a despeito de sua importância para a sobrevivência da sociedade (Scott, 198_).

A articulação entre a divisão sexual do trabalho e a categoria gênero abre espaço para a discussão das transformações do trabalho, do problema da igualdade e das diferenças entre os homens e as mulheres, entre o trabalho e o emprego masculino e feminino, e da redefinição da própria relação do trabalho em suas várias dimensões⁶. Se as relações com o trabalho e com o emprego são diferentes entre homens e mulheres, cristalizariam-se carreiras diferentes, mesmo que paralelas em termos de qualificação e salários. O gênero remete ao discurso sobre o masculino e o feminino numa relação não hierarquizada em função do sexo dos atores; no entanto, a relação de trabalho, como relação social, traz embutida a relação de poder entre os sexos. As relações homens-mulheres são mutáveis e parte de heranças culturais e institucionais, implicam tanto em reciprocidades quanto em antagonismos (Lobo, 1992).

As sociedades assignam funções com base no sexo das pessoas, mas os tipos de funções que são designados para os homens ou mulheres variam ao longo do tempo e do mundo. A força de trabalho que emerge com a industrialização⁷ é constituída pelo pool de pessoas que trabalham por remuneração e a emergência destes trabalhadores assalariados criou uma nova distinção social: pessoas que trabalham por uma remuneração vs. aquelas que não estão ocupadas. A divisão sexual do trabalho reitera as distinções entre os papéis de trabalho dos homens e das mulheres, designando os homens à força de trabalho assalariada e as mulheres à

⁶ Entre elas os significados da relação de trabalho nas várias situações e para os vários sujeitos.

⁷ Com a Revolução Industrial, ocorre a emergência da força de trabalho e a produção familiar é substituída pela produção de mercado, na qual os capitalistas pagam salários aos trabalhadores para produzirem bens; como assalariados, os trabalhadores compram com seus salários o que produzem.

condução do domicílio e ao trabalho não remunerado. O resultado é que os empregadores organizam o trabalho e os sistemas de remuneração sobre o pressuposto de que os trabalhadores são homens e a renda masculina sustenta as mulheres que ficam em casa. Tais pressupostos teriam libertado os homens das responsabilidades domésticas e incentivado os estereótipos de que o trabalho doméstico é responsabilidade das mulheres, sendo seu papel apropriado no domicílio, e de que a esfera natural do homem é no mercado de trabalho. Esta distinção tem conseqüências importantes para a atribuição de gênero ao trabalho, tendo os homens mais probabilidades de pertencer à força de trabalho do que as mulheres. Os pressupostos ao redor das ocupações contribuem para a construção do gênero no trabalho de várias maneiras: a) o homem adquire aprovação social como trabalhador e o trabalho das mulheres se torna invisível porque é feito em casa; b) os valores sociais que encorajam os empregadores a banir as mulheres de várias ocupações tornam comum a discriminação por sexo; c) os empregadores podem justificar a baixa remuneração às mulheres porque presumivelmente os homens as sustentam (Reskin, Padavik, 1994).

O legado do pressuposto de que as mulheres não trabalhariam fora do domicílio, definindo o trabalho doméstico como esfera das mulheres, perdura até anos 70. Depois, com o estreitamento do *gap* entre as taxas de participação na força de trabalho de homens e mulheres, a discussão se volta para a análise das conseqüências dos pressupostos e práticas que constróem o gênero, principalmente a divisão do trabalho entre mulheres e homens que participam da força de trabalho que os segrega em diferentes ocupações. Isto quer dizer que o mercado de trabalho permanece baseado nas relações de gênero, em parte devido à inércia organizacional, ou seja, as decisões passadas foram baseadas explícita ou implicitamente em estereótipos de sexo e os efeitos destas decisões persistem. O efeito a ser analisado é a segregação de mulheres e homens em diferentes tipos de trabalho ou ocupações, enquanto forma de divisão sexual do trabalho.

2.2. Estereótipos de sexo das ocupações e segmentação do mercado de trabalho

Uma explicação teórica freqüentemente apontada pelos estudos para a persistência da segregação ocupacional por sexo é a existência de estereótipos de sexo das ocupações, ou seja, ocupações típicas de cada sexo. A noção de adequação das ocupações e funções a cada sexo é ditada sobretudo por crenças culturais sobre o gênero e o trabalho, nas quais se incluem os estereótipos de sexo, ou supostos sobre os indivíduos baseados em seu sexo. De acordo com os estereótipos de sexo, as mulheres e os homens seriam naturalmente adequados para diferentes tarefas. Tais estereótipos de sexo, juntamente com estereótipos sobre as características requeridas pelas ocupações, levam as ocupações a serem rotuladas como masculinas ou femininas, contribuindo para a persistência da segregação ocupacional por sexo e para as outras formas diversas de desigualdade de sexo no trabalho. Neste sentido, as sociedades estariam atribuindo gênero ao trabalho ao rotular as atividades como apropriadas para um sexo ou outro; tais rótulos influenciam as designações de ocupações de mulheres e de homens e influenciam as expectativas dos empregadores e trabalhadores sobre quem deve exercer as funções e ocupações (Semyonov, Scott, 1983; Williams, 1979; Reskin, Padavik, 1994).

Segundo esta linha de argumentação, ao analisar a dispersão das mulheres na estrutura ocupacional, as mulheres se concentram em poucas ocupações tipicamente femininas, quais sejam, aquelas que contam com maior proporção de mulheres. Na medida em que as mulheres entram no mercado de trabalho, elas tenderiam a se concentrar desproporcionalmente nas ocupações rotuladas como femininas; e neste sentido, um aumento no recrutamento de mulheres a ocupações específicas, tipicamente femininas (*female-labeled*), tenderia a aumentar a diferenciação. As ocupações no setor terciário, por exemplo, são as que mais demandam mão-de-obra feminina (*female-demanding*). No mesmo local de trabalho, haveria clivagens, isto é, não haveria homens e mulheres exercendo exatamente a mesma função (exceto em ocupações extremamente desqualificadas), devido

a esta separação entre as funções mais adequadas às mulheres e aos homens (Rodrigues, 1992). As mudanças no sexo que exerce uma função ocorreria então lentamente, dado que a divisão sexual do trabalho molda as expectativas sociais, e os tipos de trabalho são rotulados como pertencentes a um sexo e impróprio para o outro⁸.

Os estereótipos de sexo das ocupações determinantes da segregação ocupacional pressupõem mercados de trabalho segmentados por sexo, sendo homens e mulheres não competitivos, e havendo um baixo nível de mobilidade entre os segmentos, o que determina os diferenciais. A segmentação por sexo do mercado de trabalho tem raízes sociais mais profundas, ou seja, a posição da mulher no mercado de trabalho é parte de um sistema social no qual as mulheres são subordinadas. A idéia central é a existência de diferentes mercados de trabalho para diferentes grupos de pessoas (homens e mulheres), cuja segmentação se dá por fatores sociais e institucionais e ao comportamento dos grupos sociais envolvidos. A segmentação ocorre quando trabalhadores idênticos ocupam postos de trabalho que valorizam seus atributos de forma distinta. A argumentação referente à segmentação do mercado de trabalho enfatiza os fatores relacionados à estrutura do mercado de trabalho e à maneira pela qual homens e mulheres são segregados em diferentes segmentos do mercado de trabalho, para explicar as desigualdades de sexo no mercado de trabalho.

Dentre os modelos de segmentação dos mercados de trabalho, o *approach* do mercado dual de trabalho distingue entre dois tipos de empregos, dos setores primário e secundário, nos mercados interno e externo de trabalho. A segmentação do mercado de trabalho seria resultante do processo histórico de desenvolvimento da estrutura produtiva, desenvolvimento tal desigual, surgindo setores mais oligopolizados com empresas maiores e tecnologicamente mais dinâmicas, em contraposição a setores menos dinâmicos, menos concentrados e de menos desenvolvida base técnica. Os setores afetariam o comportamento da economia, criando formas específicas de determinação de salários e alterando as estruturas

⁸ No entanto, a própria divisão do trabalho pode gerar cooperação e interdependência entre os sexos.

ocupacionais; ou seja, as empresas, dadas suas necessidades tecnológicas ou institucionais, criariam estruturas de cargos e salários determinadas em grande parte por regras internas à própria empresa⁹ (Hamermesh, 1993).

Os empregos do setor primário seriam mais dinâmicos, melhores em termos de remuneração e oportunidades, e as qualificações dos trabalhadores tendem a ser específicas, havendo necessidade para os empregadores de estabilidade da força de trabalho, o que os leva a oferecerem melhores salários e perspectivas. Os empregos no setor primário seriam vinculados ao mercado interno de trabalho, que contém um conjunto de cargos e carreiras, caracterizado por salários relativamente mais elevados, empregos mais estáveis e maiores possibilidades de ascensão profissional. Dada a percepção pelos empregadores de uma menor estabilidade das mulheres¹⁰, elas são relegadas aos empregos do setor secundário, vinculados ao mercado externo de trabalho, no qual os cargos são menos estáveis, há menores possibilidades de ascensão, as empresas são menores e menos dinâmicas, em setores menos concentrados e pagando salários mais baixos. O resultado destes fatores é a existência de dois mercados, um para homens e outro para mulheres, com diferentes estruturas; os homens seriam preferencialmente contratados para cargos do mercado interno, enquanto as mulheres para as carreiras menos atrativas do mercado externo, ocupadas no setor secundário porque indesejadas no primário, o que configuraria uma barreira à passagem do secundário para primário (Ehrenberg, 1987; Camargo, Serrano, 1983). A prevalência de mercados primários e internos de trabalho encorajaria e perpetuaria a segregação ocupacional por sexo.

Segundo Anker & Hein (1986), as teorias da segmentação não explicam adequadamente porque o sexo é dimensão persistente e importante

⁹ O trabalhador entra na empresa em um ponto hierarquicamente inferior na estrutura de cargos e salários, e ao longo do tempo sobe na hierarquia. Cada empresa teria várias trajetórias para diferentes qualificações profissionais e os trabalhadores seriam promovidos em função de regras internas às firmas.

¹⁰ Posto que o absenteísmo e a rotatividade tendem a ser maiores nos empregos de mais baixo nível nos quais as mulheres tendem a se concentrar, maior rotatividade e absenteísmo entre as mulheres, se existem, seriam explicados em parte por diferenças por sexo no tipo de ocupação, mais do que por características inerentes às mulheres.

da segmentação do mercado de trabalho, provavelmente porque a causa básica pode estar fora da dimensão econômica, assim as variáveis econômicas não seriam suficientes. De acordo com Paiva (1980), a simples dualidade entre mercados de trabalho masculino e feminino é insuficiente para explicar as variações nos níveis de participação feminina, porque a mão-de-obra feminina não é homogênea. As mulheres têm acesso diferenciado à escolaridade, à qualificação e às ocupações no mercado de trabalho; conseqüentemente, a expansão do emprego varia de acordo com a estrutura dos segmentos sociais da população e com a dinâmica da economia¹¹. A segmentação do mercado de trabalho explica a distribuição ocupacional de homens e mulheres, mas não a segregação por sexo dentro dos setores, dado que ocupações masculinas e femininas podem envolver educação mais prolongada, ocupações femininas podem requerer treinamento específico e masculinas podem requerer menos qualificações. A segregação por sexo nas ocupações leva à consideração do sexo como uma dimensão na qual o mercado de trabalho é segmentado, havendo dois mercados de trabalho relativamente separados para homens e mulheres.

O processo de seleção dos trabalhadores para estes dois mercados estaria ligado ao sexo do trabalhador, entre outras características mais amplas, observáveis pelas empresas. As múltiplas causas desta divisão são basicamente de natureza social e cultural, operando simultaneamente no lado da demanda e da oferta. Do lado da demanda, a preferência dos empregadores por homens para certos cargos indica um certo grau de discriminação e crowding; do lado da oferta, as mulheres seriam levadas, através da socialização por papéis de gênero e dos investimentos em capital humano, a se qualificarem principalmente para cargos tradicionalmente femininos, limitando suas possibilidades no mercado de trabalho.

¹¹ Vale ressaltar a existência de outros tipos de segmentação institucional, dentre os quais entre trabalhadores com e sem carteira assinada; no entanto constata-se uma alta mobilidade entre tais segmentos.

2.3. Discriminação e *crowding*

Do lado da demanda pela força de trabalho, a partir da visão do comportamento do mercado de trabalho segundo a qual os trabalhadores possuem um conjunto de atributos produtivos e os empregadores escolhem seus trabalhadores na medida em que valorizam tais atributos, para a existência de desigualdades por sexo no mercado de trabalho seria necessário que ou os trabalhadores fossem distintos e/ou as firmas valorizassem de forma distinta os atributos. A definição de discriminação diz respeito ao tratamento desigual dos indivíduos devido aos atributos não produtivos, ou seja a características pessoais irrelevantes não relacionadas a sua performance ou habilidade de exercer a função. Isto quer dizer que a discriminação é o tratamento diferenciado para indivíduos com mesmos atributos produtivos. A segregação ocupacional por sexo ocorre quando os homens e as mulheres preenchem postos de trabalho distintos sem que possuam diferentes atributos produtivos. O mercado de trabalho incorpora a segregação ocupacional baseada em atributos não produtivos; neste caso, a alocação ocupacional diferenciada reflete a percepção dos empregadores¹², os quais escolheriam um tipo de trabalhador, dada a igualdade de qualificações (Cain, 1986).

A discriminação estatística é a prática de tratar os indivíduos com base em crenças sobre os grupos, ou seja, o indivíduo é julgado com base nos atributos do grupo ao qual pertence. As imperfeições de mercado determinam a informação imperfeita sobre as habilidades relativas entre os sexos por parte dos empregadores. Este modelo pressupõe que os empregadores percebem que em média a produtividade marginal de homens e mulheres diferem para uma dada ocupação e que há um custo alto de se verificar tais diferenças entre os candidatos homens e mulheres

¹² Segundo Becker (1957), a discriminação ocorre porque os empregadores, seguindo uma motivação econômica, têm preferências por contratar determinados tipos de trabalhadores, por ter ganhos relativos devido a menores custos de contratação. No entanto, os empregadores perdem com a discriminação, uma vez que os trabalhadores produzem menos do que numa economia sem discriminação.

individualmente¹³. A razão para a discriminação das mulheres pelos empregadores seria o receio de que o emprego de mulheres reduziria os lucros, devido à crença de que as mulheres em média tenderiam a ser menos estáveis, menos produtivas, ou haveria maior custo para empregá-las¹⁴; assim as discriminam devido aos estereótipos negativos. Desta forma, o comportamento economicamente eficiente dos empregadores que têm incertezas sobre as informações dos candidatos levaria à segregação por sexo, correspondente às diferenças na produtividade líquida média esperada dos candidatos homens e mulheres. Neste sentido, a segregação por sexo seria construída na hierarquia das posições organizacionais e sustentada por estereótipos de sexo e pelas relações sociais no local de trabalho. O modelo de discriminação estatística forneceria uma explicação para a existência da segregação ocupacional por sexo apesar da coincidência entre os sexos dos atributos para o trabalho. A seleção de trabalhadores através de referências¹⁵ tende a perpetuar o tratamento diferenciado e a desigualdade, dados os estereótipos, o viés contra as mulheres ou a crença de lucratividade no longo prazo (Bielby, Baron, 1986; Anker, Hein, 1986; Jacobsen, 1994).

A discriminação e a alocação diferencial às ocupações são atribuídas tanto às ações deliberadas de empregadores, quanto de empregados homens, os quais se esforçariam para preservar suas vantagens no local de trabalho, de várias maneiras, desde segregando os grupos subordinados - as mulheres - até negando a eles a oportunidade de adquirir habilidades

¹³ Mesmo sendo maiores as variações dentro dos grupos - entre mulheres e entre homens -, os empregadores consideram a média, dado que não seria possível obter informações para os candidatos individuais, maximizando lucros esperados ao segregar trabalhadores pelo sexo.

¹⁴ Fatores que determinam a percepção dos empregadores e contribuem para a discriminação estatística contra as mulheres como um grupo: a) absenteísmo, devido às responsabilidades familiares das mulheres; b) gravidez, que aumentaria os custos para os empregadores; c) rotatividade, relacionada às responsabilidades familiares e envolve o afastamento da força de trabalho; no entanto, há menor tendência das mulheres de mudarem de emprego devido a suas mais limitadas oportunidades; d) estereótipos de sexo das ocupações, segundo a percepção da adequação das mulheres às ocupações, dada a natureza da função (critérios de força muscular, habilidade de supervisão, predominância de homens na ocupação, docilidade, habilidades relacionadas a tarefas domésticas, *sex appeal*, entre outros) (Bielby, Baron, 1986; Anker, Hein, 1986; Jacobsen, 1994).

¹⁵ O custo de se obter informações detalhadas sobre os candidatos leva os empregadores a usar critérios de seleção como o sexo dos candidatos.

necessárias para progredir. Há várias razões para os homens enxergarem as mulheres como uma ameaça a sua posição de vantagem: o medo de perder o emprego, das mulheres melhor exercerem as funções ou levarem os empregadores a diminuírem os salários. A primeira linha de defesa dos homens é a exclusão das mulheres ou o impedimento às mulheres de adquirir qualificações necessárias para empregos tipicamente masculinos (Bielby, Baron, 1986).

A discriminação estatística produziria também desigualdades em outros aspectos profissionais entre homens e mulheres, como por exemplo nas oportunidades de investimentos *on-the-job* para o aumento da produtividade. A concentração de mulheres em ocupações quase exclusivamente femininas de mais baixos nível e remuneração, oferecendo oportunidades mais limitadas de treinamento e promoção, exerceria influência na percepção dos empregadores sobre as mulheres trabalhadoras, aumentando as chances de discriminação estatística (Hakim, 1993).

Segundo Bielby e Baron (1986), os "empregadores reservam alguns empregos para homens e outros para mulheres". Grande parcela da discriminação baseada no sexo é constituída por ações dos empregadores; são eles quem contratam os trabalhadores, os designam para funções, decidem quem promover e os remuneram. A maior parte da desigualdade de sexo deriva-se destas ações: contratação de nenhuma ou poucas mulheres para certos tipos de trabalhos, a negação de promoções e o pagamento de menores salários. As práticas administrativas dos empregadores contribuem para a divisão sexual do trabalho entre as ocupações, ao discriminar as mulheres e canalizá-las em tipos específicos de funções, limitando o acesso das mulheres às ocupações e restringindo o leque de ocupações nas quais elas se encontram (Anker, Hein, 1986; Bielby, Baron, 1986).

Comportamentos discriminatórios por parte dos empregadores empurram as mulheres para um estreito leque de ocupações, configurando a hipótese de *crowding*. O modelo de *crowding* pressupõe um processo que gera os diferenciais entre os sexos, mesmo se igualmente qualificados, segundo o qual as mulheres seriam sistematicamente excluídas das

ocupações mais desejáveis e concentradas (*crowded*) a um pequeno número de ocupações menos desejáveis. A hipótese de *crowding* se relaciona à discriminação, se os efeitos das preferências do empregador alocam diferenciadamente a força de trabalho feminina e masculina com idênticos atributos produtivos, situando as mulheres em número proporcionalmente menor de ocupações em relação aos homens, ocupações estas piores em termos de qualificação e remuneração. Isto se reflete na desigualdade de oportunidades de empregos para homens e mulheres com relação às ocupações disponíveis no mercado de trabalho¹⁶.

A segmentação por sexo gera um mercado de trabalho cujos cargos com melhor qualificação e remuneração são predominantemente masculinos. As mulheres competiriam entre si por poucas ocupações, sendo um segmento do mercado de trabalho artificialmente restrito e não competiriam com homens por um maior número de ocupações consideradas masculinas. As mulheres com os mesmos atributos produtivos dos homens são forçadas a se alocarem nas outras ocupações que lhes são ofertadas; estas outras ocupações passam a ter uma sobreoferta de mulheres, que se refletiria no congestionamento (*crowding*) dessas ocupações, ou seja, a restrição do leque ocupacional para as mulheres criaria artificialmente um excedente de mão-de-obra feminina. O congestionamento gera a prática de discriminação sexual no mercado de trabalho; e os mesmos fatores que conduzem ao relativo congestionamento do setor feminino reforçam a segregação ocupacional por sexo. Neste sentido, se ocorre um aumento do volume de mão-de-obra feminina e não se altera seu leque ocupacional, tal efeito estaria ocorrendo relacionado à hipótese de *crowding*, rebaixando seus salários, enquanto a maior dispersão ocupacional dos homens tenderia a elevar seus salários (Jacobsen, 1994; Santos, 1993; Anker, Hein, 1986).

¹⁶ Menores oportunidades de emprego para mulheres em relação à oferta feminina de trabalho, e o contrário para os homens; diferentes acessos ocupacionais no mercado de trabalho resultante de desigualdade de oportunidades e do mercado de trabalho segmentado.

2.4. Socialização por papéis de gênero e capital humano

Da perspectiva da oferta dos trabalhadores, haveria diferenças por sexo nas preferências e na produtividade. As razões para as mulheres aceitarem menos oportunidades e benefícios do que homens, pressupondo a orientação primária das mulheres para a família e não para o emprego, são discutidas pela teoria do capital humano e pela teoria da socialização por papéis de gênero. As diferenças por sexo na oferta de trabalho seriam responsáveis por uma parcela da segregação, mesmo em ocupações mais integradas, ou seja, a especialização do trabalho com base no sexo poderia existir, dentro dos processos de geração e reprodução da desigualdade.

Uma das explicações para a persistência da segregação ocupacional seria a socialização por papéis de gênero no trabalho entre homens e mulheres, fator este exógeno ao mercado de trabalho e que influencia a decisão do indivíduo em escolher sua profissão e ofertar-se no mercado de trabalho, ao diferenciar as expectativas e as orientações ao trabalho por sexo. De acordo com Reskin e Padavik (1994), o processo de socialização seria parte de um processo maior de construção social do gênero, através do qual os homens e as mulheres que diferem em termos biológicos se transformam em dois grupos que diferem em aparência e oportunidades, definindo a feminilidade e a masculinidade.

As sociedades produzem e mantêm as diferenças de gênero através de processos sociais nos quais se inclui a socialização por papéis de gênero, que é o processo através do qual as famílias, as escolas e a mídia determinam as expectativas da sociedade em relação a atitudes, discurso, personalidade, atividades e aspirações "apropriadas" para cada sexo. As maneiras pelas quais tal processo contribui para o trabalho desigual são:

- a) leva as mulheres a se orientarem mais a suas famílias do que a suas profissões, sendo que a socialização diferente de homens e mulheres os inclinam somente para as ocupações aceitáveis pela sociedade para seu sexo;
- b) contribui para a tendência de homens e mulheres possuírem diferentes valores que afetam suas vidas de trabalho;
- c) encoraja os homens a esperar uma divisão sexual do trabalho que lhes reserve certas ocupações,

promoções, autoridade e maior remuneração, como sua posição no domicílio, o que é agravado por sua posição de tomadores de decisão (Reskin, Padavik, 1994).

Os processos socializadores que se reproduzem através da família, escola e meios de comunicação orientam os indivíduos para ocupações consideradas mais próprias para mulheres ou homens, ou seja, o processo de escolha profissional ocorreria no pré-mercado de trabalho, dentro da própria esfera familiar. As mulheres escolheriam ocupações que acreditam serem compatíveis com a situação de que forçosamente têm responsabilidades familiares e profissionais. As dimensões relacionadas às diferenças se referem à determinação de um perfil das mulheres que as encorajam para a educação e a orientação, e para a maior aceitação das responsabilidades domésticas e cuidado com filhos; e as desencorajam para o exercício da autoridade e agressividade, para a quantidade ou performance em atividades mecânicas, e para o stress físico (England, Farkas, 1986; Hakim, 1992).

A socialização, através do desenvolvimento de diferentes perfis em homens e mulheres, afetaria a segregação ocupacional por sexo ao perpetuar as escolhas por diferentes ocupações¹⁷. Desta forma, a socialização orienta as mulheres para a casa e a família, fazendo com que escolham ocupações que permitam ser combinadas com seus deveres na família. A esfera familiar é caracterizada como o fator determinante na existência de ocupações predominantemente masculinas ou femininas, dado que os homens e as mulheres de um mesmo ambiente familiar não seriam criados como indivíduos com mesmos potenciais para o mercado de trabalho. As mulheres escolheriam costumeiramente ocupações femininas e aceitariam menores salários porque não seriam primariamente orientadas para o trabalho assalariado, ao contrário dos homens. Poderia-se dizer que

Prof. de
Afetivitat
costureira
esta vlt
como ha
de dome
e a prime
uma pro
de moça

¹⁷ A socialização afeta a oferta de trabalho por gerar perfis diferenciados por sexo e também a demanda, já que os empregadores usam percepções sobre tais perfis para se decidirem sobre a alocação de homens e mulheres.

há discriminação no processo de socialização determinada por preconceitos¹⁸ (Anker, Hein, 1986; Bruschini, 1994).

A literatura neoclássica, na qual se inclui a teoria do capital humano, postula a existência de diferenças nos gostos e escolhas para as atividades produtivas segundo o sexo e a busca da alocação eficiente dos recursos humanos, ou seja, as diferenças nas habilidades para as atividades produtivas levaria à exploração das vantagens comparativas através da divisão do mercado de trabalho segundo o sexo. A alocação ocupacional dos trabalhadores diferenciada por sexo seria determinada por processos de maximização de lucros dos empregadores e de utilidade por parte dos indivíduos, como resultado de diferenças em atributos produtivos dos trabalhadores (Jacobsen, 1994).

A teoria do capital humano enfatiza as diferenças por sexo nas variáveis que afetam a produtividade e a oferta de trabalho para explicar porque as mulheres são alocadas diferentemente dos homens no mercado de trabalho. Segundo a teoria do capital humano, os indivíduos gastam consigo mesmos em busca de retornos futuros, ou seja, não são decisões de consumo, mas decisões racionais de investimento. Baseada em preferências pessoais e retornos associados à qualificação, a decisão do indivíduo sobre quanto investir em capital humano maximiza o valor presente do bem-estar ao longo do seu ciclo de vida. Assumindo que o mercado de trabalho opera de maneira não discriminatória, os trabalhadores em condições de competição são remunerados pelo valor de seu produto marginal (produtividade) e as famílias alocam seus recursos entre seus membros de maneira racional, as mulheres seriam alocadas diferentemente dos homens no mercado de trabalho devido a seus menores níveis de capital humano e de produtividade no trabalho¹⁹ (Anker, Hein, 1986; England, 1992).

¹⁸ A socialização na infância não seria tão importante para explicar concentração de homens e mulheres em diferentes ocupações; o que seria importante são as recompensas e punições vividas pelas pessoas em resposta a seus comportamentos (Reskin, Padavik, 1994).

¹⁹ As interrupções no ciclo de trabalho para ter filhos tornariam os empregadores relutantes a investir no treinamento das mulheres, dado que elas acumulariam menor experiência e teriam suas qualificações depreciadas.

Através de educação, treinamento e experiência *on-the-job*, os indivíduos investem em seu capital humano e estes investimentos tornam alguns mais produtivos que outros. A teoria do capital humano assume que a orientação das mulheres para suas famílias inibe seus investimentos em educação, treinamento e experiência, tornando as mulheres menos produtivas do que os homens. A escolaridade afeta a participação na força de trabalho e os tipos de ocupações exercidas²⁰; o treinamento tende a ser fornecido a homens e mulheres de diferentes formas, devido a valores culturais ou ações dos empregadores²¹; e a experiência das mulheres em média é menor, apesar da tendência de diminuição das diferenças. Supondo que o emprego das mulheres seja intermitente devido às responsabilidades domésticas, enquanto estiverem fora do mercado de trabalho, suas qualificações se depreciam em empregos que envolvem treinamento *on-the-job*. Neste sentido, as mulheres seriam induzidas a escolher atividades com menor custo de interrupção e retorno, optando por ocupações que requerem qualificações que se depreciem menos rapidamente. Desta forma, as diferenças sexuais em depreciação em capital humano explicariam em parte a segregação ocupacional.

²⁰ O papel das diferenças de educação na explicação da desigualdade por sexo no trabalho vem perdendo importância, dado que as mulheres tendem a ter mais anos de estudo e que diminui a diferença de campos de estudo (Reskin, Padavik, 1994).

²¹ A fonte mais importante de treinamento ocorre no emprego, no entanto as ocupações femininas seriam menos favoráveis a fornecer treinamento *on-the-job*.

Capítulo 3: Metodologia

Dentro dos objetivos gerais, a metodologia proposta pretende verificar as tendências ocupacionais da participação feminina mercado de trabalho não-agrícola na década de 80, para consubstanciar as explicações para tais tendências. Neste capítulo é delimitada a base de dados utilizada para a análise do nível e do padrão da segregação ocupacional por sexo e feita uma revisão do estado da arte metodológico da mensuração da segregação ocupacional por sexo. A comparação de tendências na segregação ocupacional por sexo será feita para os grandes grupos ocupacionais e entre os subgrupos definidos segundo a classificação ocupacional usando a tipologia que diferencia ocupações integradas e segregadas e os índices convencionais e baseados em modelos log-lineares.

3.1. Base de dados

Na prática, os resultados das análises sobre o grau e o padrão da segregação ocupacional por sexo são mais determinados por outros aspectos metodológicos do que pelos índices escolhidos, aspectos estes substantivos e técnicos, como vários estudos documentam (Williams, 1979; Hakim, 1992, 1993; England, Farkas, 1986; Jacobs, 1989). Os pontos metodológicos determinantes dos resultados são a escolha da população base, a classificação ocupacional e a ponderação.

3.1.1. Escolha da População Base

Os dados ao nível macro constituem o ponto de partida essencial para a compreensão da situação das mulheres no mercado de trabalho. A escolha da população base afeta os resultados das análises ao nível nacional, dado que há uma variação da composição ocupacional e da razão de sexo em cada população base, com efeitos nos resultados.

Este estudo trata da estrutura ocupacional nacional e as unidades de análise são as ocupações, devido ao interesse na parcela de mulheres em cada ocupação e seu lugar na estrutura ocupacional nacional. Tal tipo de

análise não permite questões sobre a estrutura das funções por ocupação nos estabelecimentos, apesar de que o estudo conduzido ao nível da ocupação oculta a divisão sexual do trabalho por não aprofundar na segregação entre as funções nas ocupações, fazendo com que pareçam integradas.

A base de dados utilizada se constitui do universo da população ocupada em atividades e ocupações não-agrícolas das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, dos anos de 1981 e 1990 para o Brasil. As informações se referem ao trabalho principal dos indivíduos ocupados em atividades e ocupações não-agrícolas¹. A base de dados inclui pessoas ocupadas sem rendimentos, em todas as posições na ocupação; e se refere somente à atividade principal da pessoa. Embora a referência ao trabalho principal da PNAD possivelmente subestime as atividades econômicas femininas, possibilita uma comparação entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho².

3.1.2. Classificação Ocupacional

O primeiro aspecto a ser considerado é a consistência da classificação ocupacional ao longo do período analisado. Um dos maiores entraves à análise longitudinal de ocupações detalhadas é a redefinição das ocupações e a mudança resultante no número de categorias ocupacionais. O universo de análise das ocupações detalhadas das PNADs é invariante ao longo da década de 80, eliminando um fator que poderia afetar a confiabilidade de qualquer medida resumida, e possibilitando a comparabilidade dos dados ocupacionais e a análise das medidas em termos de tendências.

Outro aspecto a ser ressaltado é a importância da classificação ocupacional escolhida e seu nível de detalhamento, dado que as medidas são sensíveis ao número de categorias utilizadas. Há uma tendência de que

¹ Devido à maior subestimação das atividades econômicas femininas no ramo de atividade agrícola.

² Sem desconsiderar algumas dificuldades de definição, como por exemplo de desemprego entre mulheres, dado que para muitas um emprego não é sua atividade principal, assim como a ausência de emprego não é um aspecto dominante em suas vidas.

quanto mais agregados os grupos ocupacionais, menor o grau de segregação ocupacional verificado³. Quando as medidas de diferenciação são calculadas sobre uma base de categorias mais amplas, tendem a evidenciar menor diferenciação do que mesmas medidas calculadas sobre uma base de ocupações detalhadas dentro da categoria, a menos que cada ocupação detalhada tenha a mesma proporção de mulheres do que a categoria. Conseqüentemente, quanto mais ampla a classificação ocupacional, mais provável é a subestimação da segregação ocupacional por sexo, e quanto mais refinada a classificação, mais provável se estimar corretamente o nível de segregação ocupacional por sexo (Hakim, 1993; Williams, 1979). Os estudos variam muito em relação à classificação ocupacional utilizada⁴, o que dificulta a comparação dos resultados.

Nesta dissertação, serão utilizados dados ocupacionais mais agregados - os grupos ocupacionais da PNAD⁵-, e dados ocupacionais mais detalhados - as ocupações não-agrícolas de setores de atividades não-agrícolas constantes na PNAD⁶. A análise é feita ao nível das categorias ocupacionais mais agregadas, porque os padrões diferenciais da segregação ocupacional por sexo neste nível significam diferenças mais amplas nas condições sócio-econômicas⁷.

3.1.3. Ponderação

No que se refere à ponderação, as medidas são sensíveis ao tamanho das unidades usadas, ou seja, as ocupações afetam os índices na proporção direta de seu tamanho (Williams, 1979). A ponderação será discutida no item referente ao índice padronizado por tamanho, o qual evita o problema de

³ Ocupações que são 100% masculinas ou femininas numa classificação detalhada são agregadas em unidades maiores e mais integradas numa classificação mais ampla.

⁴ Por exemplo, Hakim (1992) utiliza 550 unidades ocupacionais e 15 grupos ocupacionais mais amplos; Bianchi & Rytina (1986) utilizam 12 grupos ocupacionais; Bielby & Baron (1986) usam 7 grupos; Presser & Kishor (1991) usam 11; entre outros.

⁵ Técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas; administrativas; indústria de transformação e construção civil; comércio e atividades auxiliares; transporte e comunicação; prestação de serviços; outras ocupações.

⁶ Excluídas as ocupações mal definidas e não declaradas.

⁷ Grande parte da heterogeneidade ocupacional em oportunidades na vida, condições de trabalho e práticas de consumo se localizam ao nível das categorias mais amplas.

variações no valor da segregação devido simplesmente às mudanças no tamanho das ocupações.

3.2. Medidas da segregação ocupacional

É fundamental que seja discutido cada método de mensuração da segregação ocupacional para delinear suas limitações, vantagens e significados. A utilização dos índices é necessária porque o exame detalhado do padrão de inserção feminina, embora mais informativo do que os índices, requer ser complementado por tais para uma análise de tendências. As medidas resumidas que caracterizam o nível geral da segregação ocupacional por sexo permitem comparações ao longo do tempo no grau de segregação e a verificação de diferenças entre grupos demográficos e setores. Os índices de segregação são resumos escalares de complexas curvas de segregação que representam a composição por sexo de todas as ocupações, portanto a análise deve conter a construção e a comparação dos índices e padrões de segregação. A consistência no indicador utilizado se torna crucial para medir as mudanças e as alterações no ritmo das mudanças.

Os métodos básicos utilizados para se chegar a medidas da mudança na segregação ocupacional por sexo são: a) índice de dissimilaridade e sua decomposição em componentes da estrutura ocupacional e da composição por sexo; b) índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho; c) *odds ratios* extraídas de modelo log-linear e índice de associação global sob modelo log-linear saturado. Seguindo a seleção e o agrupamento das medidas de segregação feitos por Charles & Grusky (1995), haveria duas formas de dependência marginal:

		<i>Estrutura Ocupacional</i>	
		<i>Dependente</i>	<i>Independente</i>
<i>Razão de Sexo</i>	<i>Dependente</i>		Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho
	<i>Independente</i>	Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan	Odds Ratios (ou funções delas)

Todas as medidas têm seus pontos fortes e fracos, documentados por vários estudos, entre outros Duncan & Duncan (1955), Williams (1979), Semyonov & Scott (1983), Hakim (1992, 1993), Jacobsen (1994), Charles & Grusky (1995).

As limitações dos índices de número simples ocorrem porque tais não descrevem adequadamente o padrão de mudança na estrutura ocupacional. Tais medidas são determinadas internamente, ou seja, seus valores são determinados pela distribuição interna dos casos na base de dados analisada, estando as comparações restritas a apenas um par de cada vez, que é exatamente o que facilita o cálculo destes índices⁸. Os índices convencionais de segregação tratam a estrutura ocupacional como uma variável nominal, medindo a diferenciação nominal e sendo portanto inadequados para o cálculo da desigualdade entre as distribuições feminina e masculina medida através de uma escala sócio-econômica. Algumas formas de variabilidade podem ser reveladas na maneira em que os trabalhos masculino e feminino são separados e não meramente no nível de tal separação⁹. Neste sentido, os perfis detalhados da segregação ocupacional por sexo não são adequadamente descritos por índices escalares, nem modelos explicativos satisfatórios podem ser planejados quando estes índices são aplicados.

Embora tenha problemas quando usado para comparar populações ao longo do tempo, o índice de dissimilaridade é utilizado para comparar períodos com diferentes taxas de participação feminina na força de trabalho, pois é invariante sob transformações multiplicativas da razão de sexo, mas não sob transformações multiplicativas das margens ocupacionais. Este índice capta corretamente a segregação agregada de forma resumida para uma população em um ponto no tempo, mas sua incapacidade de controlar por mudanças estruturais nas ocupações limita seu uso como uma medida

⁸ A segregação ocupacional assume o valor zero somente quando há uma razão de sexo absolutamente uniforme em cada grupo ocupacional na força de trabalho; um grau de variação aleatória em torno da média seria um pressuposto mais realista (Hakim, 1993).

⁹ Assim, é mais difícil interpretar a variabilidade temporal ou cross-section nos índices convencionais, dado que as forças atrás de cada variabilidade podem ser simples diferenças de distribuição na estrutura ocupacional ou a heterogeneidade na composição por sexo nas ocupações.

longitudinal válida. O índice de dissimilaridade computado em sua forma original não controla por mudanças que podem ocorrer devido a mudanças na estrutura ocupacional¹⁰.

Dada a magnitude da reestruturação industrial na década de 80, em particular a mudança dos empregos do setor industrial para o setor de serviços, seria uma vantagem utilizar um índice que não refletisse mudanças no tamanho das ocupações. O índice padronizado elimina a dependência da estrutura ocupacional, mas ao custo de perder a invariância de escala que caracteriza o índice original. Neste sentido, todos os índices convencionais são problemáticos, dado que nenhum deles controla simultaneamente por mudanças na estrutura ocupacional e na composição por sexo da força de trabalho, que são determinantes da segregação ocupacional por sexo. Para eliminar simultaneamente as formas de dependência marginal, o método que permite obter um indicador da segregação ocupacional por sexo controlando tanto pela composição por sexo quanto pela estrutura ocupacional da força de trabalho está disponível no contexto dos modelos log-lineares, através de medidas que são funções de produtos de razões (*odds ratios*)¹¹.

3.2.1. Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D)

A técnica mais comumente utilizada para medir a segregação é o índice de dissimilaridade proposto por Duncan & Duncan (1955). Este índice pode assumir várias formas para medir a segregação entre 2 tipos de pessoas - por exemplo, homens e mulheres - em qualquer número de diferentes classificações - por exemplo, ocupações. Baseado em comparar as distribuições de homens e mulheres ao longo de todas as ocupações, este indicador da segregação ocupacional por sexo é interpretado como a proporção de mulheres ou homens que teriam que trocar de ocupações de maneira que a razão de sexo de cada ocupação fosse igual à razão de sexo da força de trabalho como um todo, ou seja, para eliminar a segregação

¹⁰ Mudanças no número e tamanho das ocupações: quanto maior o tamanho de uma categoria ocupacional, e maior o número de categorias, maiores os valores da segregação.

¹¹ Estas análises baseadas em medidas independentes dos totais marginais da segregação ocupacional por sexo podem levar a revisões não triviais da compreensão de sua variabilidade temporal e espacial.

ocupacional, sem substituição (Williams, 1979; Bianchi, Rytina, 1986; Jacobs, 1989; Jacobsen, 1994; Charles, Grusky, 1995; Psacharopoulos, Tzannatos, 1992).

O índice de dissimilaridade D equivale à metade da soma das diferenças absolutas entre os coeficientes masculinos e femininos de representação em cada ocupação, ou seja, entre as proporções de cada sexo para cada ocupação, e é expresso através da equação 1:

$$D = \sum_{j=1}^J \left| \left(\frac{F_j}{F} \right) - \left(\frac{M_j}{M} \right) \right| \cdot 100 \cdot \frac{1}{2} \quad (1)$$

sendo: J = número total de ocupações;

F_j = número de indivíduos de um grupo - mulheres - na ocupação j;

F = número de mulheres ocupadas na força de trabalho total;

M_j = número de indivíduos no grupo de comparação - homens - na ocupação j;

M = número de homens ocupados na força de trabalho total;

D = porcentagem da força de trabalho que deve mudar de ocupação para trazer a correspondência perfeita entre a razão de sexo em cada ocupação e a taxa total de participação feminina na força de trabalho.

Os valores assumidos pelo índice de dissimilaridade D variam de 0, quando não há diferença nas distribuições ocupacionais de homens e mulheres, ou seja, há uma integração completa, a 100, quando há uma segregação completa. Este índice utiliza a definição implícita de integração como a situação na qual a representação proporcional de cada sexo em cada ocupação é a mesma da força de trabalho total (Jacobsen, 1994)¹².

Desta forma, este índice mostra a porcentagem de cada grupo (homens ou mulheres) que teria que trocar de ocupação para que fossem alcançadas distribuições iguais por sexo, ou seja, a integração completa¹³.

¹² Por exemplo, se as mulheres fossem 40% da força de trabalho, o índice seria 0 se cada ocupação fosse 40% feminina. Neste sentido, não têm importância os números absolutos de homens e mulheres na força de trabalho, mas a distribuição percentual de homens e mulheres ao longo das ocupações.

¹³ Se D=40, 40% das mulheres (homens) teriam que mudar para ocupações predominantemente masculinas (femininas).

3.2.2. Decomposição do índice de dissimilaridade em componentes da estrutura ocupacional e da composição por sexo

Seguindo a proposta de Blau & Hendricks (1978) e Bianchi & Rytina (1986), procura-se decompor o índice de dissimilaridade para verificar se suas tendências de mudanças se devem aos componentes da estrutura das ocupações ou da composição por sexo. O índice pode ser rescrito através da equação 2:

$$S_t = \frac{1}{2} \sum_j \left| \frac{q_{jt} T_{jt}}{\sum q_{jt} T_{jt}} - \frac{p_{jt} T_{jt}}{\sum p_{jt} T_{jt}} \right| \quad (2)$$

sendo: F_{jt} = número de mulheres na ocupação j no tempo t ;

M_{jt} = número de homens na ocupação j no tempo t ;

$T_{jt} = F_{jt} + M_{jt}$;

$p_{jt} = F_{jt}/T_{jt}$ (% de mulheres);

$q_{jt} = M_{jt}/T_{jt}$ (% de homens).

Este índice pode ser decomposto em um peso ou fator da estrutura ocupacional e em uma taxa ou fator da composição por sexo:

$$EO = \frac{1}{2} \left[\sum_i \left| \left(\frac{q_{i1} T_{i2}}{\sum q_{i1} T_{i2}} \right) - \left(\frac{p_{i1} T_{i2}}{\sum p_{i1} T_{i2}} \right) \right| - \sum_i \left| \left(\frac{q_{i1} T_{i1}}{\sum q_{i1} T_{i1}} \right) - \left(\frac{p_{i1} T_{i1}}{\sum p_{i1} T_{i1}} \right) \right| \right] \quad (3)$$

$$CS = \frac{1}{2} \left[\sum_i \left| \left(\frac{q_{j2} T_{j1}}{\sum q_{j2} T_{j1}} \right) - \left(\frac{p_{j2} T_{j1}}{\sum p_{j2} T_{j1}} \right) \right| - \sum_i \left| \left(\frac{q_{j1} T_{j1}}{\sum q_{j1} T_{j1}} \right) - \left(\frac{p_{j1} T_{j1}}{\sum p_{j1} T_{j1}} \right) \right| \right] \quad (4)$$

Se é constatada uma mudança da estrutura das ocupações, o declínio do índice de dissimilaridade se deve ao crescimento mais rápido das ocupações mais integradas do que das mais segregadas, mesmo se a proporção de mulheres nas categorias ocupacionais permanece a mesma. Se é verificada uma mudança da composição por sexo, o declínio do índice é devido ao aumento da proporção de mulheres em ocupações predominantemente masculinas ou diminuição nas femininas, ou seja, ao declínio da segregação ocupacional nas categorias.

3.2.3. Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s)

O índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho é a medida absoluta padronizada de segregação que controla pelo efeito da estrutura ocupacional tratando todas as ocupações como se fossem do mesmo tamanho, calculado sobre um número fixo de categorias ocupacionais comparáveis, fazendo com que o tamanho das ocupações seja controlado (Williams, 1979; Semyonov, Scott, 1983; Charles, Grusky, 1995). O índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho (D_s) é expresso através da equação 5:

$$D_s = \sum_{j=1}^J \left[\frac{\left(\frac{F_j}{T_j} \right)}{\sum_{j=1}^J \left(\frac{F_j}{T_j} \right)} \right] - \left[\frac{\left(\frac{M_j}{T_j} \right)}{\sum_{j=1}^J \left(\frac{M_j}{T_j} \right)} \right] \cdot 100 \cdot \frac{1}{2} \quad (5)$$

onde: T_j = número total de homens e mulheres na ocupação $j = M_j + F_j$; os numeradores (F_j/T_j) e (M_j/T_j) indexam as proporções feminina e masculina na ocupação j ; os denominadores ajustam tais valores sobre as proporções prevalentes nas outras ocupações.

D_s não é afetado pela forma da distribuição ocupacional, dado que padroniza cada uma das J ocupações ao mesmo tamanho, não permitindo que mudanças no tamanho das ocupações ao longo do tempo afetem o valor do índice, não sendo portanto contaminado por efeitos composicionais. Apesar do índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho resolver o problema do tamanho, seu procedimento de ponderação gera uma estimativa enviesada, ao aumentar o impacto das categorias pequenas e diminuir a influência das maiores categorias. Enquanto esta padronização elimina uma forma de dependência marginal, tem o efeito perverso de introduzir uma nova dependência da taxa de participação feminina na força de trabalho¹⁴ (Jacobs, 1989; Semyonov, 1980; Charles, Grusky, 1995; Jacobsen, 1994). Segundo Hakim (1992), tal índice refletiria as percepções sobre a força de trabalho entre as pessoas que escolhem suas ocupações, dado que as escolhas são afetadas pelas percepções das ocupações como

¹⁴ Se o número de mulheres em cada ocupação é multiplicado por uma constante, o valor de D_s muda.

predominantemente masculinas ou femininas, como relativamente abertas ou fechadas a eles, mas não seriam influenciados pelos tamanhos relativos das ocupações.

3.2.4. Índice de associação global sob modelo log-linear saturado

O *approach* geral log-multiplicativo proposto por Charles & Grusky (1995) é uma adaptação de uma série de modelos de associação consistentes com a prática convencional de resumir a variabilidade em um único parâmetro. Os modelos log-multiplicativos introduzidos pelos autores são rescritos como simples modelos log-lineares. Simplificando o *approach* proposto por Charles & Grusky, adaptando-o a um só país k- Brasil¹⁵, o ponto de partida é um modelo log-multiplicativo expresso pela equação 6:

$$m_{ij} = \alpha \beta_i \gamma_j e^{(Z_i v_j)} \quad (6)$$

sendo: i = indexador do sexo; j = indexador do grupo de ocupações; m_{ij} = frequência esperada na célula (i, j) ; α = média; β_i = efeito marginal para o sexo i ; γ_j = efeito marginal para a ocupação j , Z_i = variável indicadora de sexo ($Z_1=0$; $Z_2=1$) e v_j = valor para o grupo de ocupações j ¹⁶.

Utilizando $i=1$ e $j=1$ como as categorias de referência, a associação sexo-por-ocupação é expressa em uma série de efeitos de coluna v_j , cujo somatório é restrito a zero, $\sum_{j=1}^J v_j = 0$, e os parâmetros para a primeira linha e coluna são restritos a igualar um, $\beta_1 = \gamma_1 = 1$. Quando o modelo representado pela equação 6 é adequado, os seguintes resultados ocorrem, sendo $M_j = m_{j1}$ e $F_j = m_{1j}$ ¹⁷:

$$\ln(\beta_2) = \frac{1}{J} \left[\sum_{j=1}^J \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) \right] \quad (7)$$

¹⁵ Charles e Grusky (1995) utilizam a variável país, com o propósito de comparação internacional dos valores da segregação ocupacional.

¹⁶ Este modelo pode ser rescrito como um modelo log-linear saturado: $\ln m_{ij} = \lambda + \lambda_i^S + \lambda_j^O + \lambda_{ij}^{SO}$; sendo: i = indexador do sexo S (1 =homens, 2 =mulheres); j = indexador da categoria ocupacional O ; m_{ij} = frequência esperada na célula (i, j) ; λ = média; λ_i^S = efeito marginal para o sexo i ; λ_j^O = efeito marginal para a ocupação j ; λ_{ij}^{SO} = efeito de interação sexo-ocupação.

¹⁷ A notação é mantida a partir das equações dos outros índices para enfatizar a conexão entre os índices convencionais de segregação e as medidas derivadas de modelos log-lineares.

$$v_j = \ln\left(\frac{F_j}{M_j}\right) - \left[\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J \ln\left(\frac{F_j}{M_j}\right)\right] = \ln\left(\frac{F_j}{M_j}\right) - \ln(\beta_2) \quad (8)$$

O principal efeito de sexo, $\ln(\beta_2)$, é meramente a média dos logaritmos das razões de sexo, enquanto os efeitos de ocupação, v_j , são simplesmente os desvios da razão de mulheres sobre homens no grupo de ocupações j em relação à razão média de todos os grupos de ocupações, ou seja, o desvio do grupo em relação à representação feminina (estimativas do parâmetro positivas indicam sobrerrepresentação feminina, e negativas, masculina).

Os efeitos, não importa como são codificados, não serão afetados pelas variações nos totais das linhas (estrutura ocupacional ou tamanho relativo dos grupos de ocupações) e das colunas (composição por sexo ou participação das mulheres na força de trabalho). Revertendo as linhas e colunas, ou seja, as freqüências na tabela 2×8 para uma tabela 8×2 , os termos de interação podem ser usados para gerar um novo índice de segregação que não é afetado por variações da razão de sexo da distribuição ocupacional, sendo assim melhor para comparações.

O fator distintivo do modelo é que ele atribui escalas às ocupações sem assumir nenhum *ranking* prévio, parametrizando o perfil da segregação ocupacional por sexo em termos dos efeitos de linha. A associação sexo-por-ocupação é expressa na série de efeitos das J linhas. A parametrização dos efeitos da mudança de forma multiplicativa resulta em um modelo invariante sob todas as possíveis reordenações das categorias de linha e coluna.

No entanto, para a construção de um índice escalar de segregação ocupacional por sexo independente dos totais marginais, a medida proposta por Charles e Grusky (1995) pode ser calculada sem realmente ajustar um modelo log-linear, porque se baseia no modelo saturado. Os autores se baseiam em um modelo que adequa a associação entre ocupação e sexo e depois resumem os parâmetros deste modelo em um simples índice escalar. Ainda que havendo alguma perda de informação, o novo índice é sensível a todos os desvios da perfeita integração.

$$R = \frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^J \left[\ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) - \left[\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) \right] \right] \quad (9)$$

$$A = \exp \left(\frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^J v_j^2 \right)^{\frac{1}{2}} = \exp \left(\frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^J \left\{ \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) - \left[\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) \right] \right\}^2 \right)^{\frac{1}{2}} \quad (10)$$

R fornece a soma dos desvios específicos por ocupação em relação à representação dos sexos; o fator pelo qual as mulheres estão representadas desproporcionalmente na ocupação média é dada por $\exp(R)$. Em um mercado de trabalho perfeitamente integrado $R=0$ e $\exp(R)=1$; em um mercado de trabalho perfeitamente segregado, R é indefinido porque $M_j = 0$ em todas as ocupações predominantemente femininas (Charles, 1992; Charles, Grusky, 1995).

Este novo índice de associação, diferentemente do índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho, é invariante sob transformações multiplicativas da razão de sexo; quando F_j é multiplicado pelo fator c para todos os j , A pode ser reexpresso como:

$$\begin{aligned} A^* &= \exp \left(\frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^J \left\{ \ln \left(c \frac{F_j}{M_j} \right) - \left[\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J \ln \left(c \frac{F_j}{M_j} \right) \right] \right\}^2 \right)^{\frac{1}{2}} = \\ &= \exp \left(\frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^J \left\{ \ln(c) + \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) - \left[\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J \ln(c) + \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) \right] \right\}^2 \right)^{\frac{1}{2}} = \quad (11) \\ &= \exp \left(\frac{1}{J} \cdot \sum_{j=1}^J \left\{ \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) - \left[\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J \ln \left(\frac{F_j}{M_j} \right) \right] \right\}^2 \right)^{\frac{1}{2}} = A \end{aligned}$$

O fator constante se cancela sob a álgebra de logaritmos naturais, e A^* se reduz a A ; A também não muda quando margem ocupacional j é multiplicada por uma constante, porque $(cF_j/cM_j) = (F_j/M_j)$ para qualquer c ; assim, A pode ser usado para comparar momentos com diferentes distribuições ocupacionais.

Dada a natureza multi-facetada da segregação ocupacional por sexo, uma maior variedade de medidas é necessária para captar sua estrutura, suas tendências e suas diferenças. Dado que podem existir diferenças no

nível de segregação dentro das categorias ocupacionais que ocultem parte da associação sexo-por-ocupação, pretende-se verificar o padrão de mudança da estrutura ocupacional e os efeitos de agregação e desagregação nas estatísticas de segregação ocupacional por sexo através da aplicação e comparação dos índices às classificações ocupacionais mais agregadas e menos agregadas, para o total da força de trabalho e para seus subgrupos.

Capítulo 4: A Extensão da Segregação Ocupacional por Sexo no Brasil na Década de 80

A análise da segregação ocupacional por sexo no Brasil deve se inserir no contexto de uma análise mais ampla das tendências de participação de mulheres e homens na força de trabalho, para que as fontes de mudança e desenvolvimento no mercado de trabalho sejam consideradas juntamente. Partindo do universo de análise definido no capítulo anterior, pretende-se verificar a extensão da segregação ocupacional por sexo no Brasil nos anos de 1981 e 1990, e buscar caracterizar esta segregação em algumas de suas dimensões.

Em primeiro lugar, é feita uma breve análise da oferta de trabalho no Brasil nos anos de 1981 e 1990, através da apresentação das taxas de atividade globais e específicas por sexo, da distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) por sexo, idade e anos de estudo. Em segundo lugar, são apresentados e comparados os resultados dos cálculos dos indicadores convencionais da segregação ocupacional por sexo. Buscando qualificar estes indicadores da segregação, é feita uma análise sucinta dos ocupados não agrícolas segundo os grupos de ocupações, no que tange aos coeficientes de razão de sexo e de representação feminina, e à sua distribuição relativa. Ainda na tentativa de explicitar os determinantes da variação da segregação na década de 80, é feita a decomposição do índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan, em seus componentes da estrutura ocupacional e da composição por sexo. Em seguida, são discutidos os resultados do indicador alternativo da segregação, o índice de associação global sob modelo log-linear saturado (A), e comparados com os resultados dos indicadores convencionais. Visando compreender a base do índice alternativo, é feita uma análise resumida das *odds* e *odds ratio* dos ocupados não agrícolas, segundo o sexo e os grupos de ocupação. Finalmente, é feita a decomposição da estrutura da segregação ocupacional por sexo segundo atributos pessoais e ocupacionais, na tentativa de captar alguns focos de mudança da segregação.

4.1. A Oferta de Trabalho: Breve Análise da PEA

Entre 1981 e 1990, verifica-se um pequeno crescimento da taxa global de atividade; a taxa feminina em 1990 (39.2%) é 19% maior do que a de 1981 (32.9%), indicando um aumento da oferta de trabalho feminino em nível acima do masculino, ainda que a taxa de atividade masculina permaneça quase o dobro da feminina. Consequentemente a proporção de mulheres na PEA em 1990 - 35.5% - é superior à de 1981 - 31.3%. O coeficiente de razão de sexo, enquanto influenciado pela proporção de mulheres na força de trabalho, declina de 1981 para 1990; se em 1981 havia 2.2 homens para cada mulher na PEA, em 1990 a relação passou a ser de 1.8 (Tabela 4.1.1.).

Tabela 4.1.1.: Taxa de Atividade Segundo o Sexo, Proporção de Mulheres na PEA e Coeficiente de Razão de Sexo da PEA
Brasil, 1981-1990

	1981	1990	1990/81
Taxa de Atividade			
Global	53.4%	56.7%	1.06
Masculina	74.6%	75.3%	1.01
Feminina	32.9%	39.2%	1.19
Proporção de Mulheres	31.3%	35.5%	1.13
Coeficiente de Razão de Sexo	2.2	1.8	0.83

Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

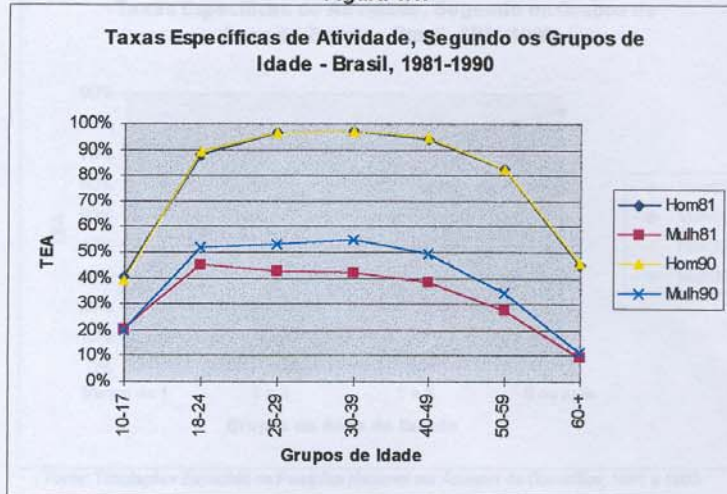
Além da elevação do nível de oferta de trabalho feminino, a estrutura da oferta de trabalho feminina também se altera. Especificamente, segundo a idade, a figura 4.1. revela que a curva feminina se torna mais semelhante à masculina em 1990, refletindo um aumento maior da oferta de trabalho das mulheres nos grupos de idades intermediários, entre 25 e 49 anos. Por outro lado, a estrutura de oferta de trabalho masculina, segundo a idade, não se altera (Tabela 4.1.2.).

Tabela 4.1.2.: Taxas Específicas de Atividade, Segundo os Grupos de Idade
Brasil, 1981-1990

Grupos de Idade	1981			1990		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
10-17	30.5%	40.4%	20.6%	29.4%	39.0%	19.6%
18-24	66.6%	88.2%	45.5%	70.3%	89.0%	52.0%
25-29	68.7%	96.7%	42.9%	73.4%	96.2%	52.7%
30-39	69.1%	97.2%	42.4%	75.0%	96.9%	54.7%
40-49	65.8%	93.8%	38.4%	71.3%	94.5%	49.5%
50-59	54.6%	82.4%	27.6%	57.7%	82.3%	34.5%
60-+	26.6%	45.1%	9.9%	27.3%	46.0%	11.5%
Total	53.4%	74.6%	32.9%	56.7%	75.3%	39.2%

Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.1.



Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

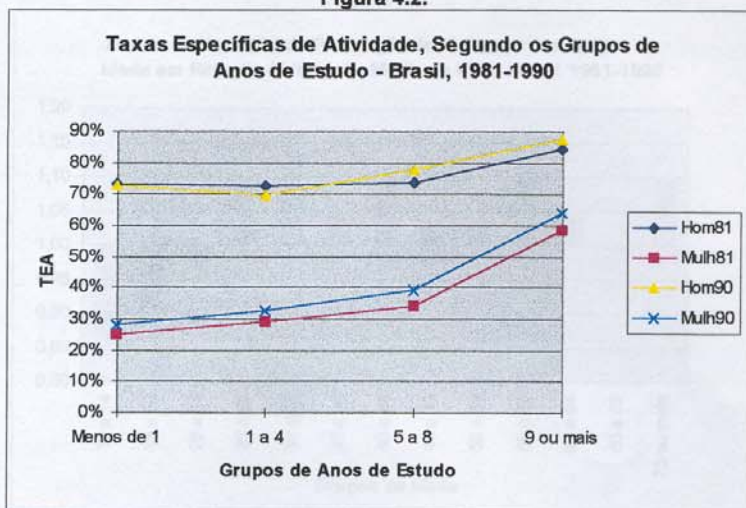
Quanto à estrutura de oferta de trabalho segundo os anos de estudo, segundo a qual as taxas de atividade têm uma relação direta com os grupos de anos de estudo, não ocorrem mudanças significativas; ou seja, entre as mulheres, as taxas de atividade se elevam para todos os grupos de anos de estudo, e para os homens, em pequena escala, as taxas de atividade diminuem para aqueles que têm até 4 anos de estudo e aumentam para os demais (Tabela 4.1.3.; Figura 4.2.).

Tabela 4.1.3.: Taxas Específicas de Atividade, Segundo os Grupos de Anos de Estudo Brasil, 1981-1990

Grupos de Anos de Estudo	1981			1990		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Menos de 1	48.1%	73.5%	24.9%	50.1%	72.7%	28.0%
1 a 4	50.9%	72.9%	29.1%	50.9%	69.8%	32.4%
5 a 8	53.7%	73.8%	33.8%	57.9%	77.8%	39.2%
9 ou mais	71.0%	84.2%	58.6%	74.9%	87.5%	63.9%
Total	53.4%	74.6%	32.8%	56.7%	75.3%	39.2%

Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.2.

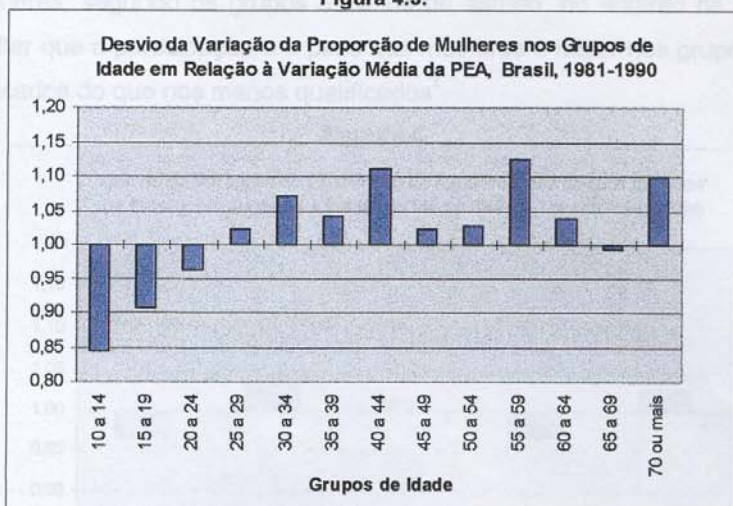


Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

A partir da constatação do aumento da participação feminina na força de trabalho, isto é, do aumento da proporção de mulheres no total da oferta de mão-de-obra no Brasil na década de 80, e da mudança da estrutura desta oferta segundo a idade, as proporções de mulheres nos grupos de idade da PEA se alteram. Refletindo o maior aumento das taxas de atividade das idades mais velhas, a variação da proporção de mulheres nos grupos de idade mais velhos foi superior à variação média, enquanto nas idades mais jovens - até 24 anos -, a variação da proporção de mulheres foi inferior à média (Figura 4.3.).

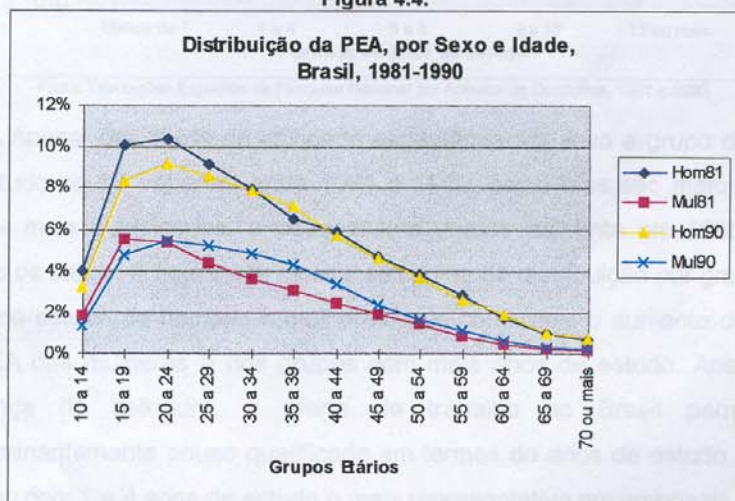
Para se ter uma idéia do peso de cada grupo de idade no total da PEA, a figura 4.4. mostra as curvas da distribuição por idade de homens e mulheres, que confirmam o aumento da representatividade feminina na PEA, principalmente nas idades entre 25 e 49 anos, e o aumento do peso em ambos os sexos do grupo de 35 a 39 anos de idade. Apesar da mudança da estrutura, a oferta de trabalho no Brasil permanece predominantemente jovem, sendo o grupo de 20 a 24 anos o mais representativo em ambos os sexos.

Figura 4.3.



Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.4.

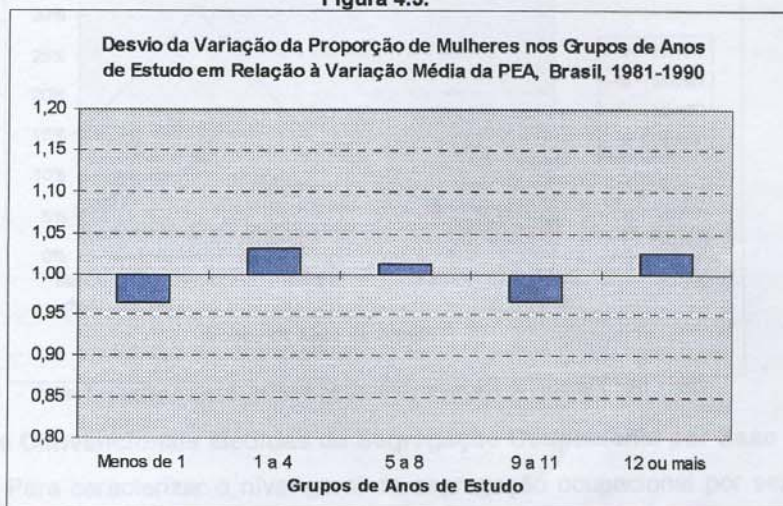


Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

No que se refere à mudança do perfil de oferta de trabalho segundo os grupos de anos de estudo, como pouco se alteram as taxas de atividade específicas, as proporções de mulheres nos grupos de anos de estudo da PEA se alteram de maneira uniforme entre eles. Verifica-se um pequeno diferencial positivo em relação à média nos grupos de 1 a 8 e de 12 anos ou mais de estudo, e negativo nos grupos com menos de 1 e 9 a 11 anos de estudo (Figura 4.5.). Isto reflete uma inserção pouco diferenciada de homens

e mulheres, segundo os grupos de anos de estudo; no entanto há que se ressaltar que a participação e o peso das mulheres é maior nos grupos mais qualificados do que nos menos qualificados¹.

Figura 4.5.

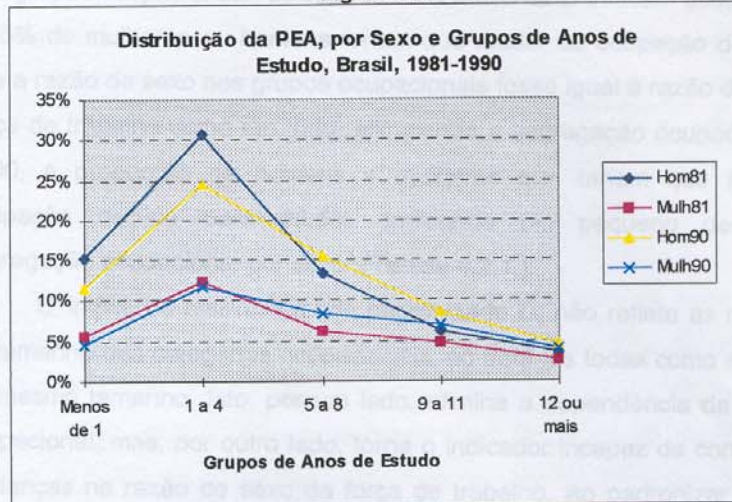


Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Apesar das taxas de atividade específicas por sexo e grupo de anos de estudo pouco variarem entre 1981 e 1990, como elas são maiores nos grupos mais qualificados, o peso destes grupos aumenta em 1990, para ambos os sexos. A figura 4.6. mostra as curvas da distribuição por grupos de anos de estudo de homens e mulheres, que confirmam o aumento do peso na PEA das mulheres e dos grupos com mais anos de estudo. Apesar da mudança da estrutura, a oferta de trabalho no Brasil permanece predominantemente pouco qualificada em termos de anos de estudo, sendo o grupo com 1 a 4 anos de estudo o mais representativo em ambos os sexos.

¹ Entre as mulheres, a oferta relativa de mão de obra cresce de acordo com o nível de qualificação, aqui indicado pelos anos de estudo, ou seja, as taxas de atividade dos grupos mais qualificados apresentam um diferencial positivo em relação aos grupos menos qualificados superior ao diferencial masculino.

Figura 4.6.



Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

4.2. As Convencionais Medidas da Segregação Ocupacional por Sexo

Para caracterizar o nível geral da segregação ocupacional por sexo, são calculadas algumas medidas resumidas convencionais que permitem comparações ao longo do tempo no grau da segregação entre os ocupados não agrícolas no Brasil, na década de 80. Estas medidas são os índices de dissimilaridade de Duncan & Duncan (D) e o índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho (D_s).

Dado que estas medidas dependem da composição por sexo dos grupos ocupacionais, vale ressaltar que, no total dos ocupados não agrícolas, a proporção de mulheres sobe de 35.4% em 1981 para 40.1% em 1990² e o coeficiente de razão de sexo declina de 1.8 para 1.5, refletindo o aumento da proporção de mulheres.

O índice de dissimilaridade D é invariante sob transformações multiplicativas da razão de sexo, sendo assim utilizado para comparar períodos com diferentes taxas de participação feminina na força de trabalho. No entanto, é incapaz de controlar por mudanças estruturais nas ocupações, ou seja, não controla por mudanças ocorridas nos tamanhos das categorias ocupacionais. Ao comparar as distribuições de homens e mulheres ao longo

² As proporções de mulheres entre os ocupados não agrícolas são superiores às proporções de mulheres na PEA, em 1981 e 1990, mas a variação entre estes anos é igual.

dos grupos ocupacionais, os valores calculados de D indicam que, em 1981, 39.5% de mulheres ou homens teriam que mudar de ocupação de maneira que a razão de sexo nos grupos ocupacionais fosse igual à razão de sexo da força de trabalho como um todo, eliminando a segregação ocupacional. Em 1990, a proporção de homens e mulheres que teriam que mudar de ocupação declina para 36.5%, indicando um pequeno declínio da segregação ocupacional por sexo³ (Tabela 4.2.1.).

O índice de dissimilaridade padronizado D_s não reflete as mudanças no tamanho das categorias ocupacionais, ao tratá-las todas como se fossem do mesmo tamanho. Isto, por um lado, elimina a dependência da estrutura ocupacional, mas, por outro lado, torna o indicador incapaz de controlar por mudanças na razão de sexo da força de trabalho. Ao padronizar todos os grupos ocupacionais ao mesmo tamanho, D_s assume valores superiores a D; em 1981, 44% de homens ou mulheres teriam que trocar de categoria ocupacional para fossem alcançadas distribuições iguais por sexo, se todos os grupos ocupacionais empregassem o mesmo número de indivíduos, enquanto em 1990, o valor deste indicador diminui para 41.8%⁴ (Tabela 4.2.1.).

O diferencial entre os valores de D e D_s reflete que a estrutura ocupacional, ou seja, o tamanho relativo das categorias ocupacionais, influencia na segregação; quando os grupos menores são tomados como de mesmo tamanho dos maiores, o valor do indicador da segregação aumenta, o que quer dizer que os grupos menores são menos integrados em relação à média. D_s superdimensiona o impacto dos pequenos grupos ocupacionais sobre a segregação geral⁵. Entre 1981 e 1990, as variações dos valores de ambos os índices são pequenas, o que faz com que o diferencial entre os

³ A título de ilustração, vale citar algumas estimativas de D feitas para outros países, utilizando uma agregação de grupos ocupacionais semelhante à nossa (Charles & Grusky, 1995): Japão, 24.1; Estados Unidos, 36.6; Alemanha, 38.9; Turquia, 40.5; Suíça, 39.9.

⁴ Estimativas internacionais de D_s (Charles & Grusky, 1995): Japão, 30.1; Estados Unidos, 28.9; Alemanha, 34.2; Turquia, 46.2; Suíça, 41.6.

⁵ Por exemplo, se a proporção de homens e mulheres em cada grupo ocupacional permanece constante ao longo do tempo, mas os integrados crescem mais rapidamente, D_s assume um valor constante, enquanto D mostra uma queda da segregação.

índices persista e até aumente ligeiramente, dada a menor variação de D_s (Tabela 4.2.1.).

Tabela 4.2.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D) e Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s) dos Ocupados Não Agrícolas Brasil, 1981-1990

	1981	1990	1990/81
D	39.5	36.5	0.92
D_s	44.0	41.8	0.95

Fonte: Elaboração Própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Para tentar desvendar um pouco o que está por trás destes índices resumidos da segregação, é necessário que seja feita uma caracterização dos grupos ocupacionais a partir dos quais são feitos os cálculos.

A razão entre o número de homens em um grupo de ocupação e o número de mulheres no mesmo grupo, que determina o coeficiente de razão de sexo⁶ em cada grupo, mostra uma dispersão muito grande dos valores. São verificados coeficientes inferiores a 1, que indicam uma predominância de mulheres, somente nos grupos das ocupações técnicas e afins e na prestação de serviços; em todos os outros grupos, assim como no total da força de trabalho não agrícola, a predominância é amplamente masculina (Tabela 4.2.2.).

Tabela 4.2.2.: Coeficiente de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Grupo de Ocupação Brasil, 1981-1990

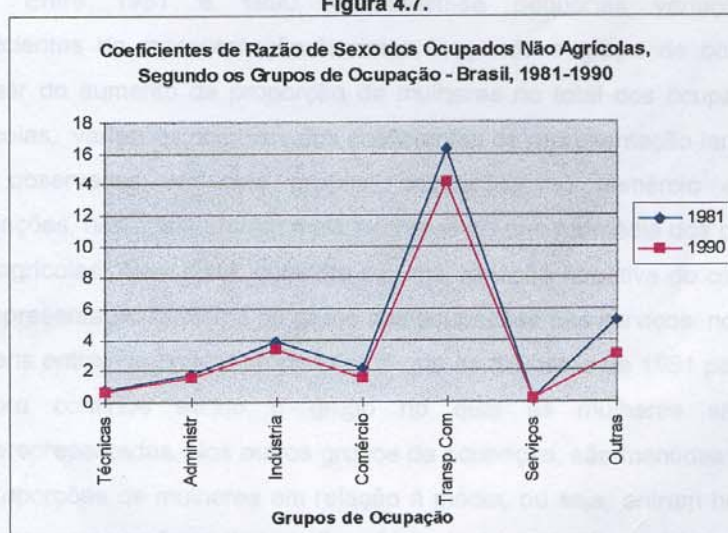
Grupos de Ocupação	1981	1990	1990/81
Técnicas e afins	0.740	0.597	0.81
Administrativas	1.748	1.512	0.87
Indústria Transformação	3.859	3.352	0.87
Comércio	2.147	1.480	0.69
Transporte Comunicação	16.257	14.128	0.87
Prestação de Serviços	0.160	0.196	1.23
Outras Ocupações	5.333	3.099	0.58
Total	1.823	1.493	0.82

Fonte: Elaboração Própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

⁶ A razão de sexo para cada grupo de ocupações é definida como a razão entre o número de homens num dado grupo e o número de mulheres no mesmo grupo: $RS = \frac{M_j}{F_j}$. Tal medida é influenciada pela proporção de mulheres na força de trabalho, ou seja, se mais mulheres se inserem na força de trabalho, a razão entre os sexos declinará somente por esta razão (Williams, 1979; Semyonov, Scott, 1983).

O perfil das curvas não varia muito de 1981 para 1990, ou seja, não há mudanças substantivas na composição por sexo dos grupos ocupacionais (Figura 4.7.). Na maioria dos grupos, há uma predominância masculina, principalmente no das ocupações no transporte e comunicação. Em todos os grupos, exceto na prestação de serviços, há um aumento do peso das mulheres, que faz com que os coeficientes de razão de sexo declinem, quase sempre em consonância com a média do total dos ocupados não agrícolas; os grupos que apresentam maiores declínios são os de ocupações no comércio e de outras ocupações. Já o grupo de ocupações na prestação de serviços apresenta uma tendência oposta, com o aumento da peso dos homens; entretanto, neste setor, a predominância feminina continua sendo a mais intensa. O grupo das ocupações técnicas, que já tinha predominância feminina, tem aprofundada esta tendência.

Figura 4.7.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Como os grupos variam muito de tamanho, os coeficientes de representação feminina facilitam as comparações ao comparar a proporção de mulheres nos grupos em relação à proporção de mulheres na força de

trabalho total⁷. Assim, as mulheres estão sobrerrepresentadas nos dois anos nas ocupações técnicas e na prestação de serviços e subrepresentadas na indústria, no transporte e comunicações e nas outras ocupações. Nos grupos das ocupações administrativas e no comércio, a representação das mulheres é semelhante à do total dos ocupados não agrícolas (Tabela 4.2.3.).

Tabela 4.2.3.: Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Grupo de Ocupação Brasil, 1981-1990

Grupos de Ocupação	1981	1990	1990/81
Técnicas e afins	1.624	1.561	0.96
Administrativas	1.028	0.993	0.97
Indústria Transformação	0.582	0.574	0.99
Comércio	0.898	1.005	1.12
Transporte Comunicação	0.164	0.165	1.00
Prestação de Serviços	2.435	2.085	0.86
Outras Ocupações	0.446	0.608	1.36

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

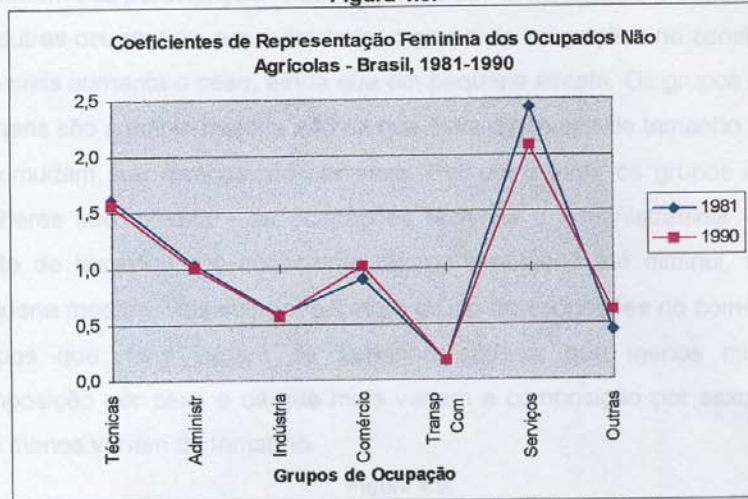
Entre 1981 e 1990, constatam-se pequenas variações dos coeficientes de representação feminina, segundo o grupo de ocupações. Apesar do aumento da proporção de mulheres no total dos ocupados não agrícolas, variações positivas dos coeficientes de representação feminina só são observadas em dois grupos: ocupações no comércio e outras ocupações, nas quais entram mais mulheres do que na média dos ocupados não agrícolas. Além disto, constata-se uma variação negativa do coeficiente de representação feminina no grupo das ocupações nos serviços, no qual os homens entram em maior proporção do que as mulheres de 1981 para 1990; embora continue sendo o grupo no qual as mulheres são mais sobrerrepresentadas. Nos outros grupos de ocupação, são mantidas estáveis as proporções de mulheres em relação à média, ou seja, entram homens e mulheres como na força de trabalho não agrícola total (Figura 4.8.).

⁷ Os coeficientes de representação feminina indicam se as mulheres estão sub ou sobrerrepresentadas nos grupos ocupacionais e são calculados através da divisão entre a proporção de mulheres nos grupos

e a proporção de mulheres entre o total dos ocupados: $CR = \frac{F_j}{T_j} \cdot \frac{F}{T}$. Os coeficientes maiores que 1

indicam uma sobrerrepresentação feminina no grupo e aqueles menores que 1 indicam uma subrepresentação feminina. Esta medida facilita as comparações entre grupos ocupacionais que variam substancialmente em tamanho (Hakim, 1992).

Figura 4.8.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

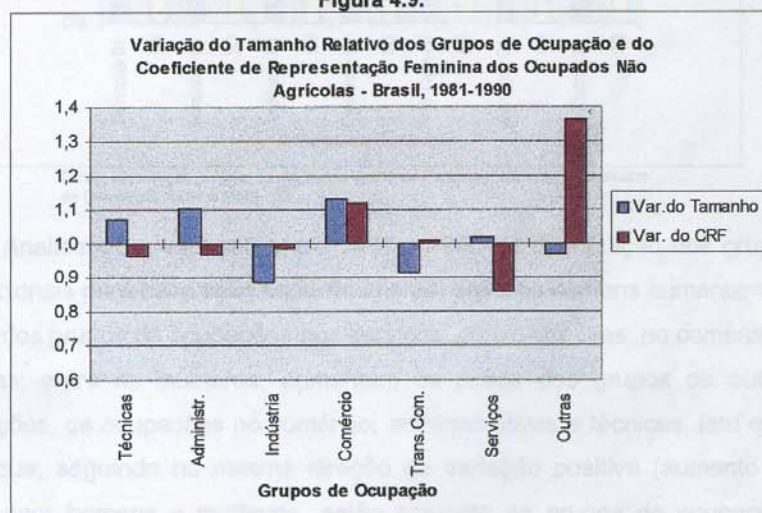
As mudanças da segregação ocupacional por sexo são relacionadas às mudanças na composição por sexo dos grupos ocupacionais ou às mudanças na estrutura ocupacional da economia. Para se direcionar no sentido da integração, os grupos onde as mulheres estão sobrerrepresentadas devem diminuir o coeficiente de representação feminina, e onde estão subrepresentadas devem aumentar este coeficiente. Isto ocorre em todos os grupos nos quais as mulheres estão sobrerrepresentadas: de ocupações técnicas e afins, administrativas e na prestação de serviços⁸; e nos grupos de ocupações no comércio e nas outras ocupações, onde as mulheres estão subrepresentadas em 1981 mas aumentam sua representação em 1990⁹. Nos grupos de ocupações na indústria e nos transportes e comunicações, a variação do coeficiente de representação feminina é muito pequena, e são os setores onde os homens são a grande maioria.

A figura 4.9. ilustra as variações dos tamanhos relativos dos grupos ocupacionais e dos coeficientes de representação feminina. Entre os grupos que estariam mais contribuindo para a diminuição da segregação, alguns

⁸ Entram menos mulheres do que na média dos ocupados não agrícolas nos grupos de ocupações técnicas e administrativas e entram mais homens no grupo de ocupações na prestação de serviços.

diminuem sua participação relativa no total em 1990, como é o caso do grupo de outras ocupações; por outro lado, o grupo de ocupações no comércio é o que mais aumenta o peso, ainda que em pequena escala. Os grupos onde os homens são a ampla maioria são os que mais diminuem de tamanho e quase não mudam sua composição por sexo. Por outro lado, os grupos onde as mulheres são maioria - de ocupações técnicas e administrativas - variam muito de tamanho e o coeficiente de representação até diminui, mas em pequena medida. Resumindo, exceto o grupo de ocupações no comércio, os grupos que mais variam de tamanho são os que menos mudam a composição por sexo e os que mais variam a composição por sexo são os que menos variam de tamanho.

Figura 4.9.



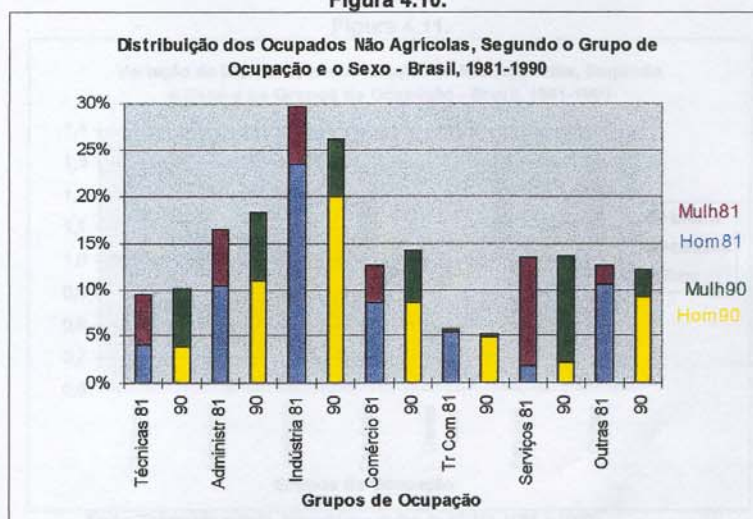
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Apesar das tendências relativas favorecerem a integração, há que se ponderar pelo tamanho dos grupos para se chegar ao resultado total. Assim, o grupo de ocupações na indústria, que é onde os homens são maioria e as mulheres ainda diminuem sua proporção em relação à média, continua sendo o maior de todos, com o maior peso na estrutura total. O grupo de ocupações no comércio, que seria o maior catalisador da integração, tem um

⁹ No grupo de ocupações no comércio, as mulheres passam a ser uma proporção igual à da força de trabalho não agrícola como um todo, ou seja, o grupo passa a ser considerado integrado.

tamanho inferior, apesar de crescer de 1981 para 1990; assim como o grupo de outras ocupações, que tem uma participação próxima a 10% do total, mas que inclusive apresenta uma redução de seu peso (Figura 4.10.).

Figura 4.10.

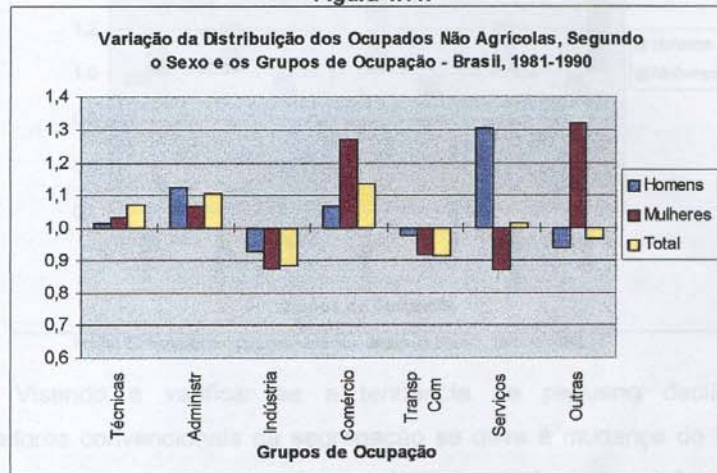


Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Analisando a variação entre 1981 e 1990 da distribuição dos grupos ocupacionais para cada sexo separadamente, entre os homens aumentam os pesos dos grupos de ocupações nos serviços, administrativas, no comércio e técnicas; entre as mulheres, aumentam os pesos dos grupos de outras ocupações, de ocupações no comércio, administrativas e técnicas. Isto quer dizer que, seguindo na mesma direção de variação positiva (aumento do peso) para homens e mulheres, estão somente os grupos de ocupações técnicas, administrativas e no comércio, que são as mais integradas; e variação negativa (diminuição do peso) dos grupos de ocupações na indústria e nos transportes e comunicações, onde os homens são ampla maioria. Por outro lado, a distribuição de homens e mulheres seguem em direção oposta no grupo de ocupações na prestação de serviços, cujo peso aumenta entre os homens e diminui entre as mulheres; e no grupo de outras ocupações, cujo peso diminui entre os homens e aumenta entre as mulheres. Como o crescimento de um contrabalança a diminuição de outro, estes dois últimos grupos quase não alteram sua participação no total. Aliás, a

distribuição do total dos ocupados não agrícolas sempre segue a tendência masculina, inclusive no grupo de ocupações na prestação de serviços (Figura 4.11.).

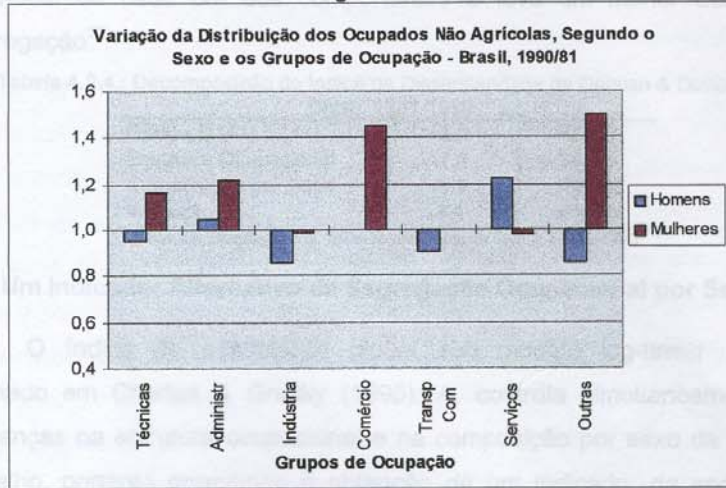
Figura 4.11.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Vale ressaltar a variação conjunta entre 1981 e 1990 da distribuição do total dos ocupados não agrícolas segundo os grupos de ocupações e os sexos, que representa a variação acima da média de cada sexo. A figura 4.12. revela que, ainda que as variações femininas sejam mais visíveis do que as masculinas, e teriam mesmo que ser já que as mulheres aumentam sua participação no total, constata-se um aumento da participação no total dos ocupados não agrícolas dos homens nos grupos de ocupações na prestação de serviços e administrativas, e uma pequena diminuição da participação das mulheres nos serviços (o que favorece a integração) e na indústria (o que prejudica a integração).

Figura 4.12.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Visando a verificar se a tendência de pequeno declínio dos indicadores convencionais da segregação se deve à mudança do tamanho relativo dos grupos de ocupações ou à mudança da composição por sexo destes grupos, é utilizado o método de decomposição de D em seus componentes da estrutura ocupacional da composição por sexo. Como mostra a tabela 4.2.4., o declínio do índice de dissimilaridade se deve a seus dois componentes, que têm a mesma direção. O componente da mudança da composição por sexo apresenta maior peso, com a diminuição da proporção de mulheres nos grupos de ocupações onde são maioria e aumento em alguns onde homens são maioria. O componente de mudança na estrutura ocupacional da economia também contribui, mas em menor escala, no sentido da diminuição da segregação, com o maior crescimento dos grupos de ocupações mais integrados do que nos mais segregados, mesmo que a proporção de mulheres permaneça a mesma. No entanto, contrabalançando os efeitos principais dos dois componentes, a interação entre as mudanças da estrutura ocupacional e da composição por sexo diminui o impacto

individual de cada um dos componentes e leva um menor declínio da segregação¹⁰.

Tabela 4.2.4.: Decomposição do Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D)
Brasil, 1981-1990

D(90) - D (81)	-3.0	100.0%
Estrutura Ocupacional	-1.0	33.3%
Composição por Sexo	-3.9	130.0%
Interação	1.9	-63.3%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

4.3. Um Indicador Alternativo da Segregação Ocupacional por Sexo

O índice de associação global sob modelo log-linear saturado baseado em Charles & Grusky (1995), A, controla simultaneamente por mudanças na estrutura ocupacional e na composição por sexo da força de trabalho, portanto permitindo a obtenção de um indicador da segregação ocupacional que elimina as formas de dependência marginal, que é exatamente o problema dos índices convencionais.

Ao controlar tanto pelas mudanças na estrutura ocupacional quanto na composição por sexo da força de trabalho, o índice A revela que o fator pelo qual as mulheres estão representadas desproporcionalmente em média nos grupos ocupacionais era de 3.94 em 1981 e 3.78 em 1990, seguindo a tendência de declínio dos indicadores da segregação¹¹ (Tabela 4.3.1.). É a menor variação entre os indicadores de segregação aqui utilizados, exatamente porque considera a associação entre as variáveis.

Tabela 4.3.1.: Medidas Escalares da Segregação Ocupacional por Sexo
Brasil, 1981-1990

	1981	1990	1990/81
D	39.5	36.5	0.924
D _s	44.0	41.8	0.950
A	3.94	3.78	0.959

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.
Obs.: D: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan; D_s: Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho; A: Índice de Associação Global sob Modelo Log-Linear Saturado.

Decompondo o modelo, os principais efeitos dos grupos de ocupação v_j são os desvios da razão de mulheres sobre homens no grupo j em relação à razão média em todos os grupos; ou seja, o desvio do grupo em relação à

¹⁰ Blau & Hendricks (1978) encontram para os Estados Unidos entre 1960 e 1970 resultados semelhantes aos nossos: variação de D, -3.1; efeito da estrutura ocupacional, -0.5; efeito da composição por sexo, -4.3; efeito de interação. 1.7.

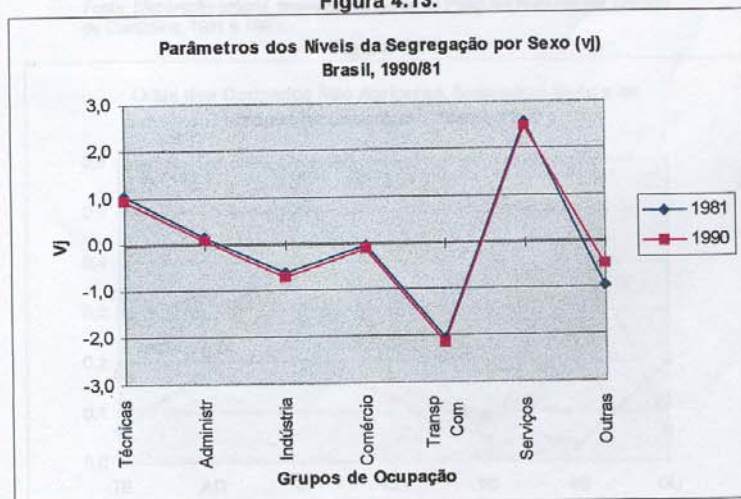
representação feminina total. Os valores positivos indicam sobre-representação feminina, e ocorrem nos grupos das ocupações técnicas, administrativas e na prestação de serviços em 1981 e em 1990; nos outros grupos, com valores negativos, há uma sobrerrepresentação masculina. Entre 1981 e 1990, não é possível visualizar uma mudança significativa destes parâmetros; os grupos nos quais há uma diminuição destas sobre-representações são: de ocupações técnicas, administrativas, nos serviços (onde a sobrerrepresentação era de mulheres) e outras ocupações (onde a sobrerrepresentação era masculina). Nos outros grupos com sobrerrepresentação masculina, há um aumento desta sobrerrepresentação. Nos grupos onde ocorrem as maiores variações, de ocupações administrativas e no comércio, os valores são bastante baixos (Tabela 4.3.2.; Figura 4.13.).

Tabela 4.3.2.: Parâmetros da Segregação Ocupacional por Sexo Específicos (v)
Brasil, 1981-1990

Grupos de Ocupação	1981	1990	1990/81
Técnicas e afins	1.016	0.938	0.92
Administrativas	0.156	0.078	0.50
Indústria Transformação	-0.636	-0.713	1.12
Comércio	-0.050	-0.127	2.54
Transporte Comunicação	-2.074	-2.152	1.04
Prestação de Serviços	2.548	2.470	0.97
Outras Ocupações	-0.960	-0.494	0.52

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Figura 4.13.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

¹¹ Estimativas internacionais de A (Charles & Grusky, 1995): Japão, 2.56; Estados Unidos, 2.41; Alemanha, 2.41; Turquia, 2.64; Suíça, 3.53.

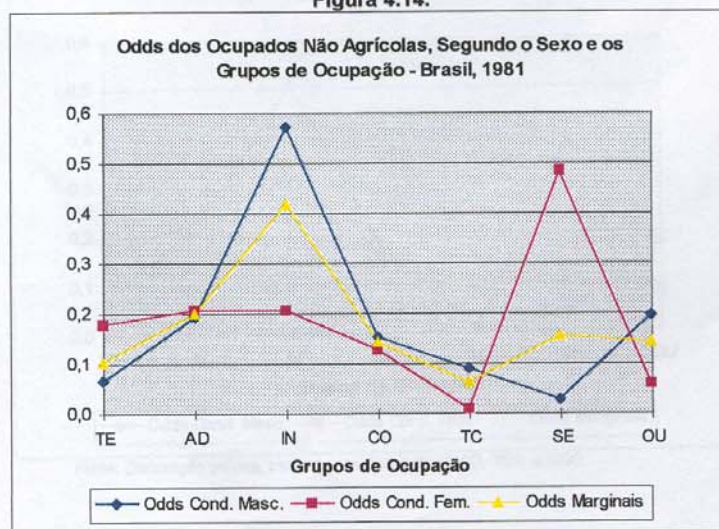
Como o índice de associação global é baseado em um modelo log-linear saturado, são feitos os cálculos das *odds* e *odds ratio* segundo os grupos de ocupações e os sexos. Uma *odds* é uma razão entre a frequência em uma categoria e a frequência de não estar nesta categoria, ou seja, de estar nas outras categorias, a chance de um indivíduo integrar uma categoria mais do que as outras. Na tabela de *odds*, as variáveis não estão associadas se todas as *odds* condicionais são iguais ou próximas e assim iguais às *odds* marginais. Para o presente estudo, verifica-se que as variáveis, inserção segundo o grupo de ocupação e sexo, estão associadas tanto em 1981 quanto em 1990, ou seja, as *odds* condicionais são muito desiguais entre si e em relação às *odds* marginais (Tabelas 4.3.3. e 4.3.4.).

Tabela 4.3.3.: Odds dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação Brasil, 1981

Grupos de Ocupação	Odds Condicionais		Odds Marginais
	Homens	Mulheres	
Técnicas e afins	0,07	0,18	0,10
Administrativas	0,19	0,21	0,20
Indústria Transformação	0,57	0,21	0,42
Comércio	0,15	0,13	0,14
Transporte Comunicação	0,09	0,01	0,06
Prestação de Serviços	0,03	0,48	0,15
Outras Ocupações	0,20	0,06	0,15

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.14.



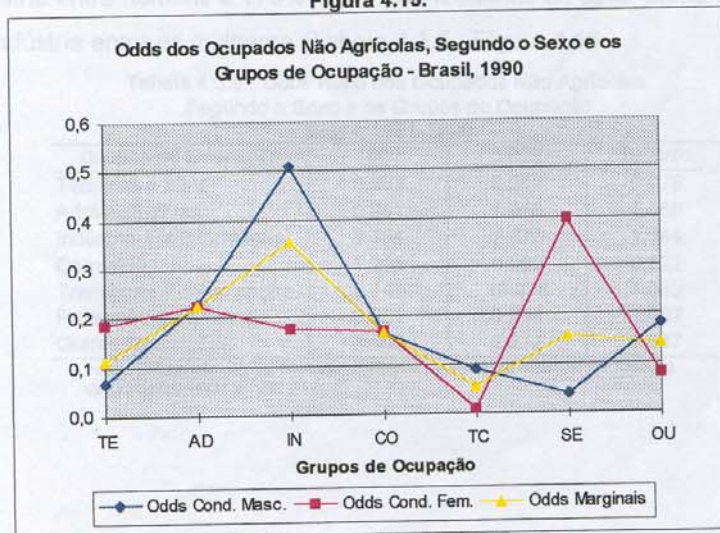
Em dois grupos de ocupações principalmente as *odds* condicionais estão bastante diferentes das marginais: no grupo de ocupações na indústria e na prestação de serviços, com tendências opostas (Tabelas 4.3.3. e 4.3.4.; Figuras 4.14. e 4.15.). Neste ponto percebemos claramente que estes grupos de ocupações são os que mais influenciam na extensão da segregação ocupacional por sexo total, tanto devido ao seu tamanho relativo quanto à sua composição por sexo; vale mencionar que no grupo de ocupações na prestação de serviços, os diferenciais diminuem um pouco entre 1981 e 1990, favorecendo o pequeno declínio da segregação em geral.

Tabela 4.3.4.: *Odds* dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação Brasil, 1990

Grupos de Ocupação	Odds Condicionais		Odds Marginais
	Homens	Mulheres	
Técnicas e afins	0,07	0,19	0,11
Administrativas	0,23	0,22	0,22
Indústria Transformação	0,51	0,18	0,35
Comércio	0,17	0,17	0,17
Transporte Comunicação	0,09	0,01	0,06
Prestação de Serviços	0,04	0,40	0,16
Outras Ocupações	0,18	0,08	0,14

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Figura 4.15.



A *odds ratio* representa uma estimativa das probabilidades dos homens ($i=1$) relativamente às mulheres ($i=2$) de pertencer a um dado grupo ocupacional ($j=1$) em oposição às categorias ocupacionais restantes ($j=2$). Os valores acima de 1 indicam uma covariação direta entre as variáveis, ou seja, *odds* que favorecem o emprego masculino em um grupo de ocupações vis-a-vis os restantes, enquanto valores abaixo de 1 indicam uma relação inversa, favorecendo as mulheres¹².

Por exemplo, no nosso estudo, encontramos a menor *odds ratio* no grupo de ocupações na prestação de serviços, isto é, a chance ser homem entre pessoas em ocupações na prestação de serviços é 6% da chance de ser homem entre as pessoas em outras ocupações; ou, a chance de estar numa ocupação na prestação de serviços entre homens é 6% da chance de estar numa ocupação na prestação de serviços entre as mulheres. Em outro sentido, a *odds ratio* no grupo de ocupações na indústria assume valores elevados, o que significa que a chance ser homem entre pessoas em ocupações na indústria é 175% maior do que a chance de ser homem entre as pessoas em outras ocupações; ou, a chance de estar numa ocupação na indústria entre homens é 175% maior que a chance de estar numa ocupação na indústria entre as mulheres (Tabela 4.3.5.; Figura 4.16.).

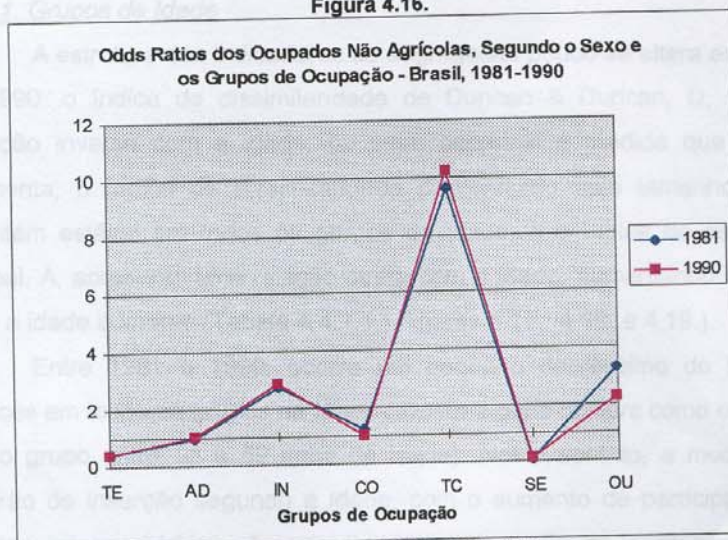
Tabela 4.3.5.: *Odds Ratio* dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e os Grupos de Ocupação Brasil, 1981-1990

Grupos de Ocupação	1981	1990	1990/81
Técnicas e afins	0.367	0.359	0.978
Administrativas	0.951	1.016	1.068
Indústria Transformação	2.754	2.876	1.044
Comércio	1.205	0.990	0.822
Transporte Comunicação	9.643	10.218	1.060
Prestação de Serviços	0.061	0.098	1.607
Outras Ocupações	3.306	2.272	0.687

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

¹² A direção da covariação é arbitrária, dado que as variáveis são medidas ao nível nominal, e a ordem das categorias pode ser mudada.

Figura 4.16.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.
Obs.: TE= ocupações técnicas e afins; AD= ocupações administrativas; IN= ocupações na indústria de transformação; CO= ocupações no comércio; TC= ocupações nos transportes e comunicações; SE= ocupações na prestação de serviços; OU= outras ocupações.

4.4. Decomposição pelos atributos: a segregação ocupacional por sexo específica

Para descrever como a estrutura da segregação ocupacional por sexo varia segundo alguns atributos individuais, foi feita a decomposição dos indicadores da segregação de acordo com os subgrupos referentes a alguns atributos pessoais - grupos de idade e grupos de anos de estudo - e alguns atributos ocupacionais - ramos de atividade e grupos de horas de trabalho. Procura-se verificar se houve uma mudança dos perfis e padrões de segregação, comparando as tendências dos índices específicos de segregação ocupacional por sexo dos subgrupos e das mudanças do padrão de participação dos ocupados não agrícolas segundo o sexo. Isto significa que pretende-se constatar a contribuição de cada subgrupo para a segregação total e para seu pequeno declínio entre 1981 e 1990¹³.

¹³ Procura-se verificar se a segregação declina dentro dos subgrupos, ou se é mantida nos subgrupos, mas aumenta o tamanho do subgrupo com menor segregação em relação ao total.

4.4.1. Grupos de Idade

A estrutura dos indicadores da segregação pouco se altera entre 1981 e 1990: o índice de dissimilaridade de Duncan & Duncan, D, tem uma relação inversa com a idade, ou seja, decresce à medida que a idade aumenta; o índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho, D_s, se mantém estável em todos os grupos de idade; e o índice de associação global, A, apresenta uma relação direta com a idade, aumentando à medida que a idade aumenta (Tabela 4.4.1.1.; Figuras 4.17., 4.18. e 4.19.).

Entre 1981 e 1990, ocorre um pequeno decréscimo de todos os índices em todos os grupos de idade (exceto alguns *outliers* como o valor de A no grupo entre 55 e 59 anos de idade). Neste sentido, a mudança do padrão de inserção segundo a idade, com o aumento da participação dos grupos intermediários, não contribui para a queda da segregação tanto quanto a queda uniforme da segregação dentro dos próprios subgrupos.

Tabela 4.4.1.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), Segundo os Grupos de Idade Brasil, 1981-1990

Grupos de Idade	1981			1990		
	D	D _s	A	D	D _s	A
10 a 17	54.6	47.6	4.37	52.4	47.5	3.73
18 a 24	44.8	48.1	3.97	42.6	46.1	3.36
25 a 29	41.2	46.3	3.85	35.9	42.3	3.29
30 a 34	39.3	45.8	4.13	33.7	38.7	3.58
35 a 39	37.0	43.4	4.03	34.7	39.4	4.09
40 a 44	37.8	45.2	4.38	35.2	40.0	4.01
45 a 49	40.7	45.9	4.81	34.5	40.5	4.43
50 a 54	36.9	43.9	4.29	35.1	40.9	4.25
55 a 59	39.6	47.6	5.79	31.3	36.6	9.90
60 e mais	35.3	42.5	6.42	32.1	40.1	3.83
Total	39.5	44.0	3.94	36.5	41.8	3.78

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.17.

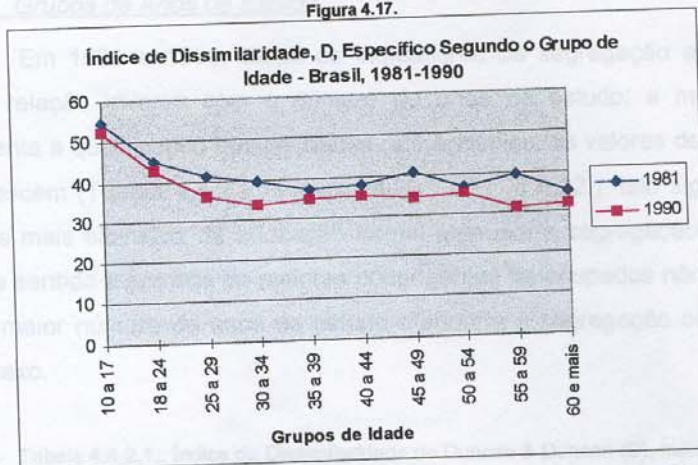


Figura 4.18.

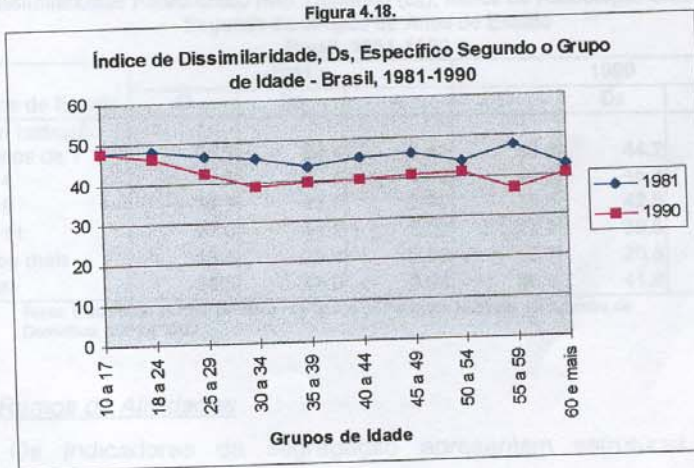
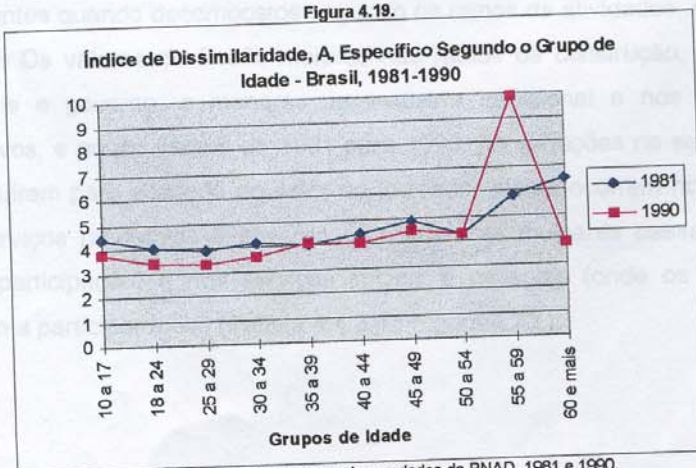


Figura 4.19.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

4.4.2. Grupos de Anos de Estudo

Em 1981 e 1990, todos os indicadores da segregação apresentam uma relação inversa com o número de anos de estudo; a medida que aumenta a qualificação dos ocupados não agrícolas, os valores de D, D_s e A decrescem (Tabela 4.4.2.1.; Figuras 4.20., 4.21. e 4.22.). Isto significa que níveis mais elevados de educação formal atenuam a segregação por sexo; neste sentido a entrada de maiores contingentes de ocupados não agrícolas com maior número de anos de estudo atenuaria a segregação ocupacional por sexo.

Tabela 4.4.2.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), Segundo os Grupos de Anos de Estudo Brasil, 1981-1990

Anos de Estudo	1981			1990		
	D	D _s	A	D	D _s	A
Sem Instrução						
/Menos de 1	58.8	54.4	6.40	50.0	44.2	13.61
1 a 4	48.1	52.5	5.42	44.1	46.3	4.96
5 a 8	34.1	43.0	3.49	36.6	42.9	3.51
9 a 11	27.0	41.2	3.07	23.9	39.6	2.80
12 ou mais	13.5	29.4	2.09	16.7	20.8	1.66
Total	39.5	44.0	3.94	36.5	41.8	3.78

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

4.4.3. Ramos de Atividades

Os indicadores da segregação apresentam estruturas bastante divergentes quando decompostos segundo os ramos de atividades, em 1981 e 1990. Os valores de D são maiores nos ramos da construção, serviços pessoais e governo, e menores na indústria tradicional e nos serviços produtivos; e pouco variam de 1981 para 1990. As variações no sentido de contribuir para a queda do valor do indicador global ocorrem nos ramos dos serviços produtivos e governo (nos quais as mulheres passam a ter maior participação) e nos serviços sociais e pessoais (onde os homens passam a participar mais) (Tabela 4.4.3.1.; Figura 4.23.).

Figura 4.20.

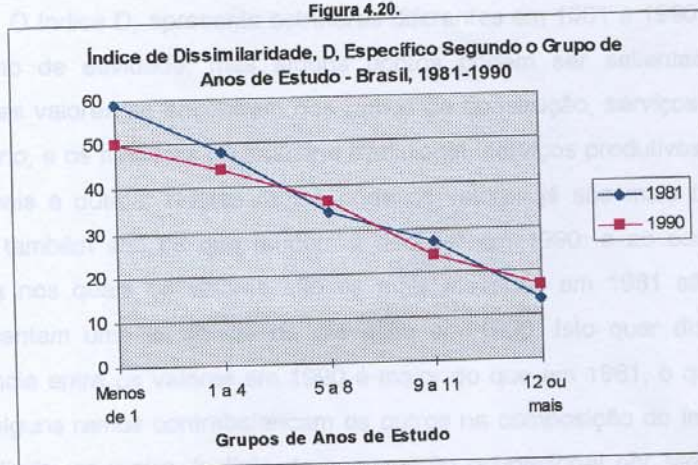


Figura 4.21.

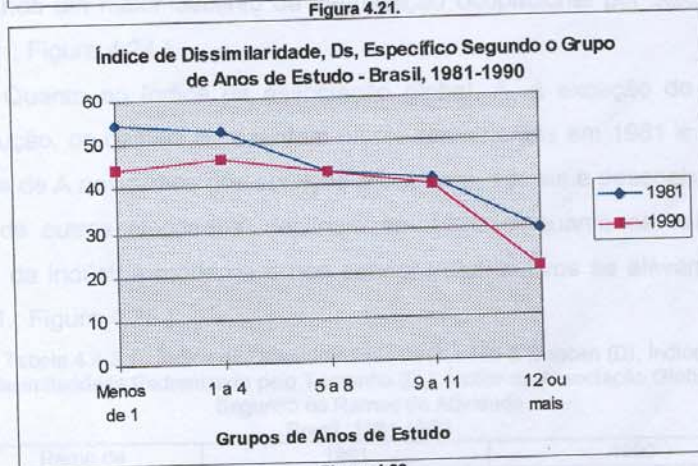
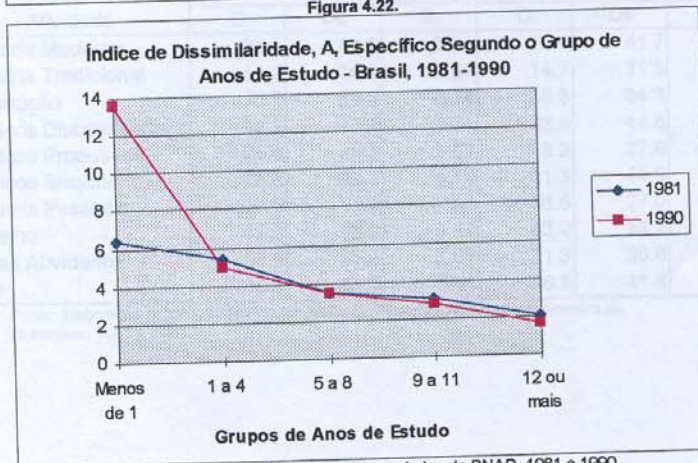


Figura 4.22.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

O índice D_s apresenta estruturas diferentes em 1981 e 1990, segundo o ramo de atividade, mas alguns pontos podem ser salientados: seus maiores valores se encontram nos ramos da construção, serviços sociais e governo, e os menores na indústria tradicional, serviços produtivos, serviços pessoais e outros. Nestes ramos onde os valores já são mais baixos em 1981 também são os que tendem a declinar em 1990; e ao contrário, os ramos nos quais os valores são os mais elevados em 1981 são os que apresentam uma tendência de elevação em 1990. Isto quer dizer que a distância entre os valores em 1990 é maior do que em 1981, o que sugere que alguns ramos contrabalançam os outros na composição do índice total, impedindo um maior declínio da segregação ocupacional por sexo (Tabela 4.4.3.1.; Figura 4.24.).

Quanto ao índice de associação global, A, à exceção do ramo da construção, os demais apresentam níveis semelhantes em 1981 e 1990. Os valores de A nos ramos dos serviços produtivos, sociais e pessoais, além do ramo de outras atividades, declinam em 1990, enquanto os valores nos ramos da indústria moderna e nos serviços distributivos se elevam (Tabela 4.4.3.1.; Figura 4.25.).

Tabela 4.4.3.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), Segundo os Ramos de Atividade Brasil, 1981-1990

Ramo de Atividade	1981			1990		
	D	D_s	A	D	D_s	A
Indústria Moderna	22.8	38.0	2.34	22.6	41.7	2.87
Indústria Tradicional	15.2	36.0	2.87	14.7	31.5	2.69
Construção	70.7	50.9	6.14	68.6	64.3	13.01
Serviços Distributivos	32.7	40.2	3.34	33.5	44.8	3.95
Serviços Produtivos	25.6	36.6	3.52	19.2	27.9	2.50
Serviços Sociais	20.8	52.0	4.19	21.3	44.9	3.75
Serviços Pessoais	54.2	41.0	3.3	46.8	27.6	2.77
Governo	52.1	50.2	5.37	43.2	56.2	5.38
Outras Atividades	35.1	35.4	3.07	31.3	30.0	2.50
Total	39.5	44.0	3.94	36.5	41.8	3.78

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.23.

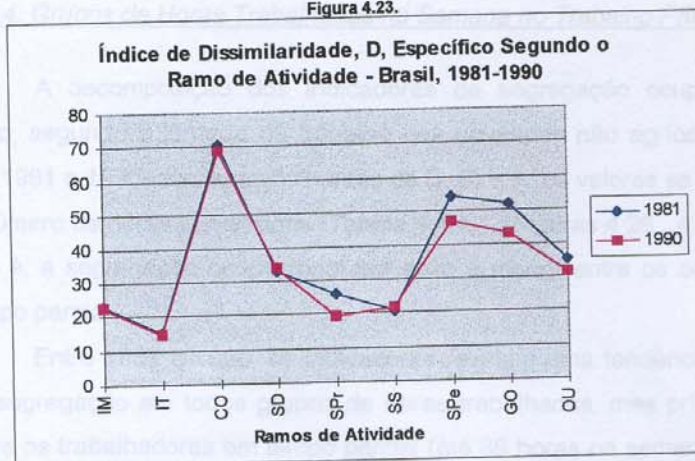


Figura 4.24.

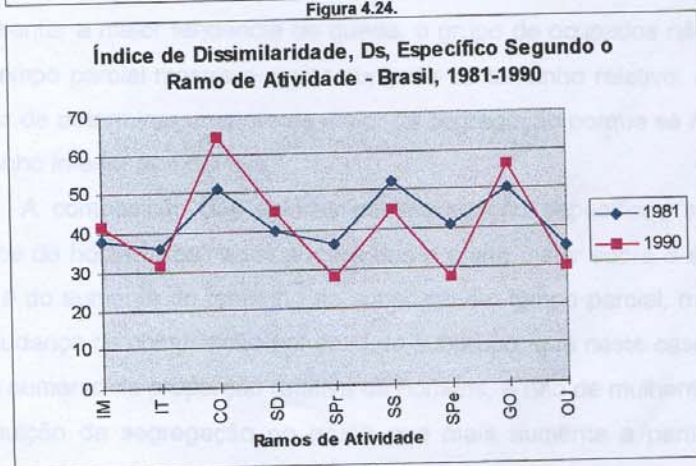


Figura 4.25.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

4.4.4. Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal

A decomposição dos indicadores da segregação ocupacional por sexo, segundo a jornada de trabalho dos ocupados não agrícolas, mostra, em 1981 e 1990, curvas semelhantes de D, D_s e A: os valores se elevam com o número de horas trabalhadas (Tabela 4.4.4.1.; Figuras 4.26., 4.27. e 4.28.). Isto é, a segregação ocupacional por sexo é menor entre os ocupados em tempo parcial.

Entre 1981 e 1990, os indicadores revelam uma tendência de queda da segregação em todos grupos de horas trabalhadas, mas principalmente entre os trabalhadores em tempo parcial (até 39 horas na semana). Além de apresentar a maior tendência de queda, o grupo de ocupados não agrícolas em tempo parcial mostra o maior aumento de tamanho relativo; e só não é capaz de determinar uma queda maior da segregação porque se mantém em tamanho inferior aos demais.

A composição dos valores da segregação específicos segundo os grupos de horas trabalhadas sugere que o efeito maior sobre a segregação total é do aumento do tamanho do subgrupo em tempo parcial, mais do que da mudança da composição por sexo do subgrupo, que neste caso, é devida a um aumento da proporção relativa de homens, e não de mulheres. Além da diminuição da segregação no grupo que mais aumenta a participação, o subgrupo acima de 49 horas na semana, que apresenta os maiores valores de segregação, tem uma participação declinante; isto estaria indicando uma interação entre os efeitos.

Tabela 4.4.4.1.: Índice de Dissimilaridade de Duncan & Duncan (D), Índice de Dissimilaridade Padronizado pelo Tamanho (D_s), Índice de Associação Global (A), Segundo os Grupos de Horas Trabalhadas na Semana Brasil, 1981-1990

Grupos de Horas	1981			1990		
	D	D _s	A	D	D _s	A
Até 39 horas	38.7	39.7	3.23	30.9	30.7	2.61
40 a 48 horas	37.4	41.6	3.73	37.4	40.9	3.57
49 ou mais	54.2	49.8	4.74	47.6	47.4	4.80
Total	39.5	44.0	3.94	36.5	41.8	3.78

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 4.26.

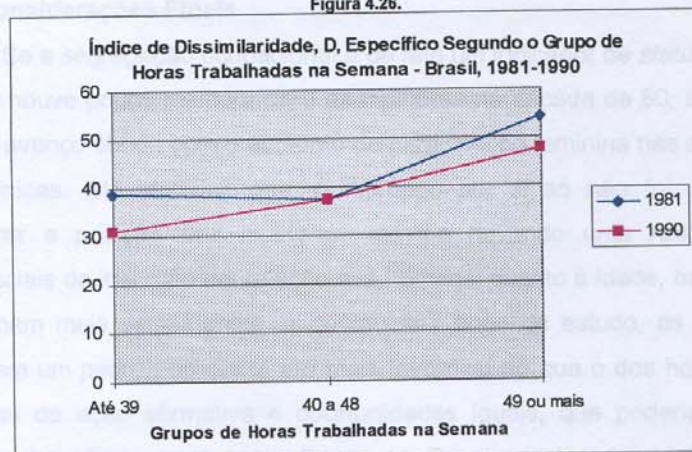


Figura 4.27.

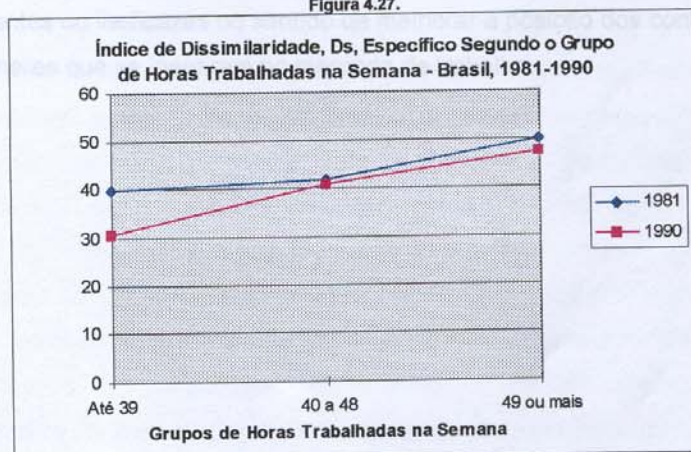
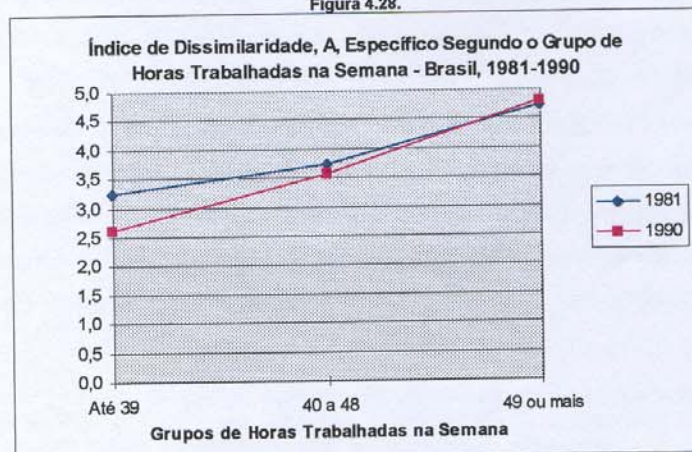


Figura 4.28.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

4.5. Considerações Finais

Se a segregação ocupacional é de fato um indicador de *status* e poder social, houve pouca melhora para as mulheres na década de 80, apesar de todo o avanço obtido com o aumento da participação feminina nas atividades econômicas. Isto significa que, o mercado por si só não foi capaz de melhorar a posição das mulheres, mesmo havendo uma redução dos diferenciais de inserção em relação aos homens; quanto à idade, os padrões se tornam mais semelhantes, e quanto aos anos de estudo, as mulheres possuem um padrão de oferta até mais favorável do que o dos homens. As políticas de ação afirmativa e oportunidades iguais, que poderiam trazer maiores benefícios para as mulheres no Brasil na década de 80, foram inexistentes ou ineficazes no sentido de melhorar a posição dos contingentes de mulheres que se inseriram no mercado de trabalho.

Capítulo 5: Tipologia de Integração das Ocupações

Com o objetivo de compreender melhor a persistência da segregação ocupacional por sexo no Brasil, propõe-se a construção de uma tipologia de integração ao nível das ocupações detalhadas, que permita apreender o processo de inserção de homens e mulheres em ocupações com diferentes composições por sexo.

A construção desta tipologia de integração das ocupações usa as porcentagens absolutas de homens e mulheres numa ocupação como base para a classificação mais do que a sobre ou subrepresentação de mulheres. A classificação das ocupações pelo percentual feminino e masculino e o cálculo da porcentagem das forças de trabalho feminina e masculina que estão ocupadas em ocupações segregadas por sexo indica em que medida as mulheres estão ocupadas em ocupações predominantemente femininas e em que medida a força de trabalho masculina está concentrada em ocupações predominantemente masculinas.

Considerando um grau de variação aleatória em torno da média de mulheres na força de trabalho não-agrícola, propõe-se um intervalo central mais amplo em torno desta média, ao invés de uma linha divisória artificial na distribuição das ocupações. Isto implica em um refinamento da visão dicotômica do mercado de trabalho como dividido em trabalho de homem e trabalho de mulher através de uma classificação tricotômica das ocupações, de acordo com a tipologia que define o que constitui uma ocupação integrada, predominantemente feminina ou masculina¹ (Hakim, 1993). Alguns exemplos de tipologias para definir a categoria de ocupações integradas são: a utilizada por Bianchi & Rytina (1986) que propõe um intervalo de 40 pontos percentuais em torno da parcela feminina na força de trabalho; a utilizada por Jacobs (1989) que propõe um intervalo de 40 pontos percentuais em torno do ponto médio imposto teoricamente a partir de um objetivo de parcela

¹ A questão é a escolha da marca da razão de sexo (50% ou média total) e o tamanho relativo de cada intervalo em torno do ponto médio. Na prática, o tamanho preciso do intervalo e do ponto médio teriam pequeno impacto nos resultados, dado que a segregação ocupacional é por si só fortemente estruturada.

feminina como 50% da força de trabalho; a utilizada por Reskin & Padavik (1994) que define a completa igualdade no mercado de trabalho como a parcela feminina sendo 50% da força de trabalho e um intervalo de 20 pontos percentuais; e a utilizada por Hakim (1992) que propõe um intervalo médio de ocupações integradas definidas como aquelas dentro de intervalo de 20 pontos percentuais em torno do ponto médio da parcela de mulheres na força de trabalho.

Considerando que a hipótese do intervalo em torno da parcela de mulheres na força de trabalho como um todo seria mais realista do que a igualdade total no mercado de trabalho, a qual requer que as mulheres representem 50% da força de trabalho, as ocupações não segregadas ou integradas são definidas como aquelas ocupações situadas em um intervalo em torno da razão de sexo prevaiente na força de trabalho não-agrícola como um todo, localizadas na amplitude de 20 pontos percentuais em torno da média da participação das mulheres na força de trabalho não agrícola em 1981 e 1990. As ocupações de cada lado da categoria média são predominantemente femininas ou masculinas; as femininas são aquelas que têm uma proporção de mulheres acima da amplitude definida em torno da média e as masculinas aquelas que têm uma proporção de mulheres abaixo desta amplitude.

Esta tipologia seria uma mensuração realista da proporção de todos os trabalhadores que teriam que mudar ou trocar de emprego para eliminar as categorias segregadas por sexo ou as ocupações dominadas por homens ou mulheres. As pessoas trabalhando em ocupações integradas ou não tipicamente sexuadas não teriam que mudar de emprego; a proporção de homens em ocupações dominadas por eles e de mulheres nas delas teriam que mudar ou trocar ocupação, para colocar a ocupação segregada na categoria integrada. A conversão de ocupações predominantemente sexuadas em integradas seria uma importante via da mudança social; o estudo destas ocupações que mudaram seu rótulo de sexo² daria suporte às

² a) ocupações que eram masculinas e se tornaram integradas; b) ocupações que eram integradas e se tornaram femininas; c) ocupações que permaneceram integradas (com aumento da proporção de mulheres); d) ocupações que mudaram totalmente de caráter, de masculinas para femininas.

teorias que explicam a segregação ocupacional por sexo (Hakim, 1993; Reskin, Padavik, 1994).

5.1. Caracterização Geral dos Tipos de Ocupações em 1981 e 1990

A maioria (53%) do total de ocupados não agrícolas estava em ocupações predominantemente masculinas em 1981; em 1990, a proporção de ocupados em ocupações masculinas diminuiu para 46%. As ocupações integradas são as que apresentam maior aumento da proporção de ocupados (18% a mais em 90) e também as predominantemente femininas (12%) (Tabela 5.1.1.).

Homens e mulheres estão ambos concentrados nas ocupações com predominância de seu respectivo sexo e a distribuição de homens e mulheres segundo os tipos de ocupação não apresenta grande mudança entre 1981 e 1990. Entre os homens a variação é maior, sendo que a proporção de homens nas ocupações femininas em 1990 aumenta em 30% em relação a 1981 e nas integradas, 20%; e diminui 7% nas masculinas. Por outro lado, entre as mulheres o peso das ocupações integradas é o único a aumentar (11%); o peso das femininas cai em 3% e das masculinas se mantém estável (Tabela 5.1.1.).

Aparentemente, as mulheres estariam melhor distribuídas entre os tipos de ocupação, mas há que se ressaltar que o número de ocupações femininas é muito inferior ao de masculinas, o que implica em que elas estejam mais concentradas em algumas poucas ocupações, enquanto os homens têm um leque mais amplo de ocupações. A distribuição das ocupações não varia de maneira significativa ao longo do tempo: as femininas aumentam 3%, as integradas 5% e as masculinas -2% (Tabela 5.1.1.).

Tabela 5.1.1.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, por Sexo, e das Ocupações, Segundo a Tipologia de Integração das Ocupações Brasil, 1981-1990

Tipologia das Ocupações	Ocupados			Ocupações
	Homens	Mulheres	Total	
1981				
Femininas	7.0%	70.8%	29.6%	23.0%
Integradas	16.5%	19.7%	17.7%	13.0%
Masculinas	76.5%	9.5%	52.7%	63.9%
1990				
Femininas	9.2%	68.7%	33.2%	23.6%
Integradas	20.0%	21.8%	20.8%	13.6%
Masculinas	70.8%	9.5%	46.1%	62.8%
Varição 1990/1981				
Femininas	1.31	0.97	1.12	1.03
Integradas	1.21	1.11	1.18	1.05
Masculinas	0.93	1.00	0.87	0.98

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Considerando o crescimento da proporção de mulheres entre os ocupados não agrícolas, da ordem de 14% entre 1981 e 1990, e o decréscimo da proporção de homens em 7%, o que se verifica é que a participação das mulheres entre os ocupados não agrícolas aumentou em todos os tipos de ocupações, mas acima da média somente nas ocupações integradas (Tabela 5.1.2.).

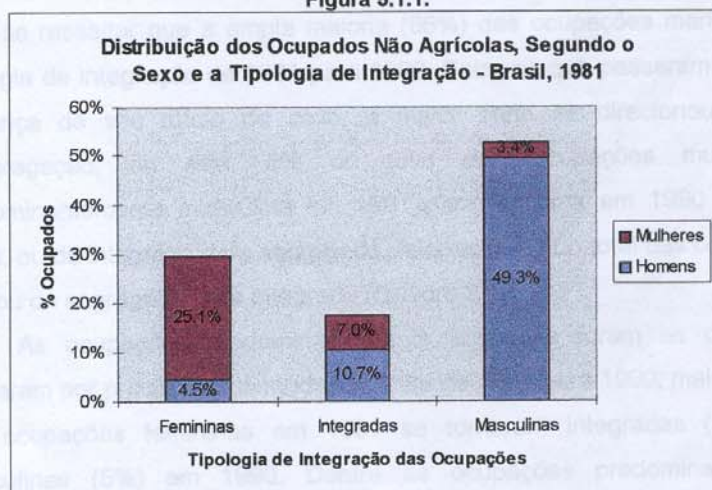
No total, foi verificado um decréscimo do peso das ocupações masculinas e um aumento significativo do peso das femininas e integradas. Na distribuição conjunta segundo o sexo e a tipologia de integração das ocupações, destaca-se que, mesmo declinando a participação dos homens no total dos ocupados, nas ocupações femininas e integradas, sua participação aumenta bastante. Isto estaria indicando uma maior inserção masculina nas ocupações femininas, ampliando ainda mais o seu leque de ocupações, do que a inserção feminina nas ocupações masculinas, ainda que este fato também signifique uma ampliação do espectro ocupacional feminino, dada a diversidade de ocupações masculinas (Tabela 5.1.2.; Figuras 5.1.1. e 5.1.2.)

Tabela 5.1.2.: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Sexo e a Tipologia de Integração das Ocupações
Brasil, 1981-1990

Tipologia das Ocupações	Ocupados		
	Homens	Mulheres	Total
1981			
Femininas	4.5%	25.1%	29.6%
Integradas	10.7%	7.0%	17.7%
Masculinas	49.3%	3.4%	52.7%
Total	64.5%	35.5%	100.0%
1990			
Femininas	5.5%	27.7%	33.2%
Integradas	12.0%	8.8%	20.8%
Masculinas	42.3%	3.8%	46.1%
Total	59.7%	40.3%	100.0%
Varição 1990/1981			
Femininas	1.22	1.10	1.12
Integradas	1.12	1.26	1.18
Masculinas	0.86	1.13	0.87
Total	0.93	1.14	1.00

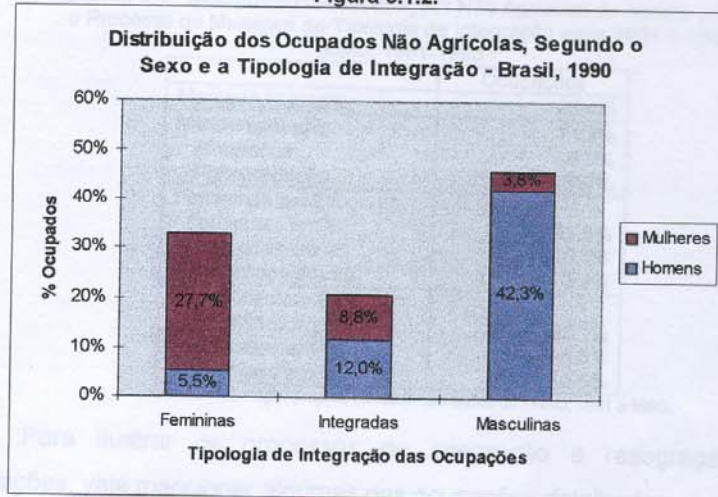
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 5.1.1.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981.

Figura 5.1.2.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

Quanto aos processos de integração ou resegregação das ocupações, pode-se ressaltar que a ampla maioria (86%) das ocupações manteve sua tipologia de integração de 1981 para 1990. Entre as que passaram por uma mudança de seu rótulo de sexo, a maior parte se direcionou para a resegregação, ou seja, 8% do total das ocupações mudou de predominantemente masculina em 1981 para feminina em 1990 ou vice-versa, ou de integrada para segregada. Apenas 6.5% do total das ocupações passou de segregada para integrada (Quadro 5.1.).

As ocupações predominantemente femininas foram as que mais passaram por processos de mudança entre de 1981 para 1990; mais de 15% das ocupações femininas em 1981 se tornaram integradas (11%) ou masculinas (5%) em 1990. Dentre as ocupações predominantemente masculinas em 1981, 93% mantiveram esta tipologia em 1990; 6% se tornaram integradas, e apenas 0.6% se resegregaram (Quadro 5.1.).

Quadro 5.1.: Distribuição das Ocupações Não Agrícolas de Acordo com o Processo de Mudança de Tipologia de Integração entre 1981 e 1990 Brasil, 1981-1990

	Ocupações
Manteve tipologia	85.8%
Mudou tipologia	14.2%
Integração	6.5%
Resegregação	7.7%
Femininas em 81	
Femininas em 90	83.9%
Integradas em 90	10.7%
Masculinas em 90	5.4%
Masculinas em 81	
Masculinas em 90	93.1%
Integradas em 90	6.3%
Femininas em 90	0.6%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Para ilustrar os processos de integração e resegregação das ocupações, vale mencionar algumas das ocupações detalhadas:

Quadro 5.2.: Exemplos de Ocupações que Variariam ou Mantiveram sua Tipologia de Integração entre 1981 e 1990 Brasil, 1981-1990.

	Ocupações
Manteve tipologia	
Feminina	empregado doméstico, costureiro, professor de 1º grau, enfermeiro não diplomado, secretário, recepcionista, assistente administrativo, operador de caixa
Integrada	vendedor, auxiliar de escritório, diretor e assessor, auxiliar administrativo, trabalhador na fabricação de sapato, caixa, feirante, dentista, professor no ensino superior, escritor e jornalista
Masculina	motorista, pedreiro, trabalhador braçal, comerciante, mecânico de veículos, vigia, encarregado administrativo, marceneiro, carpinteiro, contínuo, pintor, reparador de equipamento
Mudou tipologia	
<i>Integração</i>	
De feminina para integrada	operador de máquinas de processamento automático (digitador, etc.)
De masculina para integrada	médico, advogado, quitandeiro, técnico em contabilidade, economista
<i>Resegregação</i>	
De masculina para feminina	outros ocupados de nível superior (analista de estudo de mercado, analista de pessoal, astrólogo, intérprete, técnico de comunicação, técnico de turismo)
De integrada para feminina	ambulante, atendente de bar, auxiliar de contabilidade

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

No que se refere à participação de homens e mulheres em cada tipo de ocupação, percebe-se que a diminuição da razão de sexo geral na força

e trabalho não agrícola teve maiores reflexos entre as ocupações integradas e predominantemente masculinas; ou seja, a proporção de mulheres nestes tipos de ocupação aumentou acima da média (Tabela 5.1.3.).

Tabela 5.1.3.: Coeficiente de Razão de Sexo das Ocupações Não Agrícolas, Segundo a Tipologia de Integração Brasil, 1981-1990

Tipologia das Ocupações	1981	1990	1990/81
Predominantemente Femininas	0.18	0.20	1.111
Integradas	1.53	1.36	0.889
Predominantemente Masculinas	14.60	11.10	0.760
Total	1.82	1.49	0.819

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Em apenas 11% das ocupações que continuaram femininas aumentou a proporção de mulheres acima da média geral (ou diminuiu a razão de sexo); em 65% das ocupações que se mantiveram integradas aumentou a proporção de mulheres; e em 52% das ocupações que permaneceram masculinas aumentou a proporção de mulheres.

2. Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo Atributos selecionados e a Tipologia de Integração das Ocupações

A distribuição dos indivíduos em cada subgrupo específico - grupo de ocupação, de idade, de anos de estudo, de horas trabalhadas, ramo de atividade - é determinante do perfil da distribuição total. Pretende-se nesta seção caracterizar os subgrupos dos ocupados não agrícolas segundo a tipologia de integração das ocupações, buscando verificar comportamentos específicos, cuja composição seja determinante do comportamento geral.

2.1. Grupos de Ocupações

Em 1981 e em 1990, o padrão de participação segundo o grupo de ocupações e a tipologia de integração das ocupações é o mesmo: nos grupos das ocupações técnicas e na prestação de serviços prevalecem as ocupações predominantemente femininas; nos grupos de ocupações administrativas e no comércio prevalecem as ocupações integradas e predominantemente masculinas; nos grupos de ocupações na indústria de transformação, no transporte e comunicações e no grupo de outras

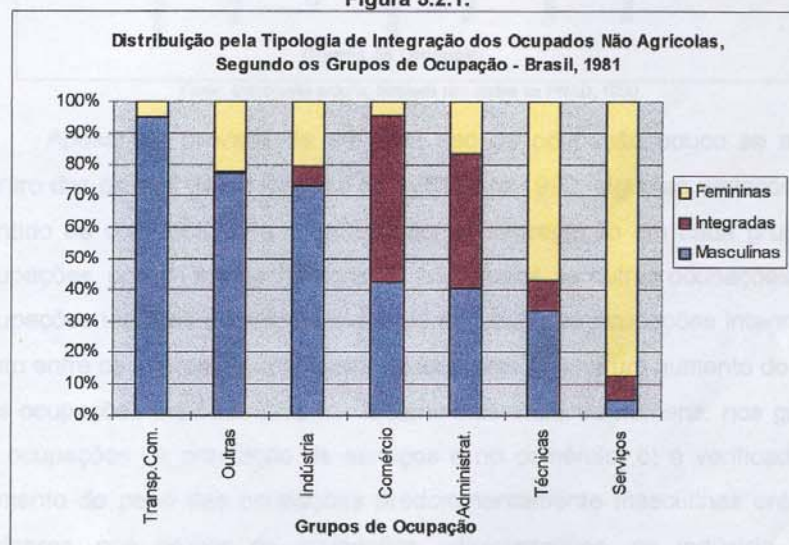
ocupações prevalecem as predominantemente masculinas (Tabela 5.2.1.; Figuras 5.2.1 e 5.2.2.³).

Tabela 5.2.1.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Ocupação
Brasil, 1981-1990

Grupos de Ocupações	1981			1990		
	Femininas	Integradas	Masculinas	Femininas	Integradas	Masculinas
Técnicas e afins	57.1%	9.7%	33.2%	62.1%	16.7%	21.1%
Administrativas	16.9%	42.7%	40.4%	16.5%	38.1%	45.3%
Indústria	20.4%	6.2%	73.3%	19.4%	6.7%	73.9%
Comércio	4.6%	52.9%	42.5%	17.7%	67.8%	14.5%
Transp. Comunic.	4.9%	0.3%	94.8%	5.7%	0.0%	94.3%
Prest. de Serviços	87.5%	7.4%	5.2%	92.9%	0.0%	7.1%
Outras	22.1%	0.5%	77.3%	26.7%	4.5%	68.9%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura 5.2.1.



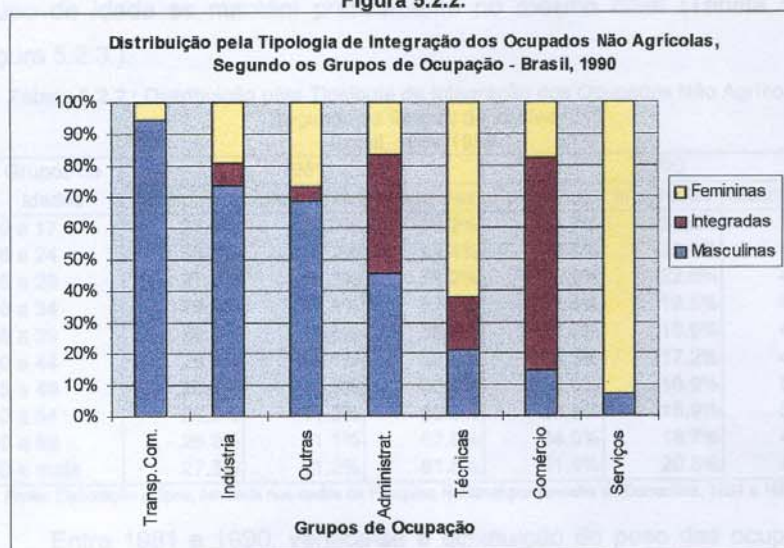
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981.

5.2.2. Grupos de Idade

Tanto em 1981 quanto em 1990, a distribuição das ocupações não agrícolas segundo a tipologia de integração das ocupações varia pouco com a idade. Há um claro predomínio da prevalência das ocupações predominantemente masculinas e menos da prevalência das femininas, a

³ As figuras 5.2.1. e 5.2.2. não apresentam a mesma ordem dos grupos de ocupação, porque estes estão ordenados em cada ano de acordo com um ranking de proporção de ocupações predominantemente masculinas.

Figura 5.2.2.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1990.

Apesar da prevalência de cada tipo de ocupação pouco se altera dentro dos grupos de ocupações de 1981 para 1990, algumas variações, no sentido de contribuir para a diminuição da segregação em cada grupo de ocupações, podem ser destacadas: a) nos grupos de outras ocupações e de ocupações técnicas ocorre um aumento do peso das ocupações integradas, tanto entre os homens quanto entre as mulheres⁴; b) há um aumento do peso das ocupações predominantemente femininas entre os homens, nos grupos de ocupações na prestação de serviços e no comércio; c) é verificado um aumento do peso das ocupações predominantemente masculinas entre as mulheres, nos grupos de ocupações administrativas, na indústria e na prestação de serviços.

2.2. Grupos de Idades

Tanto em 1981 quanto em 1990, a distribuição dos ocupados não agrícolas segundo a tipologia de integração das ocupações varia pouco com a idade. Há um ligeiro crescimento da prevalência das ocupações predominantemente masculinas e queda da prevalência das femininas, à medida que a idade aumenta; a proporção de ocupações integradas em cada

⁴ A distribuição de homens e mulheres segundo o tipo de ocupação consta no anexo 3.

grupo de idade se mantém praticamente no mesmo nível (Tabela 5.2.2.; Figura 5.2.3.).

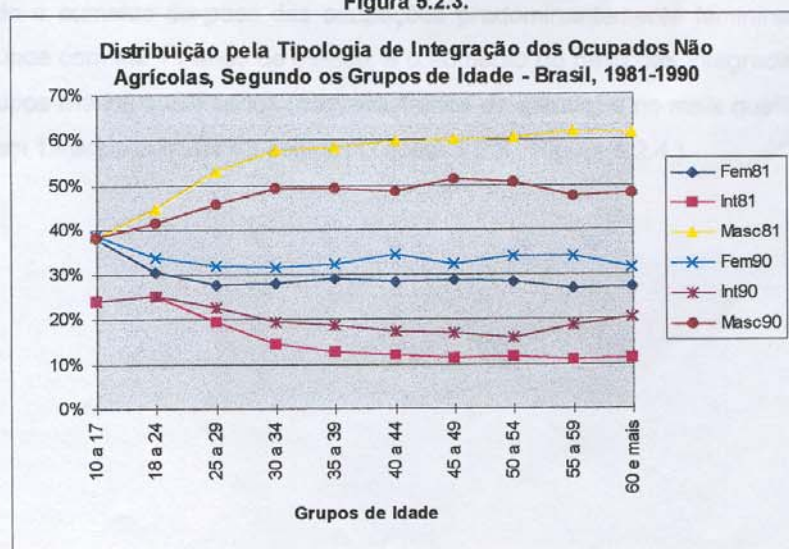
Tabela 5.2.2.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Idades Brasil, 1981-1990

Grupos de Idades	1981			1990		
	Femininas	Integradas	Masculinas	Femininas	Integradas	Masculinas
10 a 17	37.8%	24.0%	38.2%	38.7%	24.0%	38.2%
18 a 24	30.4%	25.2%	44.4%	33.5%	25.1%	41.4%
25 a 29	27.5%	19.3%	53.2%	31.9%	22.6%	45.6%
30 a 34	28.0%	14.5%	57.5%	31.4%	19.5%	49.1%
35 a 39	29.1%	12.6%	58.4%	32.0%	18.9%	49.1%
40 a 44	28.2%	12.1%	59.8%	34.3%	17.2%	48.5%
45 a 49	28.7%	11.3%	60.0%	32.0%	16.9%	51.1%
50 a 54	28.3%	11.5%	60.3%	33.8%	15.9%	50.4%
55 a 59	26.9%	11.1%	62.0%	34.0%	18.7%	47.4%
60 e mais	27.3%	11.2%	61.5%	31.4%	20.5%	48.2%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Entre 1981 e 1990, verifica-se a diminuição do peso das ocupações predominantemente masculinas e o aumento do peso das femininas e das integradas em todos os grupos de idade. Quanto mais jovem o grupo de idade, mais os homens entram em ocupações predominantemente femininas e vice-versa, as mulheres entram em ocupações predominantemente masculinas; à medida que a idade vai aumentando, o aumento do peso das integradas entre os homens e as mulheres passa a ser o mais importante (Tabela 5.2.2.; Figura 5.2.3.).

Figura 5.2.3.



5.2.3. Grupos de Anos de Estudo

A distribuição dos ocupados não agrícolas segundo a tipologia de integração de ocupações em cada grupo de anos de estudo tem um perfil semelhante em 1981 e 1990. À medida que aumenta o número de anos de estudo diminui a prevalência das ocupações predominantemente masculinas e femininas, estas de maneira mais suave, e aumenta a prevalência das ocupações integradas (Tabela 5.2.3.; Figura 5.2.4.).

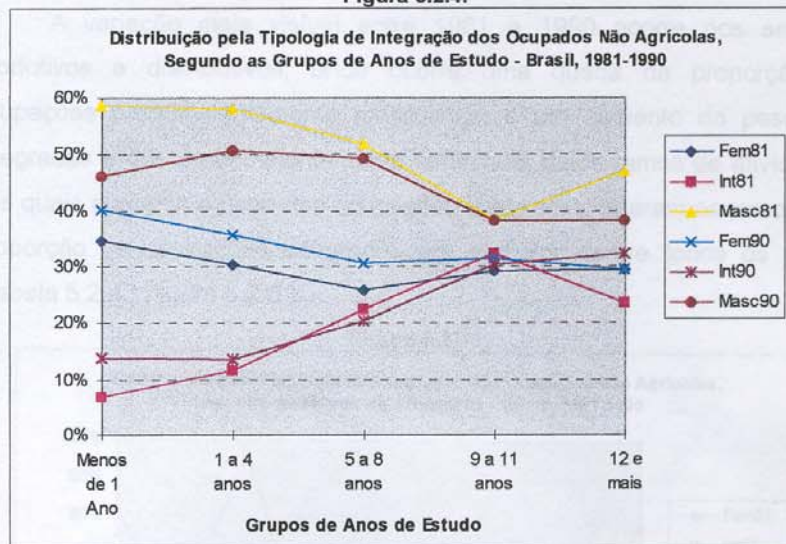
Tabela 5.2.3.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Anos de Estudo. Brasil, 1981-1990

Grupos de Anos de Estudo	1981			1990		
	Femininas	Integradas	Masculinas	Femininas	Integradas	Masculinas
Sem Instrução/ Menos de 1 Ano	34.6%	6.7%	58.7%	40.1%	13.8%	46.0%
1 a 4 anos	30.4%	11.7%	57.9%	35.6%	13.7%	50.7%
5 a 8 anos	25.8%	22.4%	51.8%	30.5%	20.3%	49.2%
9 a 11 anos	29.2%	32.4%	38.4%	31.4%	30.3%	38.3%
12 e mais	29.5%	23.6%	46.9%	29.5%	32.4%	38.2%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Algumas variações entre as distribuições em 1981 e 1990 podem ser ressaltadas: exceto no grupo com 9 a 11 anos de estudo, a diminuição do peso das ocupações predominantemente masculinas se faz notar de maneira significativa em todos os grupos de anos de estudo. Verifica-se por outro lado o aumento do peso das ocupações predominantemente femininas nos grupos com até 11 anos de estudo; e o aumento do peso das integradas nos grupos menos qualificados (com até 4 anos de estudo) e no mais qualificado (com 12 anos ou mais de estudo) (Tabela 5.2.3., Figura 5.2.4.).

Figura 5.2.4.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

5.2.4. Ramos de Atividades

O nível e o padrão de distribuição dos ocupados não agrícolas em cada ramo de atividade, segundo a tipologia de integração das ocupações, são quase idênticos em 1981 e 1990. Há uma prevalência de ocupações predominantemente masculinas na indústria moderna e tradicional, na construção civil, no governo e no ramo que engloba outras atividades; nos serviços distributivos e produtivos, há além da prevalência das ocupações predominantemente masculinas e um grande peso das ocupações integradas; e as ocupações predominantemente femininas apresentam uma participação significativa nos serviços sociais e pessoais (Tabela 5.2.4).

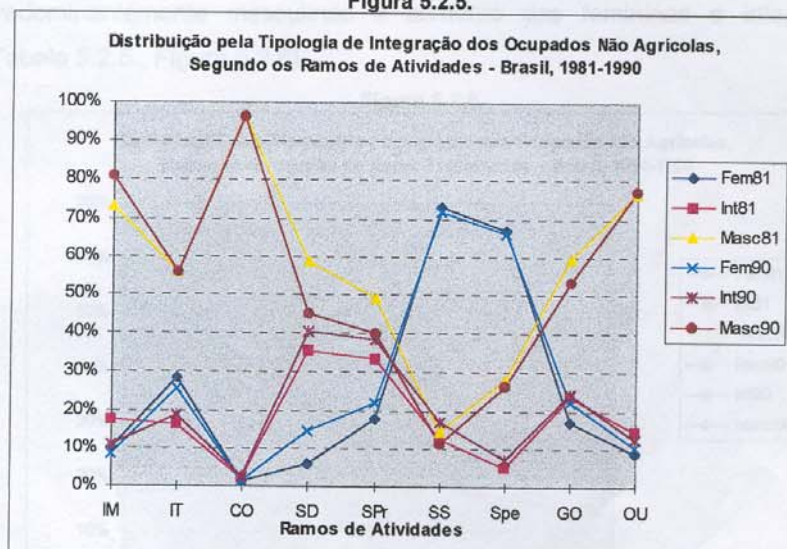
Tabela 5.2.4.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Ramos de Atividades Brasil, 1981-1990

Ramos de Atividades	1981			1990		
	Femininas	Integradas	Masculinas	Femininas	Integradas	Masculinas
Indústria Moderna	9.8%	17.2%	73.0%	8.3%	10.6%	81.1%
Ind. Tradicional	28.4%	16.0%	55.6%	25.6%	18.7%	55.8%
Construção	1.2%	2.1%	96.7%	1.3%	2.4%	96.3%
Serv. Distributivos	5.9%	35.6%	58.5%	14.3%	40.7%	45.0%
Serv. Produtivos	17.6%	33.4%	49.0%	21.7%	38.4%	39.9%
Serviços Sociais	73.1%	12.4%	14.5%	71.8%	17.1%	11.1%
Serviços Pessoais	67.1%	4.8%	28.1%	66.3%	7.1%	26.6%
Governo	17.1%	23.4%	59.5%	22.4%	24.4%	53.2%
Outras Atividades	8.7%	14.3%	77.0%	10.2%	12.3%	77.4%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

A variação mais visível entre 1981 e 1990 ocorre nos serviços produtivos e distributivos, onde ocorre uma queda da proporção de ocupações predominantemente masculinas, e um aumento do peso das integradas e das predominantemente femininas. Estes ramos de atividades, nos quais aumenta o peso das ocupações integradas, já eram os ramos cuja proporção de ocupações integradas era a maior dentre todos os ramos (Tabela 5.2.4.; Figura 5.2.5.).

Figura 5.2.5.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

5.2.5. Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal

A distribuição dos ocupados não agrícolas revela um padrão semelhante em 1981 e 1990 de acordo com a jornada de trabalho. Há uma prevalência das ocupações predominantemente masculinas nos grupos com jornada de trabalho em tempo integral (acima de 40 horas na semana); no grupo com jornada de trabalho em tempo parcial (até 39 horas na semana) é constatada a prevalência de ocupações predominantemente femininas. A proporção de ocupações integradas se mantém praticamente no mesmo nível (20%) em todos os grupos de horas trabalhadas (exceto no grupo acima de 48 horas na semana, em 1981) (Tabela 5.2.5.; Figura 5.2.6.).

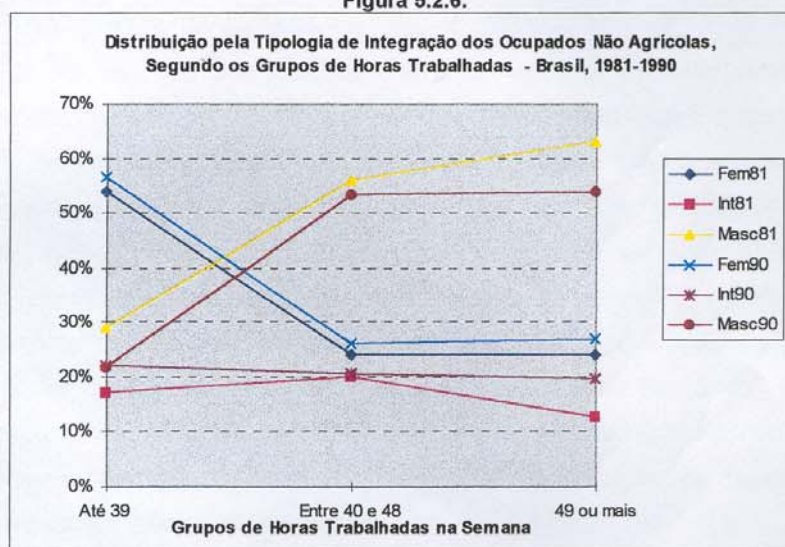
Tabela 5.2.5.: Distribuição pela Tipologia de Integração dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal Brasil, 1981-1990

Grupos de Horas	1981			1990		
	Femininas	Integradas	Masculinas	Femininas	Integradas	Masculinas
Até 39	53.8%	17.2%	29.0%	56.4%	22.0%	21.6%
Entre 40 e 48	23.9%	20.1%	55.9%	26.0%	20.6%	53.3%
49 ou mais	24.0%	12.8%	63.2%	26.8%	19.6%	53.7%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Entre 1981 e 1990, a variação da distribuição é no mesmo sentido em todos os grupos de horas trabalhadas: queda do peso das ocupações predominantemente masculinas e aumento das femininas e integradas (Tabela 5.2.5.; Figura 5.2.6).

Figura 5.2.6.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

5.3. Considerações Finais

A persistência da prevalência de ocupações predominantemente femininas e masculinas e o pequeno aumento da proporção de ocupações integradas explicam em parte a manutenção dos altos níveis de segregação ocupacional por sexo no Brasil. Esta relativa imutabilidade dos indicadores, ainda que esteja sendo apontada uma pequena melhoria em relação à proporção de pessoas em ocupações integradas, sugere que os estereótipos de sexo das ocupações, que levam as ocupações a serem rotuladas como

masculinas ou femininas, contribuem para a persistência da segregação ocupacional por sexo.

As mulheres continuam se concentrando em poucas ocupações predominantemente femininas, e, na medida em que aumentam sua participação no mercado de trabalho, elas mantêm esta tendência. A continuidade do processo de inserção de mulheres em ocupações predominantemente femininas, e de homens nas masculinas, tende assim a impedir uma maior diminuição da segregação.

Capítulo 6: Síntese e Conclusões

A implementação de legislações de oportunidades iguais nos Estados Unidos, na década de 60, e em alguns países europeus, na década de 70, incentivou os estudos relacionados à segregação ocupacional; no Brasil, estes estudos são raros. Nos estudos recentes realizados no Brasil sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, maior ênfase é dada ao aumento da participação feminina do que à sua distribuição ocupacional no mercado de trabalho e aos impactos desta distribuição sobre as desigualdades entre os sexos.

A despeito do aumento da taxa de atividade feminina entre 1981 e 1990, ou seja, do aumento da oferta de trabalho feminino acima do masculino, a taxa de atividade masculina permaneceu quase o dobro da feminina. Embora a proporção de mulheres na PEA em 1990 seja superior à de 1981, os níveis de segregação ocupacional por sexo no Brasil medidos pelo índice de dissimilaridade (D), pelo índice de dissimilaridade padronizado pelo tamanho (D_s) e pelo índice de associação global (A) apresentam uma variação muito pequena na década. Isto quer dizer que podemos caracterizar o aumento da atividade feminina na década de 80 como um fenômeno de expansão segregada do emprego, no qual não ocorrem mudanças significativas no padrão de inserção de homens e mulheres nos grupos de ocupações.

A segregação ocupacional por sexo se relaciona à composição por sexo dos grupos ocupacionais e à estrutura ocupacional da economia. A composição por sexo dos grupos de ocupações tendeu a beneficiar a integração, no sentido de que as razões de sexo dos grupos diminuíram a distância em relação à média do total de ocupados não agrícolas, embora em pequena escala, incapaz de reverter a predominância de um ou outro sexo nos grupos. Em todos os grupos de ocupações, exceto na prestação de serviços, há um aumento do peso das mulheres, que faz com que os coeficientes de razão de sexo declinem, quase sempre em consonância com a média do total dos ocupados não agrícolas. No entanto, exceto o grupo de

ocupações no comércio, os grupos que mais variaram de tamanho foram os que menos mudaram a composição por sexo e os que mais variaram a composição por sexo são os que menos variaram de tamanho. Portanto, apesar das tendências relativas da composição por sexo favorecerem a integração, a variação do tamanho dos grupos também influenciou no resultado total. A decomposição de D em seus componentes da estrutura ocupacional da composição por sexo confirma as afirmações de que o declínio da segregação se deve a seus dois componentes, sendo o da mudança da composição por sexo apresenta maior peso. Mas a interação entre as mudanças da estrutura ocupacional e da composição por sexo diminui o impacto individual de cada um dos componentes e leva um declínio da segregação em pequena escala.

Ao controlar tanto pelas mudanças na estrutura ocupacional quanto na composição por sexo da força de trabalho, o índice A segue a tendência de declínio dos indicadores da segregação. Entretanto, como controla pelas duas margens, considerando a associação entre as variáveis, este indicador apresenta a menor variação entre os indicadores de segregação utilizados. A interação entre as variáveis é confirmada através do cálculo das *odds* e *odds ratios*; as quais sugerem que principalmente o grupo de ocupações na indústria e na prestação de serviços, com tendências opostas, são os que mais influenciam na extensão da segregação ocupacional por sexo total, tanto devido ao seu tamanho relativo quanto à sua composição por sexo.

Além da elevação do nível de oferta de trabalho feminino, a estrutura da oferta de trabalho feminina também se altera. Segundo a idade, a curva feminina se torna mais semelhante à masculina em 1990, refletindo um aumento maior da oferta de trabalho das mulheres nos grupos de idades intermediários e provocando uma alteração nas proporções de mulheres nos grupos de idade da PEA. A estrutura por idade dos indicadores da segregação não apresenta uma tendência de variação muito relevante entre os grupos de idade. Entre 1981 e 1990, ocorre um pequeno decréscimo dos índices em todos os grupos de idade; e, assim, a mudança do padrão de inserção segundo a idade, com o aumento da participação dos grupos

intermediários, não contribui para a queda da segregação tanto quanto a queda uniforme da segregação dentro dos próprios subgrupos.

Quando à estrutura de oferta de trabalho segundo os anos de estudo, as taxas de atividade têm uma relação direta com os grupos de anos de estudo, e não ocorrem mudanças significativas deste padrão entre 1981 e 1990, dado que as taxas de atividade se elevam para todos os grupos de anos de estudo. Ao contrário das taxas de atividade, os indicadores da segregação apresentam uma relação inversa com o número de anos de estudo. Isto significa que níveis mais elevados de educação formal atenuam a segregação por sexo; neste sentido a entrada de maiores contingentes de ocupados não agrícolas com maior número de anos de estudo teria contribuído para o pequeno declínio da segregação ocupacional por sexo.

*educação
importante
p/ melhorar
ocupação
mas não
ou a comp
de salário*

Os indicadores da segregação apresentam estruturas bastante divergentes quando decompostos segundo os ramos de atividades, em 1981 e 1990. A tendência geral percebida é que alguns ramos contrabalançam os outros na composição do índice total, impedindo um maior declínio da segregação ocupacional por sexo. No que se refere à decomposição dos indicadores da segregação ocupacional por sexo, segundo a jornada de trabalho dos ocupados não agrícolas, esta mostra uma relação direta entre a segregação e o número de horas trabalhadas, e uma tendência de queda da segregação em todos os grupos de horas trabalhadas, entre 1981 e 1990.

A construção de uma tipologia de integração das ocupações forneceu uma indicação importante da estrutura da segregação ocupacional por sexo, mostrando a proporção dos ocupados não agrícolas que teriam que mudar de emprego para eliminar as ocupações segregadas por sexo - predominantemente masculinas ou femininas. Para que a segregação total decline de fato é necessário que as pessoas estejam em maiores proporções em ocupações integradas; que mais homens se insiram em ocupações femininas e mais mulheres nas masculinas, para que tais se direcionem também no sentido da integração.

Em 1981, a maioria do total de ocupados não agrícolas estava em ocupações predominantemente masculinas; em 1990, a proporção de

ocupados em ocupações masculinas diminuiu, apesar de continuar sendo a maior. As ocupações integradas apresentaram maior aumento da proporção de ocupados, revelando uma tendência positiva de diminuição da segregação total. No entanto, homens e mulheres continuam concentrados nas ocupações com predominância de seu respectivo sexo e a distribuição de homens e mulheres segundo os tipos de ocupação não apresenta grande mudança entre 1981 e 1990, sendo que entre os homens as variações são maiores. Aparentemente, as mulheres estariam melhor distribuídas entre os tipos de ocupação, mas o número de ocupações femininas é muito inferior ao de masculinas, o que implica em que elas estejam mais concentradas em algumas poucas ocupações, enquanto os homens têm um leque mais amplo de ocupações. A maioria das ocupações manteve sua tipologia de integração de 1981 para 1990; e entre as que passaram por uma mudança, a maior parte se direcionou para a resegregação e não para a integração.

No total, foi verificado um decréscimo do peso das ocupações masculinas e um aumento significativo do peso das femininas e integradas no total dos ocupados não agrícolas. A participação das mulheres aumentou em todos os tipos de ocupações, mas principalmente nas ocupações integradas. Mesmo declinando a participação dos homens no total dos ocupados, nas ocupações predominantemente femininas e integradas sua participação aumenta bastante, o que sugere uma maior inserção masculina nas ocupações femininas do que uma inserção feminina nas ocupações masculinas.

Quanto aos efeitos dos subgrupos sobre a diminuição da segregação total dos ocupados não agrícolas, no sentido de contribuir para o aumento da proporção de pessoas em ocupações integradas, entre 1981 e 1990, destaca-se que: a) os grupos de ocupações administrativas e no comércio possuem as maiores proporções de ocupações integradas, e há uma tendência de aumento da integração nos grupos de ocupações técnicas e de outras ocupações; b) a proporção de pessoas nas ocupações integradas praticamente é a mesma em todos os grupos de idade, e há um aumento do peso das integradas em todos os grupos de idade; c) na medida em que

aumenta o número de anos de estudo aumenta a prevalência das ocupações integradas o aumento do peso das integradas nos grupos menos qualificados (com até 4 anos de estudo) e no mais qualificado (com 12 anos ou mais de estudo); d) o maior peso das ocupações integradas é verificado nos ramos de serviços distributivos e produtivos, nos quais também se constata o aumento da proporção de indivíduos nestes tipos de ocupações; e) a proporção de pessoas nas ocupações integradas se mantém praticamente no mesmo nível em todos os grupos de horas trabalhadas, e há um aumento do peso das integradas também em todos os grupos.

Os mecanismos que geram as mudanças na segregação ocupacional por sexo se relacionam à interação entre as mudanças na estrutura da economia e na composição por sexo da força de trabalho. No Brasil, na década de 80, a interação entre estes componentes contrabalançou os efeitos positivos do aumento da participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, para a década de 90, a tendência de continuidade da mudança do padrão de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho aponta para uma possível melhoria da distribuição das mulheres e homens nas ocupações, e assim para a redução mais efetiva da segregação. Especificamente, as tendências de aumento da proporção de ocupados mais qualificados, no que se refere ao nível de escolaridade, em tempo parcial, que são os subgrupos da força de trabalho não agrícola que apresentam os perfis mais integrados, e de redução do emprego industrial sugerem uma possibilidade de mudanças dos níveis de segregação no Brasil¹. Entretanto, estes processos mais integrativos oriundos da própria dinâmica do mercado têm resultados mais lentos do que o desejável; e uma vez que a estrutura ocupacional segregada já exista, mecanismos de mercado não eliminam a desigualdade de gênero, sem iniciativas de política pública e organizacionais.

É preciso que sejam revertidas as perspectivas discriminatórias e os estereótipos de sexo das ocupações que mantêm os níveis de segregação

¹ Outro aspecto importante que beneficia a integração é o aumento da experiência das mulheres no mercado de trabalho, provendo-as de capital humano específico mais semelhante ao dos homens.

elevados, mesmo em face ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e à mudança de seu padrão de inserção. Daí a necessidade de políticas mais efetivas no curto prazo que favoreçam a igualdade de oportunidades entre os sexos. A experiência de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos na década de 80 teve resultados limitados, sendo mais eficaz para os mais qualificados, com mais altos níveis de educação específica (Tomaskovic-Devey, 1993). Entretanto, se há desvalorização do trabalho feminino, devido aos baixos investimentos em treinamento e à discriminação, programas de ação afirmativa são necessários. Configura-se então a necessidade de investimento nas habilidades mais específicas dos trabalhadores principalmente de duas maneiras: a) dentro das organizações através de treinamento *on-the-job*², que favoreceria a inserção das mulheres nos mercados internos de trabalho, e possibilitaria uma ascensão profissional em níveis próximos aos masculinos; e b) através de políticas públicas de qualificação e treinamento, que tenham um perfil integrado quanto à sua composição por sexo. É claro que modificar os estereótipos de sexo das ocupações e a discriminação contra ocupações femininas é um projeto de mais longo prazo, mas que tem início na formação profissional das novas coortes. Vale ressaltar que também são necessárias políticas que corrijam as distorções decorrentes da segregação ocupacional por sexo, como por exemplo, a valorização diferenciada das atividades femininas, que geram graves desigualdades salariais entre homens e mulheres. Nos Estados Unidos, há uma longa discussão a respeito das políticas de méritos comparáveis (*comparable worth*), segundo as quais os empregos que requerem habilidades equivalentes devem ser recompensados com salários equivalentes para corrigir desigualdades históricas que refletem a composição por sexo do emprego³, readequando o valor das atividades exercidas pelas mulheres

² Este tipo de investimento por parte das empresas supõe uma visão anti-discriminatória por parte dos empregadores.

³ Os economistas discordam deste tipo de política, argumentando que vai contra o princípio de que os salários são determinados no mercado; segundo eles, seriam mais efetivas políticas anti-discriminatórias no momento da contratação das pessoas (Tomaskovic-Devey, 1993).

(England, 1992). O fato é que todas estas políticas não discriminatórias não são estratégias incompatíveis e devem ser complementares.

Esta dissertação foi um esforço inicial para se mensurar a extensão da segregação ocupacional por sexo no Brasil e seus padrões. Maior esforço é necessário no sentido de entender os determinantes das diferenças por sexo nas distribuições ocupacionais e determinar o papel de tais diferenças ocupacionais na geração de diferenciais de remuneração e *status* entre homens e mulheres no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ABRAHAMSON, M., SIGELMAN, L. 1987. Occupational Sex Segregation in Metropolitan Areas. *American Sociological Review*, 52:88-97.
- ANKER, R., HEIN, C. 1986. *Sex Inequalities in Urban Employment in the Third World*. New York, St. Martin's Press.
- ASHENFELTER, O., LAYARD, R. (eds.) 1986. *Handbook of Labor Economics*. New York, Elsevier.
- BARROS, R.P., MACHADO, A.F., MENDONÇA, R.S.P. 1997. *A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero*. Rio de Janeiro, IPEA. (Texto para Discussão n.º 453)
- BARROS, R.P., MENDONÇA, R.S. 1996. *Segmentação por Ramo de Atividade*. Rio de Janeiro, IPEA. (Relatório Final).
- BECKER, G. 1957. *The Economics of Discrimination*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. 1964. *Human Capital*. New York, Columbia University Press. (1975)
- BELLER, A.H. 1982. Occupational Segregation by Sex: Determinants and Trends. *Journal of Human Resources*, 17: 371-92.
- BIANCHI, S.M., RYTINA, N. 1986. The decline in occupational sex segregation during the 1970's. *Demography*, 23(1): 79-86.
- BIELBY, W.T., BARON, J.N. 1986. Men and women at work: sex segregation and statistical discrimination. *American Journal of Sociology*, 91(4): 759-99.
- BLAU, F.D., FERBER, M.A. 1985. Women in the labor market: the last twenty years. In: LARWOOD, L. et al., *Women and Work*, pp.19-49. Sage Publications.
- BLAU, F.D., HENDRICKS, W.E. 1978. Occupational segregation by sex: trends and prospects. *The Journal of Human Resources*, 14(2): 196-210.

- BRUSCHINI, Cristina. 1992. O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma Questão de Gênero**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- _____. 1994. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. In: **II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho**, cap.2, pp.4-25. Rio de Janeiro, IPEA.
- CAIN, G.G. 1986. The Economics Analysis of Labor Market Discrimination: a Survey. In: ASHENFELTER, O., LAYARD, R. (eds.) **Handbook of Labor Economics**. North Holland Press.
- CAMARGO, J.M., SERRANO, F. 1983. Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, 37(4): 435-48.
- CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. (orgs.). 1991. **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHARLES, M. 1992. Cross-National Variation in Occupational Sex-Segregation. **American Sociological Review**, 57: 483-502.
- CHARLES, M., GRUSKY, D.B. 1995. Models for Describing the Underlying Structure of Sex Segregation. **American Journal of Sociology**, 100 (4): 931-71.
- COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org.) 1992. **Uma Questão de Gênero**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- COSTA, L.B. 1984. **Participação da Mulher no Mercado de Trabalho**. São Paulo, IPE/USP.
- DUNCAN, O.D., DUNCAN, B. 1955. A Methodological Analysis of Segregation Indices. **American Sociological Review**, 20:210-17.
- EATWELL, J., MILGATE, M., NEWMAN, P. (eds.) 1989. **Social Economics**. London, MacMillan.
- EHRENBERG, Ronald G., SMITH, Robert S. 1987. **Modern Labor Economics**.
- ENGLAND, P. 1981. Assessing Trends in Occupational Sex Segregation, 1900-1976. In: BERG, I. (ed.). **Sociological Perspectives on Labor Markets**. New York, Academic Press, Inc.

- ENGLAND, P. 1981. The Failure of Human Capital Theory to Explain Occupational Sex Segregation. **Journal of Human Resources**, 17: 358-70.
- ENGLAND, P., FARKAS, G. 1986. **Households, Employment and Gender**. New York, Aldine Publishing Company.
- ENGLAND, P. 1992. **Comparable Worth: Theories and Evidence**. New York, Aldine Gruyter.
- GOLDIN, C. 1990. **Understanding the Gender Gap**. New York, Oxford University Press.
- HAKIM, C. 1992. Explaining Trends in Occupational Segregation: The Measurement, Causes and Consequences of the Sexual Division of Labour. **European Sociological Review**, 8(2): 127-152.
- HAKIM, C. 1993. Segregated and Integrated Occupations: A New Approach to Analysing Social Change. **European Sociological Review**, 9(3): 289-314.
- HALLI, S.S., RAO, K.V. 1992. **Advanced Techniques of Population Analysis**. New York, Plenum Press.
- HAMERMESH, Daniel S., REES, Albert. 1993. **The Economics of Work and Pay**.
- HAUSER, R.M. GRUSKY, D.B. 1988. Cross-National Variation in Occupational Distributions, Relative Mobility Chances, and Intergenerational Shifts in Occupational Distributions. **American Sociological Review**, 53:723-48.
- HIRATA, H., HUMPHREY, J. 1984. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**, 4(4): 89-107.
- HIRATA, H., KERGOAT, D. 1994. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, 2(3): 93-100.
- IBGE. 1994. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, Nº 2**. Rio de Janeiro.
- JACOBS, J.A. 1989. Long-Term Trends in Occupational Segregation by Sex. **American Journal of Sociology**, 95: 160-73.
- JACOBSEN, J.P. 1994. **The Economics of Gender**. Cambridge, MA, Blackwell Publishers.

- JENSON, J., HAGEN, E., REDDY, C. (eds.). 1988. **Feminization of the Labor Force: Paradoxes and Promises**. New York, Oxford University Press.
- KILBOURNE, B.S., ENGLAND, P., FARKAS, G., BERON, K., WEIR, D. 1994. Returns to skill, compensating differentials, and gender bias: effects of occupational characteristics on the wages of white women and men. **American Journal of Sociology**, 100(3):689-719.
- KILLINGSWORTH, M.R., HECKMAN, J.J. 1986. Female Labor Supply: a Survey. In: ASHENFELTER, O., LAYARD, R. (eds.) **Handbook of Labor Economics**. North Holland Press.
- KNOKE, D., BURKE, P.J. 1980. **Log-linear Models**. Beverly Hills, CA, Sage Publications.
- LAVINAS, L. 1994. Renda e relações sociais de gênero. **II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho**. Rio de Janeiro, IPEA. (Série Seminários Nº 7/94)
- LLOYD, C.B. 1980. The Division of Labor between the Sexes: A Review. In: LLOYD, C.B. (ed.) **Sex, Discrimination and the Division of Labor**. New York, Columbia University Press.
- LOBO, E.S. 1992. O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org.) **Uma Questão de Gênero**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- MADDEN, J.F. 1980. Discrimination - A Manifestation of Male Market Power?. In: LLOYD, C.B. (ed.) **Sex, Discrimination and the Division of Labor**. New York, Columbia University Press.
- MATESCO, V.R., LAVINAS, L. 1994. Mercado formal e emprego feminino: evolução de uma década. **II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho**. Rio de Janeiro, IPEA. (Série Seminários Nº 7/94)
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. 1986. **Computer Chips and Paper Clips: Technology and Women's Employment**. Washington D.C., National Academy Press.
- OPPENHEIMER, V.K. 1973. Demographic Influence on Female Employment and the Status of Women. **American Journal of Sociology**, 78:946-61.

- PAIVA, P.T.A. 1980. **A Mulher no Mercado de Trabalho Urbano**. CEDEPLAR.
- POLACHEK, S.W. 1980. Discontinuous Labor Force Participation and Its Effects on Women's Market Earnings. In: LLOYD, C.B. (ed.) **Sex, Discrimination and the Division of Labor**. New York, Columbia University Press.
- PRESSER, H.B., KISHOR, S. 1993. Economic Development and Occupational Sex Segregation in Puerto Rico: 1950-1980. **Population and Development Review**, 17:53-85.
- PSACHAROPOULOS, G., TZANNATOS, Z. 1992. **Women's Employment and Pay in Latin America: Overview and Methodology**. Washington, D.C., The World Bank.
- PULLUM, T. 1995. Notas de aula: "Discrete Multivariate Models: Using log linear models to develop a segregation index".
- RAMOS, L., SOARES, A.L. 1994. **Participação da Mulher na Força de Trabalho e Pobreza no Brasil**. IPEA, Texto para Discussão 350.
- RESKIN, B.F. (org.). 1984. **Sex Segregation in the Workplace: Trends, Explanations, Remedies**.
- RESKIN, B.F., HARTMANN, H.I. 1986. **Women's Work, Men's Work: Segregation on the Job**.
- RESKIN, B.F., PADAVIK, I. 1994. **Women and Men at Work**. Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press.
- RODRIGUES, A.M. 1992. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: COSTA, A.O., BRUSCHINI, C. (org.) **Uma Questão de Gênero**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- RUBIN, G. 198_. **O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "Economia Política" do Sexo** (mimeo.)
- SANTOS, E.C. 1993. **Diferencial de Salários entre Homens e Mulheres com Nível Superior: Brasil 1981-90**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG. (Dissertação de Mestrado)
- SCOTT, J. 198_. **Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica** (mimeo.)

- SEMYONOV, M. 1980. The Social Context of Women's Labor Participation: A Comparative Analysis. *American Journal of Sociology*, 86:534-50.
- SEMYONOV, M., SCOTT, R.I. 1983. Industrial shifts, female employment, and occupational differentiation: a dynamic model for american cities, 1960-1970. *Demography*, 20(2): 163-176.
- SINGELMANN, J., BROWNING, H.L. 1980. Industrial Transformation and Occupational Change in the US, 1960-70. *Social Forces*, 59: 246-64.
- STEVENSON, M.H. 1980. Relative Wages and Sex Segregation by Occupation. In: LLOYD, C.B. (ed.) **Sex, Discrimination and the Division of Labor**. New York, Columbia University Press.
- TIENDA, M., SMITH, S.A., ORTIZ, V. 1987. Industrial restructuring, gender segregation and sex differences in earnings. *American Sociological Review*, 52: 195-210.
- TOMASKOVIC-DEVEY, D. 1993. **Gender and racial inequality at work: the sources and consequences of job segregation**. New York, Ithaca Press.
- WILLIAMS, G. 1979. The changing U.S. labor force and occupational differentiation by sex. *Demography*, 16(1): 73-87.
- WRIGHT, R., JACOBS, J.A. 1994. Male flight from computer work: a new look at occupational resegregation and ghettoization. *American Sociological Review*, 59:511-536.
- ZELLNER, H. 1980. The Determinants of Occupational Segregation. In: LLOYD, C.B. (ed.) **Sex, Discrimination and the Division of Labor**. New York, Columbia University Press.

Anexo 1: Agregação dos Ramos de Atividades

Ramos de Atividades	Atividades
Indústria Moderna	Metalúrgica Mecânica Material Elétrico e de Comunicações Material de Transportes Papel e Papelão Borracha Química Produção de Petróleo Farmacêutica e Veterinária Perfumaria e Sabão Plásticos
Indústria Tradicional	Minerais Não Metálicos Madeira Domiciliar de Artigos de Palha Mobiliário Têxtil Domiciliar Têxtil Vestuário Calçados Produtos Alimentares Bebidas Fumo Editorial e Gráfica
Construção	Construção Civil
Serviços Distributivos	Transporte de Tração Animal Transporte Rodoviário de Passageiros Transporte Rodoviário de Cargas Transporte Ferroviário Transporte Marítimo Transporte Aéreo Transporte Não Definido Serviço de Transporte Não Rodoviário Serviço de Transporte Rodoviário Serviço Auxiliar de Transporte Marítimo Comércio de Produtos Agropecuários Comércio de Gêneros Alimentícios Comércio de Tecidos e Artefatos de Tecidos Comércio de Móveis, Tapeçaria, Artesanato Comércio de Papel Impresso Comércio de Ferragens Comércio de Máquinas, Aparelhos, Instrumentos Comércio de Veículos e Acessórios Comércio de Produtos Químicos Comércio de Combustível e Lubrificantes Comércio Ambulante Feiras Supermercados Lojas de Departamentos Atividades Não Definidas no Comércio Serviços Auxiliares no Comércio de Mercadorias Serviços de Armazenagem
Serviços Produtivos	Bancos, Financeiras Caixas Econômicas Seguros Administração de Imóveis Comércio de Títulos e Moedas Loterias Cartões de Crédito Serviços Auxiliares de Seguros Assistência Beneficente Previdência Social Pública Previdência Social Privada Produção e Distribuição de Energia Produção e Distribuição de Gás Abastecimento de Água Limpeza Pública Serviços Postais Comunicação e Telefonia Serviços de Diversões, Promoções Artísticas

Ramos de Atividades	Atividades
Serviços Produtivos	Rádiodifusão Serviços Jurídicos Serviços de Contabilidade Auditoria Serviços de Assessoria Serviços de Engenharia, Arquitetura Serviços de Publicidade, Propaganda Serviços de Tradução Serviços de Estúdio de Pintura Serviços Técnicos Profissionais
Serviços Sociais	Serviços Médicos Públicos Serviços Médicos Particulares Serviços Odontológicos Serviços Veterinários Serviços Ensino Público Serviços Ensino Particular Sindicatos e Associações de Classe Instituições Científicas e Tecnológicas Instituições Filosóficas e Culturais Atividades Auxiliares Cultura Entidades Recreativas Organizações Cívicas e Políticas Serviços Comunitários Sociais
Serviços Pessoais	Reparação Eletricidade Reparação Veículos Reparação Madeira Reparação Instalações Reparação Não Incluída Serviços de Alojamento Serviços de Alimentação Higiene Pessoal Confecção Pessoais Não Industrializados Conservação Vestuário Limpeza e Conservação Vigilância e Guarda Doméstico Remunerado Domiciliares Não Industrializados
Governo	Poder Legislativo Justiça Atividades Auxiliares Administração Federal Administração Estadual Administração Municipal Administração Autarquias Administração Não Definidas Exército Marinha Aeronáutica Polícia Militar Polícia Civil Corpo de Bombeiros Outras Organizações Governo
Outras Atividades	Extração e Aparelhamento de Pedras Extração de Petróleo e Gás Natural Extração de Carvão de Pedra Exploração de Salinas Faiscação, Garimpagem de Minerais Não Metálicos Faiscação, Garimpagem de Minerais Metálicos Extração de minerais radioativos Extração de minerais não metálicos Extração de minerais metálicos Atividades Não Definidas na Extração Mineral Indústria de Couro, Peles e Similares Atividades Não Definidas na Indústria de Transformação Serviços Auxiliares No Comércio e Indústria Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas Organizações Internacionais, Representações Estrangeiras Outras Atividades Não Definidas Atividades Incompletas

Fonte: Barros, Mendonça, 1996.

Anexo 2: Caracterização dos Ocupados Não Agrícolas

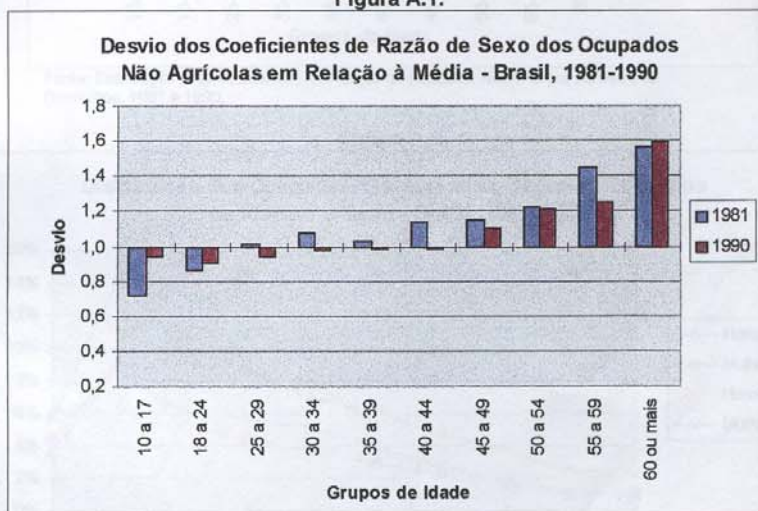
1) Grupos de Idades

Tabela A.1.: Coeficiente de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Idades Brasil, 1981-1990

Grupos de Idades	1981	1990	1990/81
10 a 17	1.306	1.400	1.072
18 a 24	1.568	1.356	0.865
25 a 29	1.844	1.405	0.762
30 a 34	1.959	1.460	0.745
35 a 39	1.880	1.471	0.782
40 a 44	2.076	1.476	0.711
45 a 49	2.102	1.650	0.785
50 a 54	2.228	1.812	0.813
55 a 59	2.635	1.867	0.708
60 ou mais	2.856	2.380	0.833
Total	1.823	1.493	0.819

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Figura A.1.



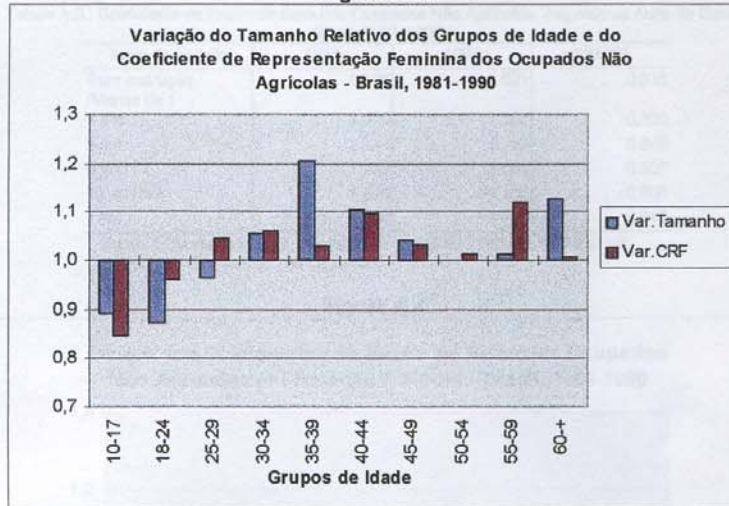
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Tabela A.2.: Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Idades Brasil, 1981-1990

Grupos de Idades	1981	1990	1990/81
10 a 14	1.277	1.040	0.81
15 a 19	1.184	1.067	0.90
20 a 24	1.076	1.042	0.97
25 a 29	0.994	1.037	1.04
30 a 34	0.955	1.015	1.06
35 a 39	0.980	1.010	1.03
40 a 44	0.918	1.007	1.10
45 a 49	0.910	0.940	1.03
50 a 54	0.876	0.888	1.01
55 a 59	0.777	0.870	1.12
60 a 64	0.734	0.728	0.99
65 a 69	0.766	0.731	0.95
70 ou mais	0.661	0.783	1.18

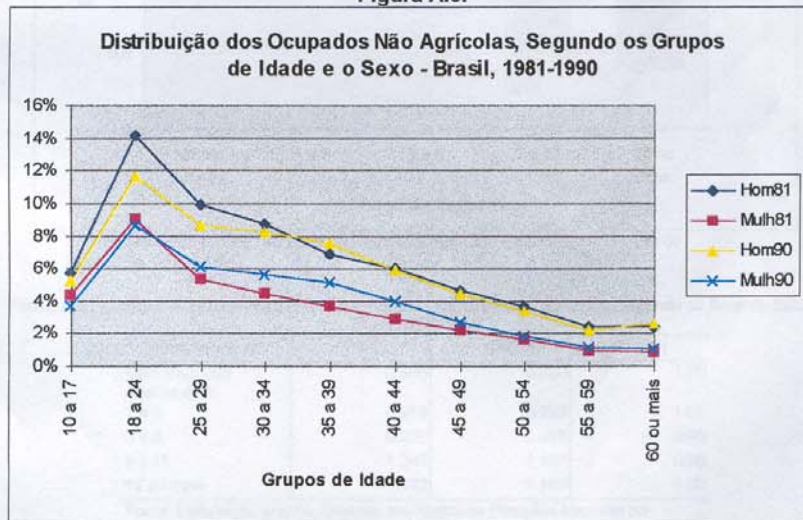
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da PNAD, 1981 e 1990.

Figura A.2.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.3.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

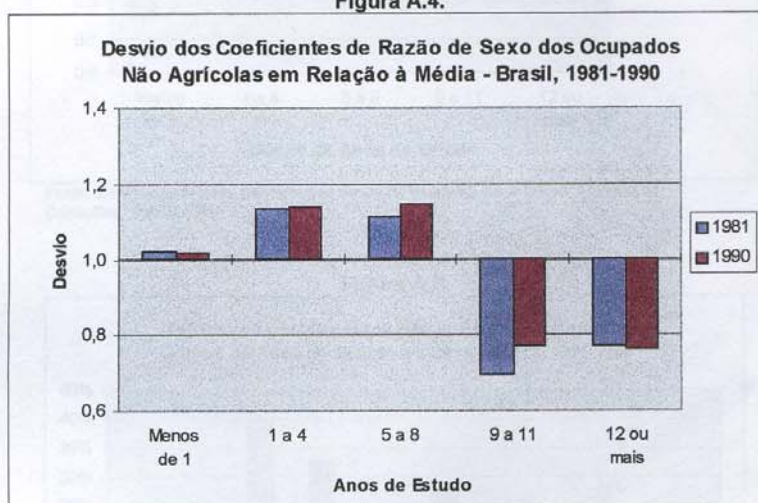
2) Grupos de Anos de Estudo

Tabela A.3.: Coeficiente de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Anos de Estudo Brasil, 1981-1990

Anos de Estudo	1981	1990	1990/81
Sem Instrução /Menos de 1	1.866	1.521	0.815
1 a 4	2.074	1.701	0.820
5 a 8	2.033	1.718	0.845
9 a 11	1.272	1.153	0.907
12 ou mais	1.409	1.138	0.808
Total	1.826	1.494	0.818

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.4.



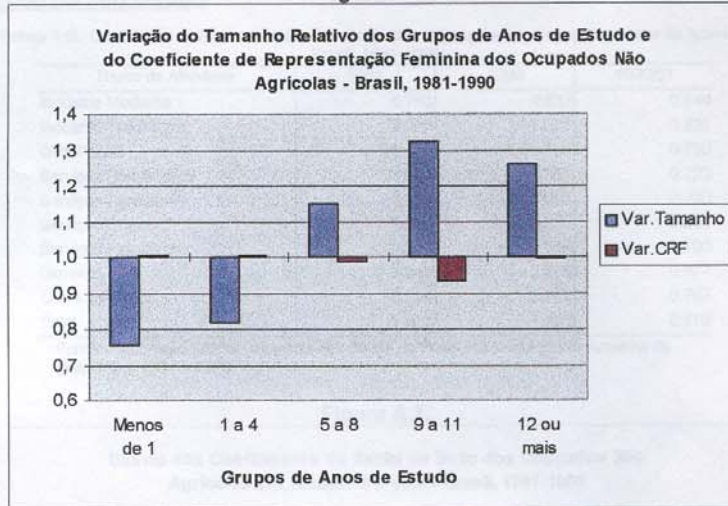
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Tabela A.4.: Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Anos de Estudo Brasil, 1981-1990

Anos de Estudo	1981	1990	1990/81
Sem Instrução /Menos de 1	0.986	0.990	1.00
1 a 4	0.918	0.923	1.01
5 a 8	0.932	0.918	0.98
9 a 11	1.243	1.157	0.93
12 ou mais	1.172	1.167	1.00

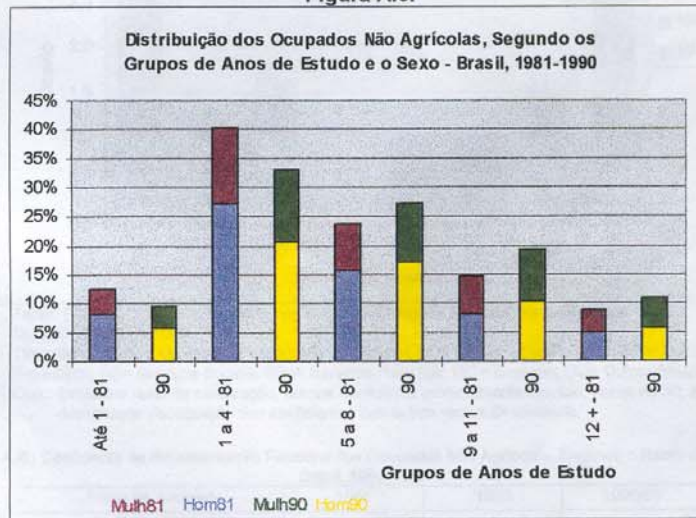
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.5.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.6.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

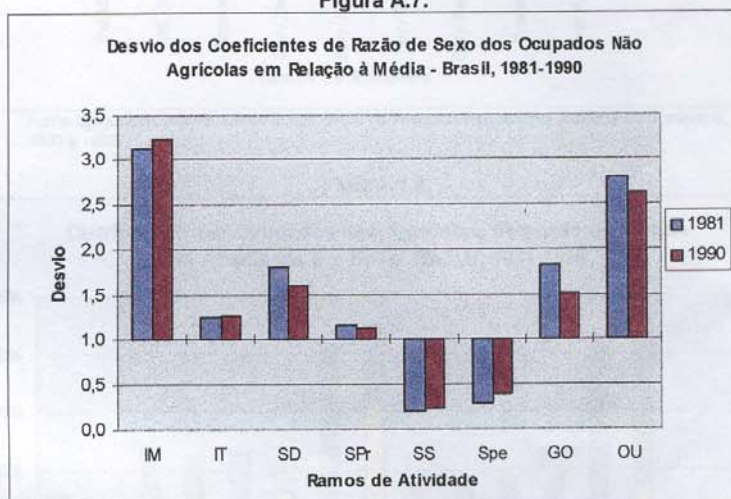
3) Ramos de Atividades

Tabela A.5.: Coeficiente de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Ramo de Atividade Brasil, 1981-1990

Ramo de Atividade	1981	1990	1990/81
Indústria Moderna	5.713	4.822	0.844
Indústria Tradicional	2.289	1.902	0.831
Construção	51.475	39.107	0.760
Serviços Distributivos	3.307	2.391	0.723
Serviços Produtivos	2.132	1.685	0.790
Serviços Sociais	0.366	0.329	0.897
Serviços Pessoais	0.515	0.566	1.100
Governo	3.348	2.268	0.677
Outra Atividade	5.114	3.922	0.767
Total	1.823	1.463	0.819

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.7.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

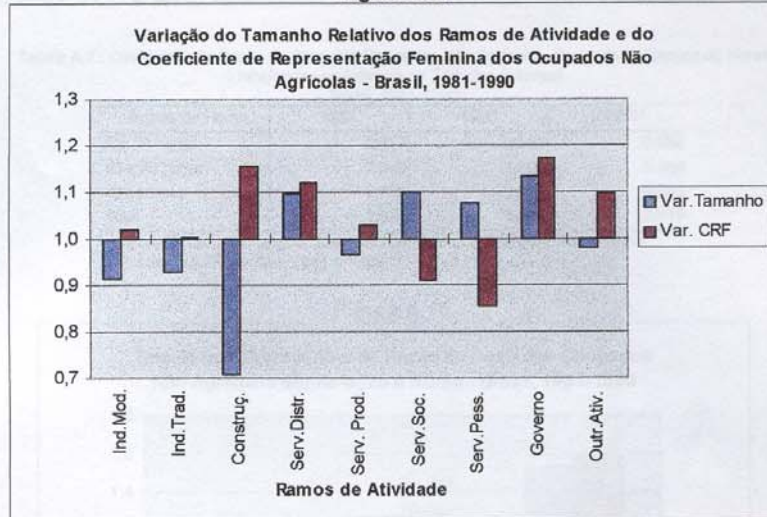
Obs.: IM= Indústria Moderna; IT= Indústria Tradicional; SD= Serviços Distributivos; SP= Serviços Produtivos; SS= Serviços Sociais; SPe= Serviços Pessoais; GO= Governo; OU= Outras Atividades.
Obs.: Exclui-se ramo da construção, porque coeficiente extremamente elevado, acima de 30, que desvirtuaria visualização dos coeficientes dos outros ramos de atividade.

Tabela A.6.: Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo o Ramo de Atividade Brasil, 1981-1990

Ramo de Atividade	1981	1990	1990/81
Indústria Moderna	0.421	0.429	1.02
Indústria Tradicional	0.859	0.860	1.00
Construção	0.054	0.062	1.16
Serviços Distributivos	0.655	0.736	1.12
Serviços Produtivos	0.901	0.928	1.03
Serviços Sociais	2.068	1.878	0.91
Serviços Pessoais	1.864	1.591	0.85
Governo	0.650	0.763	1.17
Outras Atividades	0.463	0.506	1.09

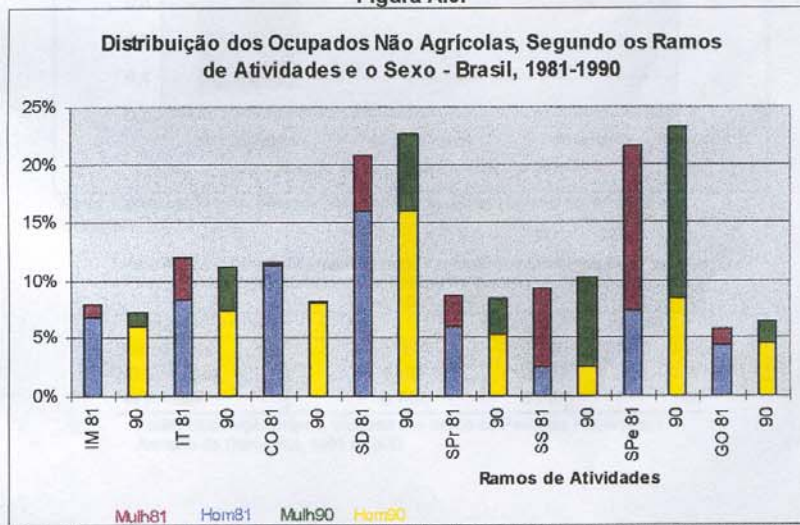
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.8.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.9.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.
 Obs.: IM= Indústria Moderna; IT= Indústria Tradicional; CO= Construção Civil; SD= Serviços Distributivos; SP= Serviços Produtivos; SS= Serviços Sociais; SPe= Serviços Pessoais; GO= Governo; OU= Outras Atividades.

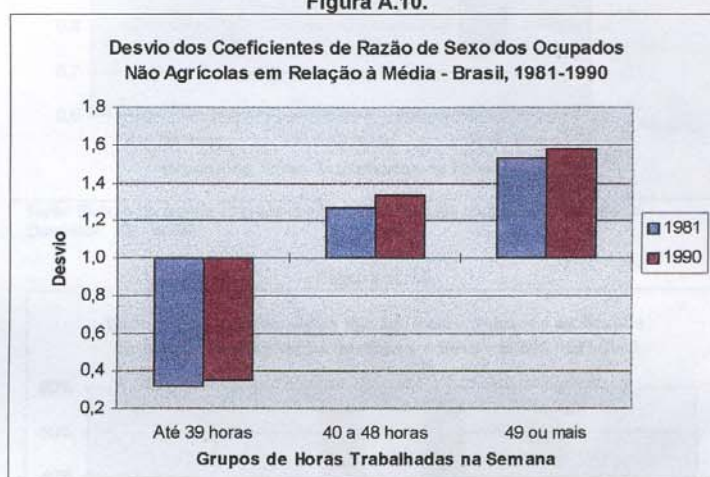
4) Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal

Tabela A.7.: Coeficiente de Razão de Sexo dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal Brasil, 1981-1990

Grupos de Horas	1981	1990	1990/81
Até 39 horas	0.587	0.522	0.889
40 a 48 horas	2.315	1.999	0.864
49 ou mais	2.785	2.356	0.846
Total	1.823	1.493	0.819

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.10.



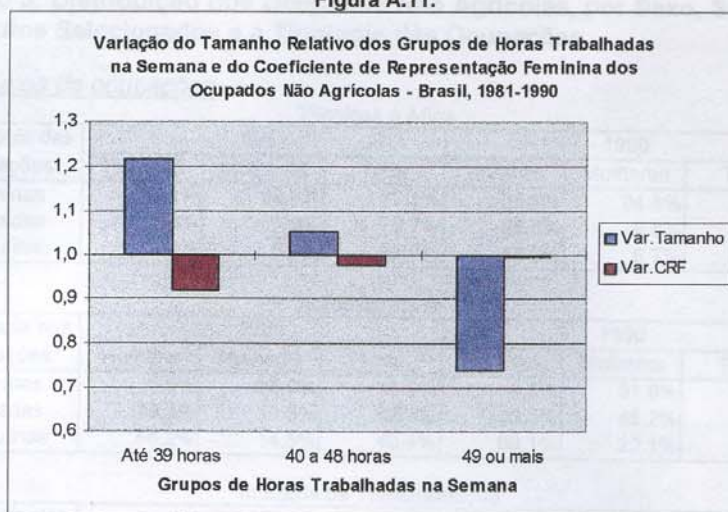
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Tabela A.8.: Coeficiente de Representação Feminina dos Ocupados Não Agrícolas, Segundo os Grupos de Horas Trabalhadas na Semana no Trabalho Principal Brasil, 1981-1990

Grupos de Horas	1981	1990	1990/81
Até 39 horas	1.780	1.638	0.92
40 a 48 horas	0.853	0.830	0.97
49 ou mais	0.746	0.743	1.00

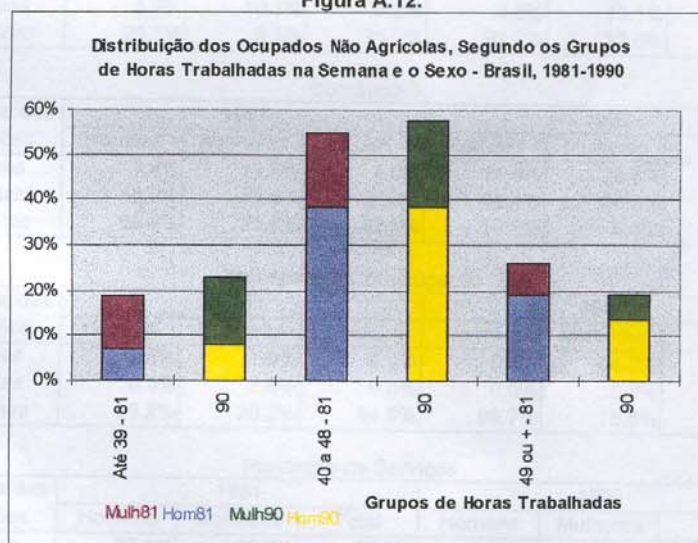
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.11.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Figura A.12.



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.

Anexo 3: Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas, por Sexo, Segundo Atributos Seleccionados e a Tipologia das Ocupações

1) Grupos de ocupações

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	17.1%	86.0%	57.1%	23.2%	84.5%	62.1%
Integradas	15.5%	5.5%	9.7%	28.8%	9.8%	16.7%
Masculinas	67.4%	8.5%	33.2%	48.0%	5.7%	21.1%

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	6.5%	35.0%	16.9%	6.5%	31.8%	16.5%
Integradas	38.3%	50.5%	42.7%	33.5%	45.2%	38.1%
Masculinas	55.2%	14.5%	40.4%	60.1%	23.1%	45.3%

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	4.7%	81.4%	20.4%	2.9%	74.9%	19.4%
Integradas	5.2%	10.3%	6.2%	4.8%	13.1%	6.7%
Masculinas	90.1%	8.3%	73.3%	92.3%	12.0%	73.9%

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	1.4%	11.5%	4.6%	11.6%	26.8%	17.7%
Integradas	48.3%	62.9%	52.9%	68.4%	66.8%	67.8%
Masculinas	50.4%	25.6%	42.5%	19.9%	6.4%	14.5%

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	0.5%	77.9%	4.9%	0.3%	84.2%	5.7%
Integradas	0.3%	1.9%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%
Masculinas	99.2%	20.2%	94.8%	99.7%	15.8%	94.3%

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	37.1%	95.5%	87.5%	63.8%	98.5%	92.9%
Integradas	29.9%	3.7%	7.4%	0.0%	0.0%	0.0%
Masculinas	33.0%	0.7%	5.2%	36.2%	1.5%	7.1%

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	11.2%	80.7%	22.1%	9.7%	79.0%	26.7%
Integradas	0.4%	1.0%	0.5%	3.8%	6.5%	4.5%
Masculinas	88.4%	18.3%	77.3%	86.5%	14.6%	68.9%

2) Grupos de idade

10 a 17

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	7.0%	77.9%	37.8%	12.4%	75.2%	38.7%
Integradas	28.4%	18.3%	24.0%	25.9%	19.7%	23.3%
Masculinas	64.6%	3.8%	38.2%	61.7%	5.2%	38.1%

18 a 24

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	7.7%	66.1%	30.4%	10.8%	64.0%	33.5%
Integradas	23.9%	27.2%	25.2%	22.9%	28.0%	25.1%
Masculinas	68.4%	6.8%	44.4%	66.3%	8.0%	41.4%

25 a 29

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	6.7%	65.9%	27.5%	8.8%	64.0%	31.9%
Integradas	16.9%	23.6%	19.3%	20.8%	25.1%	22.6%
Masculinas	76.4%	10.6%	53.2%	70.4%	10.9%	45.6%

30 a 34

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	5.8%	71.3%	28.0%	7.6%	66.0%	31.4%
Integradas	12.8%	17.7%	14.5%	18.0%	21.6%	19.5%
Masculinas	81.3%	10.9%	57.5%	74.4%	12.4%	49.1%

35 a 39

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	5.7%	72.8%	29.1%	7.2%	68.3%	32.0%
Integradas	11.5%	14.6%	12.6%	17.6%	20.9%	18.9%
Masculinas	82.8%	12.6%	58.4%	75.1%	10.9%	49.1%

40 a 44

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	6.1%	73.8%	28.2%	7.5%	73.6%	34.3%
Integradas	10.9%	14.5%	12.1%	17.6%	16.6%	17.2%
Masculinas	83.0%	11.7%	59.8%	74.9%	9.8%	48.5%

45 a 49

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	7.0%	74.0%	28.7%	7.5%	72.4%	32.0%
Integradas	10.2%	13.7%	11.3%	16.6%	17.4%	16.9%
Masculinas	82.8%	12.3%	60.0%	75.9%	10.2%	51.1%

50 a 54

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	8.0%	73.5%	28.3%	9.1%	78.2%	33.8%
Integradas	11.0%	12.5%	11.5%	16.9%	14.0%	15.9%
Masculinas	81.0%	14.0%	60.3%	74.0%	7.8%	50.4%

55 a 59

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	8.5%	75.4%	26.9%	11.6%	75.3%	34.0%
Integradas	11.1%	11.1%	11.1%	19.4%	17.3%	18.7%
Masculinas	80.4%	13.5%	62.0%	69.0%	7.5%	47.4%

60 e mais

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	10.5%	74.9%	27.3%	12.2%	76.8%	31.4%
Integradas	11.3%	11.1%	11.2%	22.4%	15.8%	20.5%
Masculinas	78.2%	14.0%	61.5%	65.4%	7.4%	48.2%

3) Grupos de anos de estudo

Sem Instrução e Menos de 1 Ano

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	7.2%	85.7%	34.6%	11.1%	84.1%	40.1%
Integradas	7.2%	5.8%	6.7%	15.6%	11.1%	13.8%
Masculinas	85.6%	8.5%	58.7%	73.3%	4.8%	46.0%

1 a 4

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	6.7%	79.4%	30.4%	8.8%	80.9%	35.6%
Integradas	11.6%	11.9%	11.7%	14.2%	13.0%	13.7%
Masculinas	81.7%	8.7%	57.9%	77.0%	6.1%	50.7%

5 a 8

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	6.3%	65.4%	25.8%	8.7%	67.7%	30.5%
Integradas	21.0%	25.1%	22.4%	18.8%	22.9%	20.3%
Masculinas	72.7%	9.5%	51.8%	72.6%	9.4%	49.2%

9 a 11

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	7.3%	57.0%	29.2%	9.3%	56.7%	31.4%
Integradas	30.7%	34.5%	32.4%	29.3%	31.4%	30.3%
Masculinas	62.0%	8.5%	38.4%	61.4%	11.9%	38.3%

12 ou mais

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	9.7%	57.4%	29.5%	10.2%	51.3%	29.5%
Integradas	21.3%	26.8%	23.6%	32.8%	31.8%	32.4%
Masculinas	69.0%	15.9%	46.9%	57.0%	16.8%	38.2%

4) Ramos de atividades

Indústria Moderna

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	4.8%	38.5%	9.8%	2.7%	35.4%	8.3%
Integradas	14.0%	35.2%	17.2%	7.6%	25.2%	10.6%
Masculinas	81.2%	26.3%	73.0%	89.7%	39.4%	81.1%

Indústria Tradicional

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	11.9%	66.2%	28.4%	8.5%	58.0%	25.6%
Integradas	14.3%	20.0%	16.0%	15.7%	24.3%	18.7%
Masculinas	73.8%	13.8%	55.6%	75.8%	17.6%	55.8%

Construção

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	0.4%	41.4%	1.2%	0.3%	38.5%	1.3%
Integradas	1.7%	24.8%	2.1%	2.0%	17.1%	2.4%
Masculinas	97.9%	33.7%	96.7%	97.6%	44.3%	96.3%

Serviços Distributivos

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	2.2%	18.2%	5.9%	7.6%	30.3%	14.3%
Integradas	28.4%	59.4%	35.6%	34.7%	54.9%	40.7%
Masculinas	69.4%	22.4%	58.5%	57.7%	14.7%	45.0%

Serviços Produtivos

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	6.8%	40.4%	17.6%	9.3%	42.4%	21.7%
Integradas	28.5%	43.7%	33.4%	35.8%	42.7%	38.4%
Masculinas	64.6%	16.0%	49.0%	55.0%	14.9%	39.9%

Serviços Sociais

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	35.5%	86.9%	73.1%	33.8%	84.1%	71.8%
Integradas	19.9%	9.6%	12.4%	31.2%	12.5%	17.1%
Masculinas	44.6%	3.5%	14.5%	35.0%	3.4%	11.1%

Serviços Pessoais

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	14.3%	94.3%	67.1%	20.1%	92.4%	66.3%
Integradas	9.1%	2.5%	4.8%	11.2%	4.7%	7.1%
Masculinas	76.6%	3.2%	28.1%	68.6%	2.9%	26.6%

Governo

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	8.7%	45.4%	17.1%	8.4%	54.1%	22.4%
Integradas	17.5%	43.3%	23.4%	20.1%	34.3%	24.4%
Masculinas	73.8%	11.3%	59.5%	71.5%	11.6%	53.2%

Outras Atividades

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	3.4%	35.6%	8.7%	3.1%	37.3%	10.2%
Integradas	10.7%	32.7%	14.3%	9.1%	24.6%	12.3%
Masculinas	85.9%	31.7%	77.0%	87.8%	38.0%	77.4%

5) Grupos de horas trabalhadas na semana no trabalho principal

Até 39 horas

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	10.1%	79.3%	53.8%	16.0%	77.2%	56.4%
Integradas	22.5%	14.1%	17.2%	31.3%	17.2%	22.0%
Masculinas	67.3%	6.6%	29.0%	52.8%	5.6%	21.6%

Entre 40 e 48 horas

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	7.2%	62.7%	23.9%	8.1%	61.6%	26.0%
Integradas	17.4%	26.4%	20.1%	17.8%	26.2%	20.6%
Masculinas	75.4%	10.9%	55.9%	74.1%	12.1%	53.3%

49 horas ou mais

Tipologia das Ocupações	1981			1990		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Femininas	5.4%	75.5%	24.0%	8.3%	70.1%	26.8%
Integradas	12.6%	13.4%	12.8%	19.7%	19.1%	19.6%
Masculinas	82.0%	11.2%	63.2%	72.0%	10.8%	53.7%

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1990.